



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2026200402</b>	
<b>MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 3/2026-200402</b>	
<b>Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA</b>	
<b>Método de disputa: ABERTO</b>	
<b>Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL</b>	
<b>Tipo do Item Licitado: Obras/Serviços Comuns de Engenharia</b>	
<b>Prazo de execução</b>	Cronograma de execução conforme Ordem de Serviço.
<b>Forma de Pagamento</b>	Ordem Bancária Eletrônica.
<b>Prazo de pagamento</b>	Em até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, assim entendida como o momento em que for atestada pela fiscalização a execução dos serviços e verificada a conformidade da documentação apresentada, incluindo a nota fiscal/fatura e demais documentos exigidos.
<b>Abertura da sessão pública</b>	
<b>Data</b>	<b>20/05/2026 Horário de Início: 10:00h</b>
<b>Plataforma</b>	<a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>
<b>Aquisição do edital:</b>	O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço <a href="https://magalhaesbarata.pa.gov.br/portal-da-transparencia/">https://magalhaesbarata.pa.gov.br/portal-da-transparencia/</a> , <a href="https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1">https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1</a> e mural do Geobras/TCM PA.
<b>Pedidos de esclarecimento art.64 da Lei 14.133/21</b>	Deverá ser realizado através do Portal do Licitanet em aba específica, e também poderá ser encaminhada cópia para junto ao Setor Técnico de Licitações e Contratos no endereço Rua Lauro Sodré – S/N - Bairro: centro - CEP: 68.722-000 e no e-mail: <a href="mailto:licitacaopmmmb@gmail.com">licitacaopmmmb@gmail.com</a>
<b>Observação:</b>	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, outras eventuais alterações haverá comunicação do Agente de Contratação.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026-200402

O MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA, por meio da Secretaria Municipal de Administração torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço Global de execução indireta, em conformidade com art. 6º da Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

### 1. OBJETO:

**1.1.** O objeto da presente licitação é - **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA**

**1.2.** Os quantitativos do objeto desta licitação estão distribuídos conforme discriminado nas - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DESONERADA E PLANILHA DE COMPOSIÇÕES UNITARIAS, constantes no **ANEXO II – PROJETO BÁSICO**.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o Menor Preço Global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE

**2.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação

### 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**3.1.** A Sessão desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

**3.2.** Os interessados em participar desta Concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Licitanet, por meio do sítio **[www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/)**.

**3.3.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico Licitanet, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

**3.4.** Para acesso ao sistema de aquisições, será disponibilizado à empresa cadastrada um login e senha, pessoal e intransferível. Esse procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados no **item 16** deste Edital.

**3.5.** Os interessados em se credenciar no Licitanet poderão obter maiores informações na página **[www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/)** podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.

**3.6.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**3.6.1.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(o) Secretaria Municipal de Administração responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**3.6.2.** O credenciamento junto ao Licitanet implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

**3.6.3.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**3.7.** Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Licitanet sua proposta de preços, conforme solicita este Edital.

**3.8.** Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.9.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.

**3.10.** Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Licitanet, por meio do sítio [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/) e as especificações constantes no Termo de Referência, para efeito de proposta, entrega e recebimento do objeto prevalecerão às últimas.

**3.11.** Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

**3.12.** Para obter o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, as empresas interessadas, declaradas ME ou EPP, deverão necessariamente apresentar, com os documentos de habilitação, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC nº. 103/2007, art. 8º.

### **3.13. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

**3.13.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**3.13.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.13.3.** Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz e possam apresentar habilitação.

**3.13.4.** Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

#### **3.13.4.1. DA JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO e OSCIP:**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



a) Administração poderá adotar ou não consórcios na licitação, esta admissibilidade depende da característica da licitação, devendo ser observado a complexidade do objetivo, seja no âmbito financeiro ou no âmbito da magnitude da licitação. Porém, é notório que licitação em questão possui um objeto simples e muito comum, bem como um orçamento relativamente baixo, por este motivo houve a supressão desta possibilidade.

b) Ainda nesta esteira é importante destacar que as doutrinas e jurisprudências pátrias são unânimes em reconhecer que a permissão/autorização de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Acórdão 1636/2007 – TCU - Plenário, Acórdão 566/2006 – TCU – Plenário.

c) Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio neste certame, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, em razão de motivação constante do processo de estudo técnico preliminar, que demonstra tratar-se de aquisição de baixa complexidade e quantitativo reduzido, sem necessidade de somatório de capacidades entre licitantes e sem ganhos de eficiência que justifiquem as exigências adicionais e custos administrativos inerentes a consórcios.

d) É vedada a participação de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, neste certame, por se tratar de contratação administrativa regida pela Lei nº 14.133/2021, distinta do regime jurídico de parcerias previsto na Lei nº 13.019/2014 e na Lei nº 9.790/1999. A restrição está devidamente motivada nos autos no Estudo Técnico Preliminar e observa o entendimento do TCU no Acórdão 2.426/2020–Plenário, que restringe a vedação às OSCIP atuando sob essa condição.”

**3.13.5.** Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**3.13.6.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**3.13.6.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.13.6.2.** Aquele que de forma isolada ou em consórcio, for responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, produtos/serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**3.13.7.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.13.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.13.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



sidcondenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.13.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.13.11.** A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.14. Não poderão participar desta Concorrência ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:**

**3.14.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**3.14.2.** O impedimento de que trata o **item 3.13.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.14.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.14.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**3.14.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.15.** No caso de MPE's (Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual), para participação é obrigatória a identificação no sistema da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

**3.16.** Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**3.17.** Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 23 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**3.18.** Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**3.19.** O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

**3.20.** Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

**3.21.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelos licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**4.1.** Conforme instituído pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte com exclusividade do objeto, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014.

**4.1.1.** A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá selecionar a opção na plataforma eletrônica do Licitanet: <Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual>, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados neste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

**4.1.2.** A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta acarretará preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

**4.1.3.** Serão estendidas às Cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**4.1.4.** O licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

**4.1.5.** Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 21, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme **subitem 16.9.2** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

#### **4.2. HAVENDO ALGUMA RESTRIÇÃO NA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**4.2.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá assinalar no respectivo campo da Plataforma do Licitanet, no momento do credenciamento.

**4.2.1.1.** Será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**4.2.1.2.** Este tratamento favorecido somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

**4.2.1.3.** O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

**4.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**4.4.** Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, nos termos dos arts. 151 e 156 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

**4.5.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal.

**4.6.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**4.6.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**4.6.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**4.6.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**4.6.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**4.6.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos/serviços produzidos ou prestados por:

**4.6.5.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.6.5.2. Empresas brasileiras;

4.6.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no

4.6.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.7. A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## 5. REFERÊNCIAS DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A **CONTRATADA** deverá executar o objeto contratado conforme solicitação da **CONTRATANTE**, nos termos prescritos no Termo de Referência e Projeto Básico anexos deste instrumento.

## 7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme medição e ordem cronológica de pagamentos do Município, observadas as condições previstas no Termo de Referência.

## 8. DA RECUSA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação;
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

8.2. A Secretaria Municipal de Administração, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

**8.3.** Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

## **9. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**9.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**9.1.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**9.1.2.** Os pedidos deverão ser formulados em papel timbrado, estarem devidamente assinado e datados, com textualização clara e justificada, e deverá **ser encaminhado exclusivamente via plataforma eletrônica do Licitanet**, sendo direcionado ao Agente de Contratação, a quem caberá responder e divulgar sua resposta no sistema antes da abertura do certame.

**9.1.3.** O Agente de Contratação não está obrigado a receber Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos apresentados fora do prazo, mas mesmo que intempestivo, para fins de se resguardar e também a Administração.

**9.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**9.2.** Em impugnações e pedidos de esclarecimentos, é facultado o Agente de Contratação solicitar manifestações de profissionais com conhecimento sobre o objeto licitado, ou ainda, aos setores contábil e financeiro do próprio Órgão licitante ou entidade promotora da licitação.

**9.2.1.** Também é facultado solicitar análise e parecer das impugnações e pedidos de esclarecimentos à Assessoria Jurídica e de Licitação.

**9.3.** Se ocorrer modificação no Edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação de propostas.

**9.4.** Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização desta Concorrência Eletrônica, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.

## **10. CREDENCIAMENTO**

**10.1.** A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico do Licitanet, disponível no site **[www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/)** que será acessado mediante a inclusão do login e senha pessoal, disponibilizado à empresa inscrita no Licitanet.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



- a) Até a data e horário previstos os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, encartar e/ou substituir documentos de habilitação exigidos.
- b) A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses do licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes.
- c) É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo nos casos de representação para itens distintos.

## **11. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES**

**11.1.1.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/) e até a data e hora limite estabelecidas no referido sistema eletrônico, respeitando o prazo mínimo dispostos, poderão cadastrar seus valores.

**11.1.2.** Os preços e composições de preços unitários ofertados neste certame, e que constam do Projeto Básico deste edital (PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO), constituem mero instrumento para elaboração das propostas dos Licitantes.

**11.1.3.** A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação e se necessário sua comprovação.

**11.1.4.** Eventuais modificações no edital que alterem as propostas implicarão em nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**11.2.** O modo de disputa poderá ser o “**aberto**”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas e programadas que poderão ser acompanhadas publicamente.

**11.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**11.2.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**11.2.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**11.2.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor.

**11.2.5.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, serão aplicados os critérios de desempate, caso persista empate haverá sorteio eletrônico pelo sistema dentre as propostas



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



empatadas.

**11.2.6.** Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

**11.2.7.** Facultativamente, o Agente de Contratação poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

**11.2.8.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Agente de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor.

**11.2.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (Cem Reais)**

### **11.3. GARANTIA DA PROPOSTA**

**11.3.1.** Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, sendo que a garantia poderá ser realizada por intermédio de qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

**11.3.2.** A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.** Independentemente do tipo de seguridade o comprovante deverá ser encaminhado na aba própria do sistema que tratam os seguros, e poderá ser solicitada novamente conjuntamente com a proposta consolidada quando solicitado. A garantia será analisada na abertura do processo como condição de participação.

**11.3.4.** A garantia de proposta se em espécie será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação e deverá ser solicitada pela empresa não classificada através do e-mail: [licitacaopmb@gmail.com](mailto:licitacaopmb@gmail.com)



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**11.3.5.** A data da garantia será considerada a data para abertura da sessão, onde a mesma deve ser emitida anterior à data de abertura da sessão.

**11.3.6.** Caso a licitante opte por caução em dinheiro, deverão ser depositados no: Banco: Brasil Agência:2123-7 Conta:60800-9 com o nome do depositário.

**11.3.7.** Em se tratando de garantia prestada na forma de seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de vigência deverá ser de no mínimo até cento e vinte dias posteriores a data de validade da proposta.

**11.3.8.** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

## **12. ABERTURA DA SESSÃO, ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E ETAPA DE LANCES**

**12.1.** A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta sob comando do Agente de Contratação e será realizada de forma eletrônica, no Licitanet.

**12.2.** Após a abertura da sessão serão analisadas as garantias quando solicitadas, e posteriormente o ordenamento das propostas, não caberá desistência dos lances, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação, no caso de distrações ou lances equivocados os licitantes terão os prazos durante a fase de lance para solicitação do cancelamento, após a finalização as desistências implicarão em desclassificação de toda proposta.

**12.3.** O conteúdo da proposta não poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais.

**12.4.** Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos será considerada.

**12.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**12.6.** A comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo no próprio do sistema eletrônico, não ocorrerão respostas ou outros tipos de comunicação por outros meios entre administração e interessados.

**12.7.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar seus lances sucessivos, os quais serão feitos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o modo de disputa fixado neste Edital.

**12.8.** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente ou a pedido do licitante, lance cujo valor seja manifestamente inexequível ou excessivo.

**12.9.** O sistema informará a melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

**12.10.** Na hipótese de desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**12.11.** Quando ocorrer a desconexão do sistema Licitanet e esta persistir por tempo superior a **1 (uma) hora**, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após **COMUNICADO** expresso aos participantes por meio do Licitanet, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do licitante.

### **13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** Serão **desclassificadas** as propostas que:

- I.** Contiverem vícios insanáveis;
- II.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital.

**VI.** Que apresentar prazo de validade da **proposta inferior a 90 (noventa) dias corridos**, contados da data prevista para abertura da licitação.

**13.1.1.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**13.1.2.** É Facultativo ao Agente de Contratação realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**13.2.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**13.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I.** Empresas estabelecidas no Município, no território do Estado em que este se localize;
- II.** Empresas brasileiras;
- III.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**13.4.** Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**13.4.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**13.4.2.** A negociação será conduzida pelo Agente de Contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**13.4.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (Art. 59 da Lei 14.133/21).

**13.4.4.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 59, § 4º, Lei 14.133/2021).

**13.4.5.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**13.4.6.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**13.4.7.** O não envio da proposta readequada solicitado pelo Agente, ensejará a inabilitação da licitante.

**13.4.8.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, poderá o Agente de Contratação fixar aos licitantes participantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação.

#### **13.4.9. A PROPOSTA CONSOLIDADA DEVERÁ CONTER:**

- a) Carta Proposta;
- b) Planilha orçamentária, com as especificações, quantidades, preços unitários e total;
- c) Cronograma físico-financeiro;
- d) Planilha de composição de Preços Unitários;
- e) Composição Analítica de Taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- g) Anotações e registros de responsabilidade técnica referente a elaboração da proposta, emitidas pelo conselho de fiscalização em nome do profissional responsável técnico;

**13.4.10** Todos os arquivos listados acima deverão ainda ser enviados no formato PDF em arquivo único e os arquivos editáveis (Planilhas de Excel – **extensão .xlsx**) quando solicitados com cópia ao e-mail: [licitacaopmb@gmail.com](mailto:licitacaopmb@gmail.com) tendo em vista que são arquivos obrigatórios na alimentação do Geo - Obras do TCM-PA.

**13.4.11** A Composição de preços unitários deverá também observar os pisos salariais normativos das categorias correspondentes, estabelecidos em dissídio coletivo, acordos, ou convenções coletivas de trabalho; não cabendo, caso contrário, quaisquer pleitos de acréscimos a esse título, posteriormente à contratação.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **14. HABILITAÇÃO**

**14.1.** Encerrada a fase de julgamento das propostas e apresentação de recurso ou não, o Agente de Contratação avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo Agente de Contratação durante a sessão, será publicada em Imprensa Oficial e no Sistema do Licitanet, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

**14.2.** A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma da Lei nº 14.133/2021, e ainda, as exigências dispostas neste edital.

**14.3.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta vencedora, o Agente de Contratação verificará o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, que será realizada mediante consulta nos seguintes cadastros:

**14.4.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**14.5.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**14.6.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**14.7.** A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992 (Redação dada pela Lei nº 14.230 de outubro de 2021), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.8.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

### **14.9. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS, SÃO OS SEGUINTE:**

#### **14.9.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**14.9.1.1.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU, estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

**14.9.1.2.** Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária licitante e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

**14.9.1.3.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

**14.9.1.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**14.9.1.5.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**14.9.1.6.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**14.9.1.7.** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**14.9.1.8.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**14.9.1.9.** Ata ou documento equivalente de compromisso de constituição do Consórcio.

**14.9.1.10.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da última consolidação respectiva.

#### **14.9.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**14.9.2.1.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com emissão não superior a 90 (noventa) dias, acompanhado do QSA (Quadro de Sócios Administrativos);

**14.9.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**14.9.2.3.** Certidão regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do licitante;

**14.9.2.4.** Certidão de Débitos Negativos Municipais, da sede da empresa;

**14.9.2.5.** Certidão de regularidade para com a fazenda Federal e União (certidão de tributos federais e dívida ativa da união) com abrangência de todos os créditos tributários federais administrados pela RFB E PGFN;

**14.9.2.6.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

**14.9.2.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



nº.12.440, de 12 de abril de 2011), acompanhado da Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas e Recursos, em atendimento a Portaria 667/2021 do TEM e art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, Certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT e Certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991, expedidas eletronicamente através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, certidão de autos físico 1º e 2º grau, bem como a apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do Estado da sede da licitante, todas as certidões solicitadas são eletrônicas e necessárias a comprovação de aptidão trabalhista;

**14.9.2.8.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas;

**14.9.2.9.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **14.9.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**14.9.3.1.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**I.** Certidão negativa de falência, concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005).

**II.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura, documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento, acompanhados do livro diário, notas explicativas em conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, e o art. 176 da Lei 6.404/1976, assim como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76, bem como a Certidão de Habilitação Profissional, CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento encontra-se HABILITADO, e também a Certidão Negativa de Débitos (CND), provando a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, junto ao referido Conselho, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021 – CFC.

### **14.9.3.2. EMPRESAS REGIDAS PELA LEI 6.404/76 (SOCIEDADE ANÔNIMA):**

**I.** Publicados em Diário Oficial; ou

**II.** Publicados em jornal de grande circulação; ou

**III.** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**14.9.3.3.** Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

**I.** Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II. Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante.**

**14.9.3.4. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:**

**I. Apresentar o Balanço Patrimonial na forma da lei.**

**14.9.3.5.** Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**14.9.3.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes. Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**14.9.3.7.** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado.

**14.9.3.8.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto 6.022/2007, regulamentado através da IN 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

**a)** Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências.

**b)** Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**c)** Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**14.9.3.9.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

SG = LC =

-----  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Total





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



-----  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante  
-----

Passivo Circulante

**14.9.3.10.** Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa.

**14.9.3.11.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

**14.9.3.12.** Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 30 (trinta) dias antes da data de abertura da licitação.

#### **14.10. A DOCUMENTAÇÃO REFERIDA NO ITEM 14.9.3 PODERÁ SER:**

**I.** Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pelo Agente de Contratação;

**II.** Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

**III.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **14.11. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

**14.11.1.** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**14.11.2.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**14.11.3.** Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**14.11.4.** Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

**14.11.5.** Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



e/ou contratar com o contratante.

**14.11.6.** Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

**14.11.7.** Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**14.11.8.** Declaração de relação de compromisso assumido pelo licitante que importem na diminuição da capacidade econômico-financeira, a serem excluídas as parcelas já executadas nos contratos firmados.

**14.11.9.** Declaração, afirmando que possui todas as condições operacionais necessárias ao cumprimento do objeto deste Edital.

**14.11.10.** Após o envio dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**II.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

#### **14.12. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, EXIGÍVEL NOS TERMOS DA LC 123/2006:**

**14.12.1.** Declaração de que é **ME, EPP** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

**14.12.2.** Declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

**14.12.3.** Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, a comprovação da condição poderá ser mediante apresentação do Comprovante de opção pelo SIMPLES, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

**14.12.4.** Em relação aos licitantes organizados na forma de cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

#### **14.13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**14.13.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida das licitantes a apresentação de documentação apta a demonstrar sua **capacidade técnico-operacional e técnico-profissional**, mediante comprovação de desempenho anterior e de aptidão de profissionais vinculados à execução do objeto, evidenciando experiência em atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com os serviços a serem contratados.

**14.13.2.** A comprovação da **Qualificação Técnico-Operacional da empresa** dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**14.13.2.1.** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Estado da sede da proponente, em plena validade.

**14.13.2.2.** Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços comuns de engenharia ou serviços de manutenção, conservação, requalificação, adequação, recuperação, construção ou intervenção predial de complexidade técnica e operacional equivalente ou superior, compatíveis com o objeto desta licitação, consistente na execução continuada e sob demanda de serviços de manutenção preventiva e corretiva em edificações.

**14.13.2.3.** O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) evidenciar experiência da licitante na execução de serviços compatíveis com parcelas tecnicamente relevantes e operacionalmente representativas do objeto, consideradas, conforme planilha orçamentária.

**14.13.2.4.** Será admitida a apresentação de um ou mais atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que, em conjunto, demonstrem de forma objetiva a aptidão da licitante para executar conjunto de serviços de engenharia compatível com a natureza multidisciplinar, contínua, sob demanda e operacionalmente descentralizada da presente contratação.

**14.13.2.5.** Não será exigida comprovação individualizada de experiência em cada item unitário da planilha orçamentária, nem a execução anterior de contrato idêntico, sendo suficiente que a documentação apresentada demonstre experiência prévia em serviços de engenharia, manutenção predial, conservação, reforma, recuperação, adequação ou intervenções correlatas, com características técnicas similares, equivalentes ou superiores, aptas a evidenciar capacidade operacional para gerenciamento e execução de múltiplas frentes de serviços compatíveis com o objeto licitado.

**14.13.2.6.** Serão aceitos atestados relativos à execução de contratos de manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva, conservação, recuperação, reforma, ampliação, requalificação, construção ou serviços correlatos em edificações públicas ou privadas, desde que guardem pertinência técnica com sistemas construtivos, instalações prediais e serviços de engenharia compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e operacional da presente contratação, não se restringindo a obra nova ou reforma isolada.

**14.13.2.7.** A Administração poderá promover diligências para verificação da autenticidade, veracidade, suficiência e pertinência técnica dos atestados apresentados, inclusive quanto à compatibilidade entre os serviços executados e o objeto licitado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo solicitar documentos complementares, certidões, contratos, ART/RRT, acervos técnicos ou quaisquer elementos necessários à adequada instrução e validação da qualificação técnico-operacional.

**14.13.2.2.1.** Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I.** Nome e CNPJ do contratante e do contratado;
- II.** Descrição detalhada do objeto executado (tipo, natureza e características do serviço);
- III.** Localização da obra;
- IV.** Período e percentual de execução;
- V.** Quantidades e dimensões representativas;
- VI.** Identificação e assinatura do responsável técnico pela fiscalização ou acompanhamento do



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



contrato.

**VII.** Os atestados deverão estar acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente (CREA ou CAU), em nome dos profissionais responsáveis vinculados à empresa, conferindo autenticidade e veracidade às informações, conforme dispõe o Acórdão nº 2.326/2019 – Plenário/TCU e a Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA.

**14.13.3.** A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente dos atestados apresentados, visando confirmar a veracidade das informações, podendo solicitar cópias de contratos, termos de recebimento ou outros documentos comprobatórios da execução, conforme o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**14.13.4.** Declaração formal da licitante contendo a indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, a qual deverá estar acompanhada dos seguintes elementos comprobatórios:

**I.** Descrição das instalações e do aparelhamento disponíveis para a execução dos serviços, demonstrando sua compatibilidade com as exigências técnicas do objeto;

**14.13.5.** Para comprovar a **Qualificação Técnico-Profissional da empresa** dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**14.13.5.1.** Apresentação de profissional de nível superior, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), quando for o caso, detentor de Atestados de Responsabilidade técnica (ART's) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), devidamente registrados na entidade profissional competente, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da contratação, apto a comprovar a capacidade técnico-profissional para condução dos serviços;

**14.13.5.2.** Declaração assinada pelo profissional indicado como responsável técnico pela execução dos serviços, confirmando sua participação na execução do objeto e a assunção das responsabilidades técnicas perante o conselho profissional competente (CREA ou CAU), nos termos da legislação vigente, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.

**14.13.5.3.** O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, sendo admitida a substituição apenas mediante autorização formal da fiscalização da Administração, desde que o novo profissional apresente qualificação técnica equivalente ou superior, compatível com o objeto da licitação e devidamente comprovada.

**14.13.5.4.** A solicitação de substituição deverá ser protocolada formalmente, instruída com a documentação comprobatória, e o profissional substituído permanecerá responsável até a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do novo responsável técnico, conforme o caso.

**14.13.5.5.** Não será admitida a apresentação de comprovação de vínculo simultâneo de um mesmo profissional em mais de uma licitante participante do certame, sob pena de inabilitação de ambas as empresas.

**14.13.5.6.** Declaração formal da licitante contendo a indicação da equipe técnica responsável pela



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



execução do objeto, acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios de qualificação:

**I.** Relação nominal da equipe técnica que atuará na execução do objeto, com a indicação das respectivas funções a serem desempenhadas;

**II.** Comprovação do registro dos profissionais indicados junto ao conselho profissional competente.

**14.13.6.** A comprovação de capacidade - operacional e profissional, poderá ser feita pelos mesmos atestados de capacidade Técnica, desde que atenda os requisitos de ambos, como elencados acima.

#### **14.13.7. VISITA TÉCNICA**

**14.13.7.1.** Considerando a natureza do objeto, caracterizado pela execução de serviços de engenharia sob demanda, distribuídos em múltiplas unidades escolares localizadas em diversas localidades do Município, conforme disposto no **subitem 6.4, inciso I, do Termo de Referência**, não será exigida a realização de vistoria técnica prévia obrigatória.

**14.13.7.2.** A inviabilidade de realização de vistoria prévia decorre da impossibilidade material de prévia definição dos locais específicos de execução, os quais serão indicados oportunamente por meio de Ordens de Serviço, nos termos do modelo de execução contratual.

**14.13.7.3.** Para fins de elaboração da proposta, as licitantes deverão considerar integralmente as condições de execução estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à dispersão geográfica das unidades, às condições de acesso e à dinâmica de execução sob demanda, previstas no **tópico 6**.

**14.13.7.4.** A licitante deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, assumindo total responsabilidade pela elaboração da proposta e pela execução contratual, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais. Modelo conforme **Anexo VI**.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**15.13.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

**a)** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

**b)** Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**c)** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

**15.14.** Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua emissão.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**15.14.3.** Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**15.14.4.** Será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante o uso de certificado digital validado por meio da A ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).

**15.14.5.** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

**15.14.6.** Ao Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**15.14.7.** A prova de autenticidade de cópia de documento ou o reconhecimento de firma somente serão exigidos quando houver dúvida sobre a veracidade do documento, admitida a autenticação realizada por servidor através da apresentação da original ou realizada por advogado por sua responsabilidade profissional.

**15.14.8.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, restringe-se à juntada/encarte no sistema, após a abertura da sessão pública, de documento inexistente no momento da apresentação da proposta. Neste caso, o licitante não atende à condição exigida no Edital e por tal razão está inabilitado. Caso o documento esteja apenas ausente, isto é, existente no momento da apresentação da proposta, porém, por falha ou equívoco não tenha sido apresentado pelo licitante, deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação.

**15.14.9.** Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre os licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público.

**15.14.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**15.14.11.** Os participantes deverão encaminhar os documentos em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, com exceção a Certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes e Certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, que deverão ser apresentadas apenas em nome da pessoa jurídica.

**15.14.12.** Os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado.

**15.14.13.** A apresentação de novas propostas, conforme descrito acima, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**15.14.14.** Os licitantes que reduzirem os preços ao valor da proposta classificada, terão seus documentos de habilitação analisados de acordo com os itens desta seção, com a finalidade de estarem previamente habilitados e figurarem na relação de empresas remanescentes em caso de eventual desistência ou



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



impedimento/cancelamento do licitante vencedor.

## **16. RECURSOS**

**16.13.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

**16.14.** Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata;

**16.15.** As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas exclusivamente (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema do Licitanet, respeitando o prazo.

**16.16.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "julgamento das propostas" e "ato de habilitação ou inhabilitação de licitante" do inciso, serão observadas as seguintes disposições:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

b) A apreciação dar-se-á em fase única.

**16.17.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.18.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo das razões do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**16.19.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**16.20.** Na hipótese de haver recurso contra decisão em um determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

**16.21.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.

**16.22.** A decisão será disponibilizada por meio do Sistema do Licitanet, na área pública, junto ao Edital.

## **17. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**17.13.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**17.14.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

## **18. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

I. Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza dos serviços, o regime de execução por empreitada por preço unitário, a forma de pagamento vinculada aos serviços efetivamente executados e atestados, bem como a possibilidade de controle e mitigação de riscos por meio da fiscalização contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **19. INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.13.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**19.13.3.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**19.13.4.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.13.5.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**19.13.6.** Deixar de entregar a documentação exigida

**19.13.7.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.13.8.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.13.9.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.13.10.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**19.13.11.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**19.13.12.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**19.13.13.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**19.13.14.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**20.13.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Contratante, a quem incumbe avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica e regularidade exigidos para a execução das atividades que lhe forem atribuídas.

**20.14.** É vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da obrigação, caracterizada como o núcleo essencial do contrato.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**20.15.** Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Administração pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações técnicas, contratuais, legais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias correspondentes à parcela subcontratada.

**20.16.** A CONTRATADA se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao solicitado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização.

**20.17.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como se cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de tais agentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, arts. 9º e 14.

**20.18.** A autorização para subcontratação deverá ser formalizada mediante manifestação técnica e parecer jurídico favorável, integrando o processo administrativo do contrato, conforme as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**20.19.** A subcontratação deve priorizar a contratação de microempresas ou de empresas de pequeno porte local/regional.

## **21. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.13.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do contratado farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

**21.14.** É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de novo documento.

**21.15.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades; revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; adjudicar o objeto e homologar a licitação, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**21.16.** A autoridade competente ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa:

**21.16.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**21.16.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**21.17.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta ao Órgão, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

**21.18.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.19.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.

**21.20.** As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

**21.21.** O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retificações e publicações posteriores, serão publicadas nos diários oficiais dentre eles: Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios (FAMEP) e outros Jornal de grande circulação, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como disponibilizado, no Portal de Aquisições do Licitanet, no link: [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/).

**21.22.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**21.23.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

**21.24.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observado e informado no aviso e no Edital o horário local do órgão promotor da licitação Município de Magalhães Barata/PA e o horário de Brasília.

**21.25.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

**21.26.** Por tratar-se de licitação na forma eletrônica, realizada em plataforma pública, todas as comunicações entre os licitantes e a Administração deverão ocorrer exclusivamente por meio do chat da própria plataforma, garantindo a transparência, o registro e a rastreabilidade das interações, não serão aceitos documentos ou realizadas comunicações extra plataforma.

**21.27.** São partes integrantes deste Edital:

**21.27.3.** ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

**21.27.4.** ANEXO II – PROJETO BASICO.

**21.27.5.** ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**21.27.6.** ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL

**21.27.7.** ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

**21.27.8.** ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## EXECUÇÃO DO OBJETO

**21.27.9.** ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**21.27.10.** ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

**21.27.11.** As declarações eventualmente solicitadas que não contiverem dentre os anexos deverão ser elaboradas pelas interessadas.

Magalhães Barata-Pa, 05 de maio de 2026.

---

**ALAN ALMEIDA FERREIRA**  
Secretário Municipal de Educação



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “A”, DA LEI Nº 14.133/2021).**

**1.1.** Constitui objeto deste Termo de Referência a - **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA**, conforme demandas identificadas pela Administração, contemplando intervenções destinadas à conservação, readequação funcional, segurança e melhoria das condições de uso das edificações, nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

**1.2.** Este Termo de Referência integra e complementa o Projeto Básico, constituindo, com ele, conjunto documental indissociável para fins de execução, fiscalização e controle contratual, estabelecendo diretrizes técnicas, padrões de desempenho e critérios de qualidade a serem observados na execução dos serviços.

**1.3.** Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas, abrangendo atividades como serviços preliminares, demolições, adequações estruturais, recomposição de alvenarias, revestimentos, pisos, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, acessibilidade, pintura, acabamentos e demais intervenções necessárias à adequada manutenção das unidades escolares, conforme especificações constantes das peças técnicas integrantes do processo.

**1.4.** O valor global estimado da contratação, no montante de R\$ 2.137.268,48 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), decorre da consolidação dos quantitativos estimados na planilha orçamentária, elaborada com base em sistemas referenciais oficiais de custos, incluindo SINAPI e SEDOP, acrescidos de encargos sociais e BDI, conforme metodologia definida no Estudo Técnico Preliminar.

ITEM	DESCRIÇÃO	CRONOGRAMA	VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)
01	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA	12 (cinco) meses	R\$ 2.137.268,48

**1.5.** As quantidades, especificações técnicas, composições unitárias e demais elementos necessários à execução encontram-se detalhados na Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Composições de Custos e Cronograma Físico-Financeiro, os quais deverão ser integralmente observados pela contratada.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**1.6.** A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, não havendo obrigatoriedade de execução integral dos quantitativos estimados, sendo os pagamentos vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente medidos, em conformidade com o regime de empreitada por preço unitário.

**1.7.** O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente admitidas, desde que caracterizada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**1.8.** Havendo fatos supervenientes alheios à vontade das partes que impeçam a continuidade regular da execução, o prazo poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, com fundamento no art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**I.** A execução dos serviços deve observar integralmente a legislação de regência das contratações públicas, bem como as normas técnicas e regulamentações aplicáveis à construção civil, assegurando conformidade com os padrões de segurança, desempenho, qualidade e responsabilidade definidos pelos órgãos competentes.

### **2.1. Regência Jurídica e Aplicação da Lei nº 14.133/2021**

A presente contratação rege-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública

### **2.2. Normas Técnicas Gerais da ABNT**

**I.** NBR12266:2022 - Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água esgoto ou drenagem urbana – Procedimento; NBR 7211:2005 - Agregados para concreto – Especificação; NBR-7221 - Desempenho de Agregado Miúdo com Impurezas Orgânicas; NBR 11560:1990 - Água Destinada Ao Amassamento Do Concreto; NBR 7480:1982- Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado ; NBR 9574:2008 – Execução de impermeabilização; NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Seleção e projeto; NBR 14931:2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento; NBR-6118procedimentos e requisitos básicos para o projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluídas aquelas em que se utilizam concreto leve, pesado ou outros especiais; NBR15348:2006 - Tintas para construção civil - Massa niveladora monocomponentes à base de dispersão aquosa para alvenaria- Requisitos; NBR 6152:80 – Materiais metálicos - Determinação das propriedades mecânicas à tração; NBR 7477:1982 – Determinação do coeficiente de conformação superficial de barras e fios de aço destinados a armaduras de concreto armado; NBR7478: 2021 – Método de ensaio de fadiga de barras de aço para concreto armado; NBR 11905:2015 – Argamassa polimérica industrializada para impermeabilização; NBR 13121:2009 – Asfalto elastomérico para impermeabilização; NBR 13321:2008 – Membrana acrílica para impermeabilização; NBR 13724:2008 – Membrana asfáltica para impermeabilização com estrutura aplicada a quente; NBR 15487:2007 – Membrana de poliuretano para impermeabilização; NBR 15885:2010 – Membrana de polímero acrílico com ou sem cimento, para impermeabilização; NBR NM 247-3:2002 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive Parte 3: Condutores isolado (sem cobertura) para instalações fixas (IEC



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



60227-3, MOD); NBR 280:2011 - Condutores de cabos isolados; NBR 5111:1997 - Fios de cobre nus, de seção circular, para fins elétricos; NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão I - Proteção e segurança; NBR 13248:2014 - Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça, para tensões até 1 KV - Requisitos de desempenho; NBR 15465:2008 - Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos de desempenho; NBR 15715:2009 - Sistemas de dutos corrugados de polietileno (PE) para infraestrutura de cabos de energia e telecomunicações – Requisitos.

### **2.3. Responsabilidade Técnica e Profissional**

I. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, e dá outras providências; Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nas atividades de engenharia, arquitetura e agronomia, obrigando seu registro junto ao Conselho Regional competente; Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e disciplina o exercício da profissão de arquiteto e urbanista, instituindo a Registro de Responsabilidade Técnica (RRT); Resolução nº 1.137, de 3 de março de 2023, do CONFEA, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), o Acervo Técnico Profissional e o Acervo Técnico-Operacional, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

**2.3.1.** Demais resoluções e normativas complementares do CONFEA/CREA e CAU/BR, quando aplicáveis à natureza dos serviços contratados.

### **2.4. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho**

I. NR-6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI); NR-8 – Edificações; NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade NR-11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais; NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR-18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção; NR-21 – Trabalhos a Céu Aberto; NR-26 – Sinalização de Segurança.

**2.4.1.** Demais normas regulamentadoras quando aplicáveis à natureza dos serviços contratados.

### **2.5. Acessibilidade**

I. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.098/2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade; Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assegurando a acessibilidade universal como direito fundamental; NBR 9050:2020 - que define os parâmetros técnicos para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

### **2.6. Sustentabilidade Ambiental**



I. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, e suas alterações posteriores, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para o manejo dos resíduos da construção civil (RDC) no Brasil.; Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, em especial o art. 4º, § 2º e §3º, que impõe a observância das normas do CONAMA e das NBRs correlatas como condição de sustentabilidade nas contratações públicas; Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas e móveis, devendo a contratada adotar medidas preventivas para reduzir poeira, fumaça, odores e materiais particulados durante a execução da obra; Resolução CONAMA nº 001, de 8 de março de 1990, que estabelece os critérios para a emissão de ruídos por diversas atividades (industriais, comerciais, sociais e recreativas), determinando que os níveis sonoros não devem ser superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); NBR 10.151:2019 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – Aplicação de uso geral; NBR 10.152:2017 – Acústica – Níveis de pressão sonora em ambientes Internos a edificações.

**3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133/2021).**

3.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado no âmbito do Processo Administrativo correspondente, o qual constitui peça essencial do planejamento da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O referido Estudo Técnico Preliminar contempla, de forma estruturada e detalhada, a caracterização da necessidade administrativa, a análise das alternativas de solução disponíveis no mercado, a definição da solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, bem como a estimativa de quantitativos e de custos, os requisitos da contratação, a análise de riscos, os impactos ambientais e o posicionamento conclusivo quanto à viabilidade da contratação.

3.3. Conforme demonstrado no ETP, a solução adotada consiste na contratação de serviços comuns de engenharia, voltados à manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares da rede municipal de ensino, estruturados sob regime de empreitada por preço unitário, com execução sob demanda e operacionalização por meio de Concorrência Eletrônica por Sistema de Registro de Preços, tendo sido identificada como a alternativa mais eficiente, vantajosa e compatível com a natureza dinâmica da demanda.

3.4. Ressalta-se que o Estudo Técnico Preliminar se encontra integralmente disponível nos autos do processo administrativo, sendo parte integrante e indissociável da presente contratação, servindo como base técnica para a elaboração deste Termo de Referência e para a condução do procedimento licitatório.

3.5. Na hipótese de divulgação externa, serão disponibilizadas apenas as partes do referido estudo que não contenham informações classificadas como sigilosas, em observância aos princípios da transparência e da publicidade, sem prejuízo da proteção de dados sensíveis eventualmente constantes do documento.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133/2021)**





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



#### **4.1. Requisito de observância aos instrumentos técnicos e normativos da contratação**

É requisito fundamental que todos os serviços sejam executados em estrita conformidade com o Termo de Referência, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram a contratação, bem como com as normas legais, técnicas e regulamentares aplicáveis, incluindo Normas Técnicas da ABNT, Normas Regulamentadoras (NRs), legislações urbanísticas, ambientais e de segurança do trabalho, assegurando padrões mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e segurança nas intervenções realizadas.

#### **4.2. Requisito de execução dos serviços sob demanda, mediante ordens de serviço**

É requisito essencial que a execução contratual ocorra de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração, contendo a descrição dos serviços, local de execução, quantitativos estimados e prazos, sendo vedada a execução sem prévia autorização formal.

#### **4.3. Requisito de compatibilidade com o regime de empreitada por preço unitário**

É requisito fundamental que a contratada execute os serviços conforme os itens e composições previstos na planilha orçamentária, observando rigorosamente os preços unitários contratados, sendo os pagamentos vinculados exclusivamente aos quantitativos efetivamente executados e devidamente medidos.

#### **4.4. Requisito de mobilização operacional compatível com a natureza dinâmica da demanda**

É requisito essencial que a contratada disponha de estrutura operacional apta a atender, de forma simultânea ou não, múltiplas demandas distribuídas nas diversas unidades escolares do Município, assegurando capacidade de resposta tempestiva às necessidades de manutenção preventiva e corretiva.

#### **4.5. Requisito de fornecimento integral dos meios necessários à execução**

É requisito fundamental que a contratada forneça todos os insumos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas e sistemas de apoio, garantindo compatibilidade com as especificações técnicas e adequada execução das intervenções.

#### **4.6. Requisito de garantia de proposta**

É requisito fundamental que a licitante apresente garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, nas condições estabelecidas no edital.

#### **4.7. Requisito de vistoria técnica ou declaração substitutiva**

É requisito fundamental que a licitante realize vistoria técnica facultativa nas unidades escolares ou, alternativamente, apresente declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

#### **4.8. Requisito de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica**

É requisito essencial que a licitante vencedora comprove o atendimento integral às condições de habilitação previstas nos arts. 62 a 67 da Lei nº 14.133/2021, incluindo capacidade técnica compatível com serviços de manutenção predial.

#### **4.9. Requisito de subcontratação controlada**

É requisito fundamental que eventual subcontratação seja previamente autorizada pela Administração, mediante comprovação da capacidade técnica e regularidade da empresa subcontratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução.

#### **4.10. Requisito de organização, segurança e controle das áreas de intervenção**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



É requisito essencial que a contratada mantenha organização, limpeza, isolamento e sinalização adequados nas áreas de execução dos serviços, especialmente por se tratarem de ambientes escolares, assegurando a proteção de alunos, servidores e terceiros, bem como a prevenção de acidentes.

#### **4.11. Requisito de preservação das estruturas existentes e mitigação de danos**

É requisito fundamental que a contratada adote medidas preventivas para evitar danos às estruturas existentes, instalações prediais e áreas não afetadas diretamente pelos serviços, garantindo a integridade do patrimônio público durante toda a execução.

#### **4.12. Requisito de gestão adequada de resíduos e sustentabilidade**

É requisito essencial que a contratada realize o manejo, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação aplicável, adotando práticas de uso racional de recursos e mitigação de impactos ambientais.

#### **4.13. Requisito de alinhamento às diretrizes da Administração e fiscalização contratual**

É requisito fundamental que a contratada observe integralmente as orientações da fiscalização e da Administração, garantindo execução conforme os padrões técnicos definidos e permitindo controle efetivo por meio de medições, relatórios e verificações em campo.

#### **4.14. Requisito geral de atendimento integral aos requisitos**

O atendimento integral aos requisitos estabelecidos constitui condição indispensável para a adequada execução do objeto, devendo orientar a elaboração das propostas, a execução contratual e os procedimentos de fiscalização e medição.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, DA LEI Nº 14.133/2021).**

**5.1.** A solução adotada para o atendimento da necessidade pública consiste na contratação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção preventiva e corretiva das unidades escolares da rede municipal de ensino, estruturada sob regime de execução indireta, por empreitada por preço unitário e com execução sob demanda, conforme diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

**5.2.** A modelagem da contratação foi concebida considerando todo o ciclo de vida do objeto, compreendendo as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, de modo a assegurar a continuidade das condições adequadas de funcionamento das edificações escolares ao longo do tempo.

**5.3.** Na fase de planejamento, a solução fundamenta-se no levantamento técnico das necessidades das unidades escolares, na consolidação dos serviços potencialmente demandados e na estruturação de planilha orçamentária com base em sistemas referenciais oficiais de custos, permitindo a definição de parâmetros objetivos para a execução e controle da contratação.

**5.4.** A fase de execução será operacionalizada de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração, nas quais serão definidos os locais de intervenção, os serviços a serem executados, os quantitativos estimados e os prazos correspondentes. Essa sistemática permite adequada adaptação às demandas variáveis e imprevisíveis inerentes à manutenção predial, assegurando maior flexibilidade operacional e resposta tempestiva às necessidades identificadas.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**5.5.** Durante a execução, a contratada será responsável pela mobilização de todos os recursos necessários, incluindo mão de obra qualificada, materiais, equipamentos e ferramentas, bem como pela observância das normas técnicas aplicáveis, padrões de qualidade, requisitos de segurança e diretrizes ambientais, garantindo a adequada realização das intervenções e a preservação das condições de uso das edificações.

**5.6.** A fase de monitoramento e controle será conduzida pela Administração por meio da fiscalização contratual, com acompanhamento sistemático das ordens de serviço emitidas, verificação da execução dos serviços, realização de medições baseadas nos quantitativos efetivamente executados e análise da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas. Esse processo assegura rastreabilidade, transparência e controle efetivo da execução contratual.

**5.7.** No que se refere ao ciclo de vida do objeto, destaca-se que a manutenção preventiva atua de forma antecipatória, reduzindo a ocorrência de falhas e prolongando a vida útil dos sistemas construtivos, enquanto a manutenção corretiva permite a recomposição de elementos já comprometidos, evitando a evolução de danos e a necessidade de intervenções mais complexas e onerosas. A integração dessas duas abordagens contribui para a conservação contínua do patrimônio público e para a otimização dos recursos empregados.

**5.8.** Ao final de cada intervenção, os serviços executados deverão atender aos padrões de desempenho, segurança, funcionalidade e durabilidade estabelecidos, sendo submetidos aos procedimentos de recebimento e verificação pela Administração, garantindo que os resultados obtidos estejam alinhados às finalidades da contratação.

**5.9.** A solução adotada permite, ainda, a priorização de demandas conforme critérios técnicos e administrativos, o ajuste do volume de serviços executados à disponibilidade orçamentária e a mitigação de riscos operacionais, evitando a descontinuidade das atividades educacionais e a necessidade de contratações emergenciais.

**5.10.** Dessa forma, a modelagem proposta apresenta-se como solução integrada, contínua e adaptável, alinhada à natureza dinâmica das demandas de manutenção predial, assegurando eficiência na execução, controle da despesa pública, preservação do patrimônio e melhoria das condições físicas das unidades escolares ao longo do tempo.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “E”, DA LEI Nº 14.133/2021).**

**I.** O presente modelo de execução estabelece a forma pela qual o contrato deverá produzir os resultados pretendidos, desde a fase inicial de mobilização até a conclusão das ordens de serviço emitidas no âmbito da contratação, disciplinando os procedimentos técnicos, operacionais e administrativos que orientarão a execução, o acompanhamento e o controle físico-financeiro dos serviços.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II.** A execução será realizada de forma parcelada e sob demanda, em conformidade com as necessidades identificadas pela Administração, mediante emissão de ordens de serviço específicas, observando-se as diretrizes estabelecidas no Memorial Descritivo, nas especificações técnicas e nos demais documentos que integram o Projeto Básico, os quais definem os métodos executivos, os padrões de desempenho e as condições de execução a serem rigorosamente observadas pela contratada.

**III.** Os parâmetros aqui definidos são de observância obrigatória pela contratada e pela Administração, constituindo referência para a execução dos serviços, a fiscalização contratual e a verificação da conformidade do objeto, devendo ser aplicados de forma integrada às diretrizes técnicas, aos critérios de medição e pagamento, às ordens de serviço emitidas e aos demais elementos que compõem o conjunto documental da contratação, assegurando que a execução ocorra de forma contínua, controlada e compatível com a natureza dinâmica da demanda.

#### **6.1. Descrição Geral da Dinâmica de Execução**

**I.** A execução dos serviços ocorrerá sob regime de execução indireta, mediante empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, sendo operacionalizada de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração, abrangendo as diversas unidades escolares do Município de Magalhães Barata/PA, conforme necessidades identificadas ao longo da vigência contratual.

**II.** Considerando a natureza contínua, dinâmica e descentralizada da demanda, a execução deverá ser planejada de forma organizada, segura e eficiente, com definição de frentes de trabalho compatíveis com as ordens de serviço emitidas, observando-se a logística de deslocamento entre unidades, a priorização das intervenções e a adoção de medidas que assegurem a segurança dos trabalhadores, dos usuários das unidades escolares e do entorno.

**III.** A contratada deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes Termo de Referência/Projeto Básico e demais documentos que integram a contratação, os quais estabelecem os métodos executivos, padrões de desempenho, especificações de materiais e procedimentos de execução, possuindo caráter vinculante e complementar para a adequada realização dos serviços.

**IV.** Durante toda a execução contratual, caberá à contratada assegurar o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários, responsabilizando-se pela mobilização, adequação, qualidade e disponibilidade dos recursos empregados, de modo a garantir a conformidade técnica dos serviços, a segurança operacional e o atendimento aos padrões de desempenho estabelecidos.

**V.** Todos os materiais, componentes e sistemas utilizados deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas nos documentos da contratação e às normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais fora de especificação, inadequados ou que comprometam a durabilidade, o desempenho funcional ou a segurança das edificações.

**VI.** A contratada deverá substituir, de imediato e sem ônus para a Administração, quaisquer serviços executados, materiais ou componentes que sejam considerados inadequados, defeituosos ou em desconformidade com os documentos técnicos da contratação ou com as normas vigentes, assegurando a plena conformidade dos serviços, a qualidade das intervenções realizadas e a adequada conservação das unidades escolares ao longo do tempo.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **6.2. Prazos e condições para início da execução**

**I.** A execução dos serviços terá início mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, a qual constituirá o marco inicial para a execução das atividades nela previstas, devendo conter a identificação da unidade escolar, a descrição dos serviços, os quantitativos estimados e o prazo para sua execução.

**II.** A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, observando as condições de mobilização e preparo operacional compatíveis com a natureza da intervenção demandada.

**III.** Para início da execução, a contratada deverá atender, no que couber, às seguintes condições:

**a)** apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, vinculada aos serviços a serem executados;

**b)** mobilização de equipe técnica, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços constantes da Ordem de Serviço;

**c)** organização do local de execução, com adoção de medidas de segurança, isolamento e sinalização adequadas, especialmente por se tratar de ambiente escolar em funcionamento ou com circulação eventual de pessoas;

**d)** realização de vistoria inicial, quando necessário, para verificação das condições do local, validação dos serviços demandados e registro das condições existentes, podendo ser formalizada por meio de relatório técnico ou registro fotográfico;

**IV.** Considerando a execução em múltiplas unidades escolares e a natureza variável das demandas, a contratada deverá estruturar sua mobilização de forma flexível e proporcional às ordens de serviço emitidas, podendo organizar frentes de trabalho simultâneas ou sequenciais, conforme priorização definida pela Administração.

**V.** O descumprimento injustificado dos prazos de início ou das condições de mobilização estabelecidas para cada Ordem de Serviço caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

**VI.** Eventuais solicitações de prorrogação de prazo ou reprogramação da execução deverão ser formalmente justificadas pela contratada, com apresentação de cronograma compatível com a Ordem de Serviço emitida, estando sua aprovação condicionada à análise técnica da Administração.

## **6.3. Cronograma físico-financeiro e sequência das etapas construtivas**

**I.** Considerando a natureza contínua, variável e sob demanda da contratação, não haverá cronograma físico-financeiro único e vinculante para toda a vigência contratual, possuindo o cronograma constante do Projeto Básico caráter referencial, destinado ao planejamento global dos serviços e à estimativa de distribuição dos custos ao longo do tempo.





**II.** A execução dos serviços será organizada por meio de cronogramas específicos vinculados a cada Ordem de Serviço emitida pela Administração, nos quais serão definidos os prazos de execução, a sequência das atividades e os marcos de acompanhamento, de acordo com a complexidade, extensão e natureza dos serviços demandados.

**III.** Para fins de medição, liquidação e pagamento, será considerado o avanço físico dos serviços efetivamente executados, conforme os quantitativos medidos e aprovados pela fiscalização, não estando os pagamentos condicionados ao cumprimento de etapas fixas previamente estabelecidas, mas sim à execução real e comprovada dos serviços.

**IV.** A contratada deverá organizar suas frentes de trabalho de forma contínua, coordenada e tecnicamente adequada, compatibilizando a execução com as ordens de serviço emitidas, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos, a eficiência operacional e a qualidade das intervenções realizadas.

**V.** A sequência técnica das etapas de execução observará, de forma geral, a lógica construtiva aplicável às intervenções em edificações, podendo compreender, conforme a natureza de cada demanda, a seguinte ordem:

1. Serviços preliminares;
2. Demolições e retiradas;
3. Movimento de terra;
4. Fundações;
5. Estrutura;
6. Paredes e painéis;
7. Cobertura;
8. Impermeabilizações e tratamentos;
9. Esquadrias;
10. Vidros;
11. Ferragens;
12. Revestimentos;
13. Rodapés;
14. Pisos;
15. Forros;
16. Pinturas;
17. Instalações elétricas;
18. Instalações telefônicas e lógica;
19. Instalações hidrossanitárias;
20. Instalações de proteção e combate a incêndios;
21. Instalações especiais;
22. Urbanização;
23. Limpeza final.

**VI.** A ordem das etapas descritas possui caráter técnico referencial, podendo ser ajustada conforme as especificidades de cada intervenção, desde que mantida a coerência técnica, a segurança da execução e a compatibilidade com os serviços demandados, mediante acompanhamento da fiscalização.



**VII.** Qualquer necessidade de reprogramação de prazos ou alteração relevante na sequência executiva deverá ser formalmente justificada pela contratada, com apresentação de cronograma compatível com a Ordem de Serviço correspondente, estando sua aprovação condicionada à análise técnica e à anuência da Administração.

#### **6.4. Localização e condições de acesso**

**I.** Os serviços serão executados nas unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Magalhães Barata/PA, conforme demandas identificadas pela Administração e formalizadas por meio de Ordens de Serviço, abrangendo as localidades indicadas no quadro a seguir:

<b>Nº</b>	<b>ESCOLA</b>	<b>LOCALIDADE</b>
<b>1</b>	E M E I E F DE QUADROS	Vila de Quadros
<b>2</b>	E M E I E F MANOEL CORREA SILVA	Vila de Santana do Fugido
<b>3</b>	E M E I E F VER MANOEL BORGES FAVACHO	Vila de Nazaré do Fugido
<b>4</b>	E M E I E F DE QUATRO BOCAS	Vila de Quatro Bocas
<b>5</b>	E M E I E F PROF MADALENA NASCIMENTO DA SILVA	Vila de Brasil Novo
<b>6</b>	E M E I E F PROF ROSILDA DE SOUZA ALVES	Vila de Calafate
<b>7</b>	E M E I E F PROF ZELIA FLEXA DA SILVA	Sede -Magalhães Barata
<b>8</b>	E M E I E F PROF ZILDA CONCEIÇÃO DE LIMA CORDOVIL MONTEIRO	Sede- Magalhães Barata
<b>9</b>	E M E I E F JOAQUIM SILVA	Vila de Biteua
<b>10</b>	E M E I E F DE FAZENDINHA	Vila de Fazendinha
<b>11</b>	E M E I E F ERCHIDES ERMANO MONTEIRO	Vila de Arraial (Herculino Bentes)
<b>12</b>	E M E I E F PROF TEODORA COSTA FERREIRA	Vila de Vila de Santo Antônio
<b>13</b>	E M E I E F DE CURUPERE	Vila de Curuperé
<b>14</b>	E M E I E F PROF ALTAMIRA LOPES GASPAR	Vila de Boa Vista
<b>15</b>	E M E I E F SAO MARCOS	Vila de São Marcos
<b>16</b>	E M E I E F PROF LEA OEIRA LISBOA	Vila de Prainha (Matinslândia)
<b>17</b>	E M E I E F MARIA ELAICE BRAGA	Vila de Algodalzinho
<b>18</b>	E M E I F PROF ORFINA ALVES MONTEIRO	Vila de Cafezal
<b>19</b>	E M E I VER ELIELSON PINTO CORDOVIL	Vila de Nazaré do Fugido
<b>20</b>	CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO GEOVANA RAFAELY SILVA E SILVA - CRAEEGRASS	Sede - Magalhães Barata



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II.** A definição do local específico de execução ocorrerá a cada Ordem de Serviço emitida, na qual serão indicadas a unidade escolar, a localização, a natureza dos serviços e as condições operacionais para execução, constituindo elemento vinculante para planejamento e mobilização da contratada.

**III.** A referência de localidade das unidades integra este Termo de Referência como elemento de apoio ao planejamento logístico, à fiscalização e à organização da execução, devendo a contratada considerar as distâncias, condições de acesso e características locais para definição de rotas, transporte de insumos e mobilização de equipes.

**IV.** O acesso às unidades escolares ocorre por vias com tráfego regular de veículos leves e, quando necessário, de veículos de carga, competindo à contratada avaliar previamente as condições de circulação, eventuais restrições logísticas e limitações operacionais, adotando as medidas necessárias para garantir a execução segura e contínua dos serviços.

**V.** Antes do início dos serviços em cada unidade, poderá ser realizada vistoria técnica conjunta entre a Administração e a contratada, destinada à verificação das condições do local, identificação de interferências, definição das áreas de intervenção e registro das condições iniciais, podendo ser formalizada por meio de relatório técnico e registro fotográfico.

**VI.** A contratada deverá planejar e executar a logística de mobilização de equipes, materiais, equipamentos e insumos de forma compatível com cada intervenção, garantindo segurança, organização e mínima interferência no funcionamento das unidades escolares e no entorno, observando as orientações da fiscalização e as normas aplicáveis.

**VII.** Durante a execução, deverão ser observados os parâmetros legais, ambientais e de segurança vigentes, especialmente quanto ao isolamento das áreas de intervenção, controle de riscos, organização dos espaços de trabalho, horários operacionais e mitigação de impactos no ambiente escolar.

**VIII.** A contratada será integralmente responsável por eventuais danos decorrentes de falhas na logística de acesso, transporte de materiais, uso inadequado das vias, deposição irregular de resíduos ou descumprimento das normas de segurança e trânsito, sem ônus para a Administração.

**IX.** O registro fotográfico das condições iniciais das áreas de intervenção deverá ser realizado, quando aplicável, como elemento de apoio à fiscalização, ao acompanhamento da execução e à verificação da conformidade dos serviços realizados.

#### **6.5. Método de Quantificação e Controle de Serviços Executados.**

**I.** A execução dos serviços será acompanhada mediante medições físicas periódicas, realizadas com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme os itens e composições constantes da planilha orçamentária que integra o contrato, não se vinculando a percentuais fixos de execução global.

**II.** O método de quantificação adotado tem por objetivo assegurar a correspondência entre os serviços efetivamente realizados e os valores a serem pagos, permitindo à Administração o controle da execução contratual, da conformidade técnica e da adequada aplicação dos recursos públicos.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**III.** As medições terão caráter comprobatório da execução dos serviços, sendo realizadas por item da planilha orçamentária, com base nas unidades de medida previstas (tais como m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, unidades, metros lineares ou equivalentes), não configurando percentual de execução global do contrato.

**IV.** A quantificação dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, os critérios de medição e os quantitativos efetivamente executados, sendo vedada a medição por estimativa, projeção ou qualquer forma de aferição não comprovada.

**V.** As aferições ocorrerão exclusivamente sobre serviços efetivamente executados e concluídos, após vistoria in loco realizada pela fiscalização, podendo ser utilizados como elementos de verificação registros fotográficos, relatórios técnicos, medições físicas diretas e demais instrumentos de comprovação.

**VI.** Os resultados das medições deverão ser apresentados em relatório técnico, contendo, no mínimo:

- a) identificação da Ordem de Serviço correspondente;
- b) descrição dos serviços executados no período;
- c) quantificação dos serviços por item da planilha orçamentária;
- d) valores unitários e totais apurados;
- e) registros fotográficos e demais elementos comprobatórios;
- f) eventuais observações da fiscalização quanto à execução.

**VII.** Os relatórios de medição, após conferência e aprovação pela fiscalização, constituirão a base para o atesto da execução e para a liquidação da despesa, devendo integrar o processo administrativo como comprovação da regularidade da execução contratual.

**VIII.** A periodicidade das medições será definida conforme a dinâmica das ordens de serviço e a evolução da execução, podendo ocorrer por etapa concluída, por período ou por demanda específica, conforme definido pela Administração.

**IX.** Não serão admitidas medições de serviços incompletos, em execução ou em desconformidade com os documentos técnicos da contratação, sendo o pagamento condicionado à efetiva conclusão e aceitação dos serviços pela fiscalização.

**X.** A verificação da conclusão dos serviços executados em cada Ordem de Serviço constituirá referência para o encaminhamento às etapas de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

## **6.6. Recebimento Provisório e Definitivo da Obra**

**I.** O recebimento dos serviços será realizado de forma parcelada, por Ordem de Serviço concluída, considerando a natureza contínua e sob demanda da contratação, sendo cada intervenção objeto de verificação específica quanto à conformidade técnica e ao atendimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II.** Concluída a execução dos serviços constantes de determinada Ordem de Serviço, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, que procederá à vistoria técnica no local, com verificação das condições de execução, registro fotográfico e emissão de relatório circunstanciado.

**III.** Verificada a conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da contratada, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

**IV.** O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos serviços, constituindo etapa de verificação quanto ao desempenho, à funcionalidade e à qualidade das intervenções realizadas, não eximindo a contratada de suas responsabilidades técnicas e contratuais.

**V.** Durante o período de observação, a contratada deverá manter-se à disposição da fiscalização para corrigir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer vícios, defeitos ou inconformidades identificadas, especialmente aqueles relacionados ao desempenho dos sistemas, à funcionalidade das instalações e à integridade dos serviços executados.

**VI.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas, devendo ser corrigidos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**VII.** A recusa injustificada em promover as correções necessárias poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, bem como o acionamento das garantias previstas no contrato.

**VIII.** Decorrido o prazo de observação, que será de até 30 (trinta) dias corridos, e constatada a adequação dos serviços executados, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, mediante vistoria conclusiva e emissão de relatório técnico.

**IX.** O recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço implicará a aceitação formal dos serviços executados, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto à qualidade, desempenho e durabilidade das intervenções realizadas.

**X.** A responsabilidade da contratada pela solidez e segurança dos serviços de engenharia executados observará o prazo legal aplicável, nos termos do §6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 618 do Código Civil, quando couber, considerando a natureza da intervenção realizada.

## **6.7. Disposição Final do Modelo de Execução**

**I.** O modelo de execução estabelecido compreende as etapas necessárias à adequada prestação dos serviços contratados, abrangendo a mobilização inicial, a execução sob demanda mediante ordens de serviço, o acompanhamento técnico, as medições periódicas e os procedimentos de recebimento provisório e definitivo dos serviços executados, assegurando que o contrato produza os resultados pretendidos ao longo de sua vigência, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/2021)**





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**I.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual caberá exercer, de forma cumulativa, as atribuições técnicas, administrativas e operacionais de gestão e fiscalização contratual.

#### **7.1. Fiscal do (a) Contrato**

**I.** A servidora - ANA PAULA RODRIGUES HESKET, PORTARIA Nº 013/2025-GBP/PMMB atuará como fiscal responsável pelo contrato, incumbida de acompanhar integralmente a execução da obra, controlar a conformidade técnica e administrativa dos serviços e adotar as medidas necessárias à fiel observância das obrigações contratuais.

**II.** A fiscal atuará com autonomia técnica na verificação do cumprimento contratual, sem prejuízo da subordinação administrativa à autoridade superior, devendo comunicar tempestivamente qualquer situação que ultrapasse sua competência, nos termos do §2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **7.2. Atribuições do(a) Fiscal**

**I.** Acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira do objeto, verificando a conformidade com o projeto, o cronograma e as especificações técnicas;

**II.** Registrar em diário de obra ou outro meio hábil todas as ocorrências relevantes, anomalias, instruções, suspensões, alterações de cronograma e condições de campo, conforme o §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

**III.** Determinar correções ou refazimentos de serviços em desconformidade com o contrato, exigindo o cumprimento imediato das medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados;

**IV.** Conferir e validar as medições apresentadas pela contratada, atestando a execução dos serviços e encaminhando a documentação necessária à liquidação e pagamento;

**V.** Verificar a qualidade dos materiais e serviços empregados, determinando substituições quando incompatíveis com o projeto;

**VI.** Comunicar à autoridade superior eventuais irregularidades contratuais, atrasos, descumprimentos, riscos técnicos ou financeiros que demandem decisão ou medida além de sua competência;

**VII.** Solicitar apoio técnico, jurídico ou do controle interno sempre que necessário para dirimir dúvidas e prevenir riscos na execução contratual, conforme o §3º do art. 117;

**VIII.** Elaborar relatórios técnicos periódicos e relatório final de fiscalização, consolidando informações sobre o andamento da execução e o cumprimento das obrigações contratuais;  
Participar das vistorias de recebimento provisório e definitivo, assinando os respectivos termos e relatórios.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



### **7.3. Instrumentos de Acompanhamento e Comunicação**

**7.3.1.** Durante a execução contratual, deverão ser utilizados os seguintes instrumentos formais de controle:

- I.** Diário de Obra, com anotações diárias de atividades, ocorrências, medições e registros fotográficos;
- II.** Ordens de Serviço ou Comunicações Formais, emitidas pelo fiscal à contratada, contendo instruções e determinações técnicas;
- III.** Relatórios de Medição e Acompanhamento, elaborados mensalmente e conferidos pelo fiscal;
- IV.** Registros Fotográficos e Relatórios Circunstanciados, com evidências das etapas executadas;
- V.** Relatório Final de Fiscalização, que consolidará o histórico da execução e subsidiará o recebimento definitivo da obra.

**7.3.2.** Esses documentos integrarão o dossiê técnico do contrato, devendo permanecer arquivados sob guarda do fiscal até o encerramento contratual, conforme o art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

### **7.4. Responsabilidade e Suporte Institucional**

- I.** O fiscal do contrato será assistido pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e fornecer informações técnicas e legais necessárias para prevenir riscos e garantir a regularidade da execução contratual, conforme o §3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- II.** O descumprimento de determinações contratuais ou legais pela contratada deverá ser imediatamente comunicado à autoridade competente, que decidirá sobre a aplicação de penalidades, rescisões ou medidas corretivas, nos termos da lei 14133/21.

### **7.5. Encerramento da Fiscalização**

- I.** Concluída a execução e realizado o recebimento definitivo dos serviços, o fiscal emitirá relatório final de fiscalização, consolidando o histórico da execução física e financeira, as ocorrências registradas, as medições atestadas e as correções realizadas, atestando a regularidade técnica e contratual da execução.
- II.** Esse relatório será anexado aos autos do processo e servirá como documento comprobatório da boa e fiel execução do contrato, subsidiando o encerramento administrativo e o arquivamento definitivo do dossiê contratual.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133/2021).**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **8.1. Disposições Gerais**

- I.** A sistemática de medição e pagamento será baseada nos quantitativos efetivamente executados, conforme os itens e composições constantes da planilha orçamentária contratual, não se vinculando a percentuais fixos de execução global ou a cronograma físico-financeiro rígido.
- II.** Cada medição corresponderá aos serviços efetivamente executados e devidamente comprovados, podendo ocorrer por Ordem de Serviço, por período ou por etapa concluída, conforme a dinâmica da execução, sendo vedados pagamentos antecipados, adiantamentos, valores estimados ou quaisquer formas desvinculadas da execução comprovada, em conformidade com a legislação aplicável.
- III.** A liberação de pagamento ficará condicionada à aferição física e técnica dos serviços executados, mediante relatório técnico elaborado pela fiscalização do contrato, o qual deverá atestar a conformidade da execução com as especificações técnicas, com a Ordem de Serviço emitida e com os documentos que integram a contratação.
- IV.** O pagamento será processado após o atesto da execução pela fiscalização, observadas as etapas de liquidação da despesa, devendo corresponder exclusivamente aos quantitativos efetivamente executados e aceitos pela Administração.
- V.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8.2. Procedimentos de Medição**

- I.** A contratada deverá formalizar o pedido de medição por meio de ofício ou formulário próprio, vinculado à Ordem de Serviço correspondente, acompanhado de boletim de medição, planilhas de quantificação, registros fotográficos e demais documentos comprobatórios dos serviços executados no período.
- II.** A periodicidade das medições será definida conforme a dinâmica da execução dos serviços, podendo ocorrer por Ordem de Serviço, por etapa concluída ou por período, não se restringindo obrigatoriamente à frequência mensal.
- III.** A medição será analisada pela fiscalização do contrato, que poderá solicitar esclarecimentos, complementações ou correções sempre que forem constatadas inconsistências, divergências ou ausência de comprovação adequada dos serviços executados.
- IV.** A verificação dos serviços será realizada mediante vistoria in loco, sempre que necessário, com base em medições físicas, registros fotográficos e demais elementos técnicos que permitam aferir a execução real dos serviços.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



V. A medição será validada somente após o atesto formal da fiscalização, mediante emissão de relatório técnico circunstanciado, contendo a identificação da Ordem de Serviço, a descrição dos serviços executados, os quantitativos aferidos por item da planilha orçamentária e a verificação da conformidade técnica da execução.

### **8.3. Aprovação e Atesto Técnico**

I. O processamento da medição ficará sob a responsabilidade do fiscal do contrato, que terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para proceder à verificação técnica e emissão do atesto, contados a partir do protocolo da solicitação de medição apresentada pela contratada, devidamente instruída com a documentação exigida.

II. A análise da medição compreenderá a verificação dos serviços executados, dos quantitativos aferidos por item da planilha orçamentária, da vinculação à respectiva Ordem de Serviço e da conformidade técnica da execução com os documentos da contratação.

III. O prazo para análise poderá ser suspenso ou prorrogado, de forma devidamente justificada, quando forem identificadas inconsistências, divergências ou necessidade de complementação de informações por parte da contratada

IV. A não aprovação da medição, em razão de inconformidades ou insuficiência de comprovação, suspenderá o prosseguimento do processo de liquidação da despesa e, conseqüentemente, do prazo para pagamento, até a regularização das pendências identificadas.

V. O relatório de medição aprovado constituirá documento técnico essencial para a liquidação da despesa, devendo conter a identificação da Ordem de Serviço, a descrição dos serviços executados, os quantitativos aferidos, os valores correspondentes e o atesto da fiscalização quanto à conformidade da execução.

VI. O atesto do fiscal do contrato e a regular liquidação da despesa constituem condições indispensáveis para a autorização do pagamento, em conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

### **8.4. Condições para Pagamento**

I. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, assim entendida como o momento em que for atestada pela fiscalização a execução dos serviços e verificada a conformidade da documentação apresentada, incluindo a nota fiscal/fatura e demais documentos exigidos.

#### **8.4.1. Constituem documentos obrigatórios para cada pagamento:**

I. Boletim de medição e relatório técnico de atesto, assinados pelo fiscal;

II. Relatório fotográfico dos serviços medidos;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**III.** Nota Fiscal ou Fatura contendo o número do empenho e da ordem de serviço;

- a) identificação do contrato;
- b) número do empenho;
- c) período de execução;
- d) valores unitários e totais;
- e) referência ao boletim de medição.

**IV.** Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas:

- a) Certidão de Regularidade Fiscal Federal e Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**8.4.2.** O pagamento somente ocorrerá após a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e contratual da empresa e atesto formal da execução física.

**8.4.3.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendências de execução, irregularidades documentais ou sanções aplicadas, sem que isso gere direito à correção monetária ou compensação financeira.

## **8.5. Restrições e Vedações**

**8.5.1.** É vedada a realização de pagamentos:

- I.** Antecipados ou desvinculados da comprovação de execução física;
- II.** Baseados em estimativas, projeções ou medições parciais não atestadas;
- III.** Enquanto houver inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou contratuais;
- IV.** Que contrariem o disposto nos arts. 144 e 145 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à vedação de pagamento antecipado e à vinculação da remuneração ao desempenho efetivo.

## **8.6. Pagamentos em Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Compromisso**

**I.** Nos contratos custeados com recursos de convênios, contratos de repasse, termos de compromisso ou planos de trabalho firmados com a União ou com a Caixa Econômica Federal, os pagamentos somente serão realizados após a aprovação das medições pela entidade concedente e o efetivo repasse dos valores ao Município.

**II.** A ausência ou atraso no repasse não gera responsabilidade da Administração Municipal quanto à atualização monetária, juros ou encargos sobre valores devidos à contratada, nos termos do instrumento de repasse e das regras federais aplicáveis.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

**I.** A presente contratação será processada na modalidade Concorrência, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, modalidade adequada para obras e serviços de engenharia, sejam eles comuns ou especiais, observando o princípio da ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

**II.** A Concorrência Eletrônica será conduzida em meio digital, conforme o disposto no art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando publicidade, transparência, controle social, rastreabilidade dos atos e eficiência processual. A utilização da forma eletrônica visa ampliar a competitividade, reduzir custos operacionais e promover maior isonomia entre os licitantes.

**III.** O modo de disputa adotado será o aberto, nos termos do art. 56, inciso I, da mesma Lei, hipótese em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, de forma decrescente, em ambiente eletrônico, assegurando isonomia e competitividade entre os participantes.

**IV.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço, nos termos do art. 33, inciso I, combinado com o art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da licitação está plenamente definido no projeto básico e no memorial descritivo, não havendo necessidade de avaliação subjetiva ou técnica.

**V.** A disputa pelo menor preço global assegura que o diferencial competitivo entre os licitantes se estabeleça exclusivamente pelo valor ofertado, garantindo a vantajosidade econômica e o cumprimento das especificações técnicas previamente fixadas pela Administração.

**VI.** A habilitação dos licitantes observará o disposto nos arts. 62 a 67 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à verificação dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme será detalhado no edital da Concorrência.

**VII.** Para fins de controle de segurança e transparência, o processo será instruído em plataforma eletrônica oficial, garantindo o registro digital de todas as fases do certame, em conformidade com o disposto no art. 17, § 2º, e com as boas práticas de governança preconizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS. (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “I”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

A estimativa dos valores de referência da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que, nas contratações de obras e serviços de engenharia, os custos devem ser definidos, prioritariamente, com base em sistemas referenciais oficiais de custos, admitindo-se a utilização de bases públicas reconhecidas, tais como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, bem como sistemas estaduais ou setoriais equivalentes.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



No caso em análise, a formação do orçamento tomou como base a utilização combinada de referências técnicas oriundas do SINAPI, com data-base 02/2026, e da tabela da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, com data-base 03/2026, ambas amplamente reconhecidas como fontes idôneas para a precificação de serviços de engenharia.

A adoção dessas bases referenciais assegura que os preços unitários utilizados reflitam, de forma fidedigna, os custos praticados no mercado para serviços de natureza equivalente, considerando as especificidades regionais, os insumos necessários, a composição de mão de obra e os parâmetros técnicos aplicáveis à execução dos serviços.

Adicionalmente, a estruturação dos custos considerou a incidência de encargos sociais sobre a mão de obra, devidamente detalhados em planilha específica, alcançando percentual global de aproximadamente 89,96% no regime desonerado, o que evidencia a observância das obrigações trabalhistas e previdenciárias incidentes sobre a execução dos serviços.

Da mesma forma, foi incorporado à formação do preço o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, fixado em 22,47%, contemplando componentes como administração central, riscos, despesas financeiras, seguros e tributos incidentes sobre a atividade, em conformidade com metodologias reconhecidas, inclusive com referência a orientações do Tribunal de Contas da União.

Importa destacar que a composição do custo global da contratação não se limita à simples agregação de valores unitários, mas resulta de uma modelagem técnica estruturada, na qual cada item de serviço possui seu respectivo custo direto, acrescido dos encargos sociais e do BDI, garantindo a formação de preços compatíveis com a realidade de mercado e com as condições efetivas de execução.

Nesse contexto, o valor global estimado da contratação, apurado em R\$ 2.137.268,48 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta oito reais e quarenta e oito centavos), decorre da consolidação dos quantitativos previstos na planilha orçamentária e dos preços unitários obtidos a partir das bases referenciais adotadas, refletindo, assim, uma estimativa tecnicamente fundamentada e alinhada aos parâmetros legais aplicáveis.

Cumprе ressaltar, ainda, que, em razão do regime de execução adotado, qual seja empreitada por preço unitário, o referido valor global possui caráter estimativo, não implicando obrigação de execução integral dos quantitativos previstos, sendo os pagamentos vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente medidos, o que reforça a adequação da metodologia adotada sob os aspectos da economicidade e do controle da despesa pública.

Dessa forma, conclui-se que os valores de referência estabelecidos se encontram devidamente justificados, por estarem fundamentados em sistemas oficiais de custos, estruturados a partir de parâmetros técnicos reconhecidos, acrescidos de encargos e BDI compatíveis com a realidade do mercado, atendendo integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021 e assegurando a confiabilidade da estimativa orçamentária da contratação.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **11. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS. (Arts. 124, 125, 126 e 136 da Lei nº 14.133/2021)**

### **11.1. Disposições Gerais**

**I.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observando-se o princípio do equilíbrio econômico-financeiro, a vinculação ao instrumento convocatório e a manutenção da natureza e finalidade original da contratação.

### **11.2. Acréscimos, Supressões e Limites Legais**

**I.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**II.** As supressões contratuais poderão ultrapassar o limite de 25%, desde que resultem de acordo entre as partes, conforme o §1º do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**III.** As alterações unilaterais promovidas pela Administração não poderão transfigurar o objeto da contratação, devendo preservar sua natureza, funcionalidade e finalidade, conforme dispõe o art. 126 da Lei nº 14.133/2021.

**IV.** Qualquer alteração que importe em modificação do projeto, das especificações, do cronograma, dos prazos ou dos valores deverá ser formalizada por termo aditivo e devidamente justificada tecnicamente, acompanhada de parecer jurídico prévio.

### **11.3. Apostilamento e Registros Administrativos**

#### **VIII. Poderão ser formalizados por apostila, sem necessidade de termo aditivo, os ajustes que:**

- a)** Não impliquem alteração do valor global, objeto, prazos ou condições essenciais do contrato;
- b)** Se refiram à atualização de valores decorrente de reajuste ou repactuação prevista;
- c)** Tratem de modificação de dados cadastrais, contas bancárias ou responsáveis legais;
- d)** Visem corrigir erros materiais ou ajustes administrativos de natureza formal.

**11.3.1.** Tais registros serão incorporados aos autos do processo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

### **11.4. Reajuste e Revisão de Preços**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**I.** O valor contratado será considerado fixo e irrevogável durante todo o período de execução, compreendendo todos os custos diretos, indiretos, tributos, encargos e demais despesas necessárias à plena execução da obra.

**II.** Poderá ser admitida, de forma excepcional, a revisão contratual para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e parecer jurídico favorável, nos termos do art. 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando ocorrerem:

- a)** Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- b)** Força maior, caso fortuito ou interferências imprevistas;
- c)** Aumento extraordinário de custos de insumos essenciais, devidamente comprovado.

**III.** A solicitação de revisão deverá ser formalmente apresentada pela contratada, instruída com planilhas, notas fiscais, índices oficiais e documentos comprobatórios da variação dos custos, cabendo à Administração analisar a pertinência e extensão da recomposição e submetê-la à autoridade competente.

#### **11.5. Formalização e Controle**

**I.** Todas as alterações contratuais: unilaterais, consensuais, qualitativas ou quantitativas, deverão ser formalizadas por termo aditivo, devidamente numerado e incorporado aos autos, com motivação expressa, justificativa técnica, orçamentária e jurídica.

**II.** O órgão contratante deverá registrar em processo próprio as razões de fato e de direito que ensejaram a alteração, assegurando a transparência, rastreabilidade e controle da despesa pública, conforme o art. 124, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

**12.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- I.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**12.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.6.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.7.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.8.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

### **13. DAS GARANTIAS CONTRATUAIS, RESPONSABILIDADE TÉCNICA, MANUTENÇÃO DA OBRA E SUBCONTRATAÇÃO**

**I.** A garantia de manutenção da obra, correspondente à responsabilidade técnica da contratada pela solidez, segurança e funcionalidade das edificações, válida após o recebimento definitivo, pelo prazo legal de cinco anos.

**II.** A subcontratação, quando admitida, constitui faculdade excepcional condicionada à autorização expressa da Administração, limitada ao percentual e às condições definidas no contrato, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução, qualidade e segurança do objeto, conforme o disposto nos art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

#### **13.1. Garantia de Execução Contratual**

**I.** Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza dos serviços, o regime de execução por empreitada por preço unitário, a forma de pagamento vinculada aos serviços efetivamente executados e atestados, bem como a possibilidade de controle e mitigação de riscos por meio da fiscalização contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **13.2. Responsabilidade Técnica e Garantia Legal da Obra**

**I.** A contratada será integralmente responsável pela boa e fiel execução do objeto contratual, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**II.** A contratada deverá indenizar a Administração ou terceiros por quaisquer danos decorrentes da execução do objeto contratual, sejam eles materiais, ambientais, morais ou trabalhistas, inclusive os provenientes de condutas culposas ou dolosas de seus prepostos, empregados, fornecedores ou subcontratados, respondendo por todas as obrigações que lhes forem imputáveis. Conforme dispõe o Art. 186 da Lei nº 10.406/2002.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**III.** É de inteira responsabilidade da contratada o cumprimento de todas as obrigações legais incidentes sobre a execução do contrato, especialmente as de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, ambiental e de segurança do trabalho, eximindo a Administração de qualquer responsabilização solidária ou subsidiária.

**IV.** A contratada responderá pela solidez e segurança da obra executada, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, conforme disposto no §6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 618 do Código Civil, devendo reparar, por sua conta, todo e qualquer defeito estrutural, construtivo ou funcional identificado dentro desse período.

**V.** Caso a contratada se omita ou se recuse a reparar danos, vícios ocultos ou falhas de execução detectados durante a vigência do contrato ou no prazo legal de garantia, a Administração poderá executar os serviços corretivos por terceiros, às expensas da contratada, que ficará obrigada a ressarcir integralmente os custos incorridos, inclusive por meio de cobrança administrativa ou judicial, sem prejuízo da inscrição do débito em dívida ativa, quando cabível.

**VI.** Caso a contratada venha a subcontratar parte dos serviços, ainda permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade técnica, pela segurança da obra e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais, trabalhistas e fiscais, nos termos dos arts. 120 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

### **13.3. Da Subcontratação**

**I.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Contratante, a quem incumbe avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica e regularidade exigidos para a execução das atividades que lhe forem atribuídas.

**II.** É vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da obrigação, caracterizada como o núcleo essencial do contrato.

**III.** Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Administração pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações técnicas, contratuais, legais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias correspondentes à parcela subcontratada.

**IV.** A CONTRATADA se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao solicitado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização.

**V.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como se cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de tais agentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, arts. 9º e 14.

**VI.** A autorização para subcontratação deverá ser formalizada mediante manifestação técnica e parecer jurídico favorável, integrando o processo administrativo do contrato, conforme as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**14.1.** São obrigações da CONTRATANTE, além daquelas previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e na legislação aplicável:

**14.1.1.** Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Contrato, o Termo de Referência e seus anexos técnicos;

**14.1.2.** Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Projeto Básico, no Termo de Referência e no Cronograma Físico-Financeiro;

**14.1.3.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre vícios, defeitos ou incorreções verificados no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, total ou parcialmente, às suas expensas;

**14.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, designando formalmente gestor e fiscal, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021;

**14.1.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste Contrato, observando o Cronograma Físico-Financeiro e o Termo de Referência;

**14.1.6.** Realizar independentemente do percentual de tributo inserido na planilha a retenção na fonte dos percentuais estabelecidos na legislação vigente que é de 5%.

**14.1.7.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, devidamente motivadas, em caso de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;

**14.1.8.** Cientificar a Procuradoria do Município sempre que houver descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para adoção das medidas judiciais ou administrativas cabíveis;

**14.1.9.** Emitir decisão expressa e fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do ajuste;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**14.1.10.** Concluída a instrução do requerimento formulado pela CONTRATADA, decidir no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período, conforme previsão legal;

**14.1.11.** Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso;

**14.1.12.** Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer alteração posterior do projeto que implique adequação ou reprogramação dos serviços, observando o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.1.13.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, direta ou indiretamente envolvidos na execução contratual.

**14.1.14.** Compete à CONTRATANTE assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive suas instalações e equipamentos, apresente condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, sempre que os serviços forem executados em suas dependências ou em local por ela designado.

**14.1.15.** Antes da expedição da Ordem de Serviço, deverá a CONTRATANTE verificar eventuais pendências, liberar as áreas de execução e adotar todas as providências necessárias para a regularidade do início dos serviços.

**14.1.16.** A CONTRATANTE adotará, durante a execução contratual, todas as medidas preventivas de segurança, ambientais e administrativas que assegurem o cumprimento das normas de engenharia, de meio ambiente e de segurança do trabalho previstas no Memorial Descritivo, no Projeto Básico e no Termo de Referência, em conformidade com as exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50.

**14.1.17.** A CONTRATANTE, por meio do fiscal do contrato, deverá acompanhar a implementação das medidas de segurança, sem que tal acompanhamento implique corresponsabilidade técnica, civil ou trabalhista pelos atos ou omissões da CONTRATADA.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **15.1. Obrigações Gerais**

**15.1.1.** Executar o objeto do contrato em estrita conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico, de sua proposta técnica e comercial e dos demais documentos que integram o processo licitatório, com a devida alocação de empregados, equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, observando rigorosamente as quantidades, padrões de qualidade e prazos estabelecidos.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**15.1.2.** A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou, quando aplicável, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), em nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução da obra.

**15.1.3.** A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE cópia da ART ou RRT devidamente registrada antes do início da obra, a qual deverá conter a descrição completa das atividades técnicas contratadas e o vínculo com o profissional responsável.

**15.1.4.** É vedado o início de qualquer serviço sem a apresentação da ART ou RRT correspondente, sob pena de suspensão imediata da execução até a regularização, sem que isso gere direito a prorrogação de prazo ou indenização.

**15.1.5.** A CONTRATADA deverá realizar o cadastro da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021 e demais normativos aplicáveis, apresentando à CONTRATANTE o comprovante de inscrição no CNO antes do início dos serviços.

**15.1.6.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela segurança, saúde e integridade física dos trabalhadores sob sua responsabilidade, devendo cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como as normas técnicas da ABNT, legislações previdenciárias, sanitárias e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços.

**15.1.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou obras que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de execução inadequada ou de materiais empregados em desacordo com as especificações contratuais.

**15.1.8.** Responsabilizar-se por vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos dos artigos 14 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), podendo a CONTRATANTE descontar da garantia contratual (quando exigida) ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos prejuízos apurados.

**15.1.9.** A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação integral por todo e qualquer dano causado ao Município, direta ou indiretamente, obrigando-se a CONTRATADA a ressarcir imediatamente a Administração, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**15.1.10.** Utilizar empregados devidamente habilitados e com conhecimentos compatíveis com as atividades a serem executadas, observando as normas trabalhistas e de segurança aplicáveis.

**15.1.11.** Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês subsequente à execução dos serviços, os seguintes documentos comprobatórios de regularidade:

I. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**III.** certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal, conforme o domicílio ou sede da contratada;

**IV.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

**V.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**15.1.12.** Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das obrigações decorrentes de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias, cuja inadimplência não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

**15.1.13.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou fato relevante que se verifique no local da execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e garantindo-lhe acesso irrestrito ao local e à documentação da obra.

**15.1.14.** Atender imediatamente às determinações da fiscalização, paralisando qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme as boas práticas de engenharia ou que coloque em risco a segurança de pessoas, bens ou instalações, até que as irregularidades sejam sanadas.

**15.1.15.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e bens sob sua responsabilidade durante a vigência contratual, assegurando a integridade física e patrimonial até o recebimento definitivo da obra.

**15.1.16.** Organizar e conduzir tecnicamente a execução dos serviços de modo eficiente e compatível com as exigências do contrato, observando o cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do Projeto Básico.

**15.1.17.** Executar os trabalhos em conformidade com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, mantendo o canteiro de obras em condições adequadas de limpeza, segurança, higiene e disciplina, atendendo às determinações dos órgãos públicos competentes.

**15.1.18.** Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer proposta de alteração dos métodos executivos que possa implicar modificação nas especificações técnicas ou de desempenho previstas no Memorial Descritivo, somente podendo implementá-las após aprovação formal.

**15.1.19.** Cumprir integralmente as normas relativas à proibição do trabalho infantil e proteção ao trabalho do adolescente, observando:

**I.** é vedado o trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II.** é proibido o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

**15.1.20.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**15.1.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos e dados obtidos em razão da execução contratual, salvo quando a divulgação for exigida por autoridade competente.

**15.1.22.** Arcar com todos os ônus decorrentes de eventuais equívocos no dimensionamento de quantitativos apresentados em sua proposta, inclusive custos variáveis, como vale-transporte e insumos complementares, salvo quando configurada alguma das hipóteses de reequilíbrio previstas no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**15.1.23.** Cumprir, além das legislações federal, estadual e municipal aplicáveis, as normas internas de segurança da CONTRATANTE, bem como suas determinações administrativas complementares.

**15.1.24.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, conforme as recomendações da boa técnica e as normas pertinentes.

**15.1.25.** Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização, nos casos em que se constatar descumprimento das obrigações ou inadequação técnica do serviço.

**15.1.26.** Manter preposto aceito pela CONTRATANTE durante todo o período de execução, com poderes para representá-la, tomar decisões e responder pelos compromissos assumidos.

**15.1.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**15.1.28.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**15.1.29.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**15.1.30.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

## **15.2. Obrigações ambientais da contratada.**



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**15.2.1.** As obrigações ambientais descritas neste item devem ser integralmente atendidas pela CONTRATADA durante toda a execução da obra.

**15.2.2.** Tais obrigações não se limitam às disposições aqui elencadas, devendo a CONTRATADA cumprir todas as exigências, normas e regulamentações técnicas constantes no item **2 – Fundamentação Legal e Normativa da Contratação** deste Termo de Referência, bem como quaisquer outras normas ambientais, técnicas e de segurança que venham a ser aplicáveis à natureza do objeto.

**15.2.3.** As diretrizes contidas no item 13 – Sustentabilidade Ambiental e Acessibilidade do Estudo Técnico Preliminar foram integralmente consideradas para a elaboração das presentes obrigações ambientais, que passam a ter caráter vinculante e contratual, em conformidade com o disposto nos arts. 5º, inciso XII, 25, §3º e 45 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.4.** Em atendimento ao art. 45 da Lei nº 14.133/2021, as licitações e contratações de obras e serviços de engenharia observarão, especialmente, as seguintes exigências:

- I.** disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela execução das obras contratadas, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- II.** mitigação e compensação ambiental decorrentes das intervenções, observadas as condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes no processo de licenciamento ambiental, quando aplicável;
- III.** utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, priorizando soluções sustentáveis, materiais de baixo impacto ambiental e sistemas de eficiência energética.

**15.2.5. Geração de Resíduos de Construção e Demolição (RCC).**

- I.** A CONTRATADA deverá elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos, quando existente;
- II.** O PGRCC deverá contemplar medidas de redução, segregação, reaproveitamento, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, assegurando rastreabilidade e controle de volumes;
- III.** Nos termos dos arts. 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307/2002, a CONTRATADA deverá garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, obedecendo aos seguintes procedimentos:
  - a)** Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



- b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, dispostos de modo a permitir sua utilização ou reciclagem futura;
- c) Resíduos Classe C (sem tecnologia economicamente viável de reciclagem): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados de acordo com as normas específicas aplicáveis;

IV. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor resíduos originários dos serviços em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos ou áreas protegidas por lei, bem como em locais não licenciados.

#### **15.2.6. Emissões Atmosféricas e Poluição do Ar**

I. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para controlar as emissões atmosféricas e minimizar a poluição do ar decorrente das atividades de obra, observando o disposto na Resolução CONAMA nº 382/2006, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, e nas normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente as que tratam da medição e controle de particulados e qualidade do ar.

##### **15.2.6.1. As medidas mínimas obrigatórias incluem:**

- I. Manter em boas condições de uso todos os equipamentos, veículos e máquinas empregados na execução dos serviços, realizando manutenção preventiva e corretiva periódica, de modo a garantir eficiência na queima de combustíveis e reduzir a emissão de gases e materiais particulados;
- II. Implementar o controle de poeira e dispersão de particulados, principalmente nas áreas de terraplanagem, vias de acesso, canteiros de obra e locais de armazenamento de materiais, mediante aspersão de água, telas, tapumes, barreiras físicas ou outras práticas equivalentes;
- III. Planejar o transporte e a logística de insumos e resíduos, evitando o excesso de tráfego pesado e a circulação desnecessária de caminhões, de forma a reduzir o consumo de combustível e as emissões associadas;
- IV. Proibir a queima de materiais e resíduos nos locais de intervenção, devendo toda sobra de material, entulho, restos de madeira, plásticos ou combustíveis ser descartada conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e em locais devidamente licenciados;
- V. Adotar medidas de contenção e proteção em áreas sensíveis, utilizando tapumes, lonas ou barreiras físicas que impeçam o carreamento de poeira e particulados;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**VI.** Evitar atividades simultâneas de alto potencial de emissão, como demolição e terraplanagem, quando houver ventos fortes ou períodos de baixa umidade, a fim de reduzir a dispersão de material particulado no ar;

**VII.** Registrar e monitorar as ações de controle ambiental relativas à qualidade do ar e às emissões atmosféricas, mantendo relatórios e comprovantes à disposição da fiscalização municipal e dos órgãos ambientais competentes.

**VIII.** Essas ações visam assegurar a conformidade da execução com os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 382/2006, bem como reduzir a poluição difusa, proteger a saúde pública e garantir o conforto ambiental da população do entorno.

### **15.2.7. Controle de Ruídos e Vibrações**

**I.** A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para controlar os níveis de ruído e vibração gerados em decorrência da realização dos serviços, em estrita observância à Resolução CONAMA nº 001/1990, à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 10.151:2019 e NBR 10.152:2017), que estabelecem os critérios e limites de pressão sonora em ambientes internos e externos.

#### **15.2.7.1. As medidas mínimas obrigatórias incluem:**

**I.** Manter em perfeito estado de conservação e funcionamento todos os equipamentos, motores, geradores e ferramentas, realizando manutenção periódica para evitar ruídos excessivos e vibrações estruturais;

**II.** Instalar barreiras físicas, tapumes, mantas acústicas ou cortinas sonoras em áreas de impacto direto aos transeuntes, minimizando a propagação sonora e o desconforto ambiental;

**III.** Planejar e organizar as atividades mais ruidosas (como demolição, perfuração, corte e compactação) para horários diurnos, preferencialmente entre 8h e 17h, evitando perturbação das comunidades vizinhas e respeitando eventuais restrições municipais de ruído;

**IV.** Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos trabalhadores expostos, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-06 (EPI), NR-09 (PGR) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção);

**V.** Realizar medições periódicas dos níveis de ruído com equipamentos calibrados, conforme os procedimentos da ABNT NBR 10.151:2019 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, registrando os resultados e mantendo-os à disposição da fiscalização municipal e ambiental;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**VI.** Adotar medidas preventivas e de mitigação de vibrações estruturais, especialmente em áreas próximas a edificações existentes, realizando, quando solicitado, inspeção prévia e registro fotográfico do entorno para fins de controle de eventuais danos causados;

**VII.** Proibir a queima, percussão, corte ou uso de equipamentos de alto impacto sonoro fora dos horários permitidos ou sem o controle adequado, devendo sempre priorizar o método construtivo menos ruidoso e menos vibrante disponível;

**VIII.** Implementar um registro de controle ambiental de ruídos e vibrações, contendo a identificação das atividades geradoras, os horários de execução, os métodos de controle adotados e os resultados das medições realizadas, para acompanhamento pela fiscalização da CONTRATANTE.

**IX.** As ações deverão assegurar que os níveis de ruído e vibração não ultrapassem os limites máximos previstos nas normas da ABNT e na Resolução CONAMA nº 001/1990, preservando o bem-estar da população do entorno, a integridade das edificações vizinhas e as condições de trabalho seguras para os operários da obra.

#### **15.2.8. Preservação da Vegetação e do Solo**

**I.** A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para a preservação da vegetação e do solo, prevenindo a degradação ambiental e garantindo o manejo adequado dos materiais, resíduos e substâncias utilizados durante a execução dos serviços.

**II.** Deverão ser observadas, cumulativamente, as normas constantes do item 2 – Fundamentação Legal e Normativa da Contratação deste Termo de Referência, especialmente as Resoluções CONAMA nº 307/2002, nº 001/1990 e nº 382/2006, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

##### **15.2.8.1. As medidas mínimas obrigatórias incluem:**

**I.** Não despejar resíduos sólidos, águas servidas, efluentes ou substâncias contaminantes diretamente sobre o solo ou nas redes pluviais, adotando procedimentos seguros de coleta, contenção e destinação final, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

**II.** Planejar o armazenamento e manuseio de materiais de construção em áreas niveladas, drenadas, sinalizadas e impermeabilizadas, de forma a evitar infiltrações, derramamentos ou contaminação do solo e das águas subterrâneas;

**III.** Implantar barreiras físicas e dispositivos de proteção, como valas de contenção, sarjetas e sistemas provisórios de drenagem, para prevenir erosão, assoreamento, carreamento de sedimentos e escoamento superficial;

**IV.** Preservar ao máximo a vegetação existente no local dos serviços, limitando a supressão vegetal às áreas estritamente necessárias à execução dos serviços, com recomposição vegetal ou paisagística das áreas eventualmente afetadas, conforme determinação dos órgãos ambientais competentes;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



- V. Destinar corretamente o solo excedente e os materiais provenientes de escavação, priorizando o reaproveitamento em outras frentes de serviço ou o transporte para áreas devidamente licenciadas, vedada a disposição em locais de “bota fora”, margens de rios, encostas, áreas de preservação permanente ou terrenos não regularizados;
- VI. Realizar o manejo adequado de óleos lubrificantes, combustíveis, solventes e produtos químicos, utilizando recipientes apropriados, locais cobertos e sinalizados, com piso impermeabilizado, de modo a impedir contaminação do solo e dos cursos d’água;
- VII. Adotar procedimentos emergenciais de contenção e limpeza imediata em caso de derramamentos ou acidentes ambientais, comunicando o fato à fiscalização e, quando necessário, aos órgãos ambientais competentes;
- VIII. Evitar a compactação excessiva do solo, planejando o tráfego interno de máquinas e veículos e restringindo o acesso a áreas não operacionais, a fim de manter a capacidade natural de infiltração e drenagem;
- IX. Manter registro documental das ações de preservação e recuperação do solo e da vegetação, bem como das destinações de materiais e resíduos, disponibilizando os comprovantes à fiscalização do contrato e aos órgãos de controle ambiental.
- X. Essas medidas têm por finalidade garantir o equilíbrio físico e ecológico do terreno, a integridade da vegetação remanescente e a sustentabilidade ambiental da execução da obra, conforme os princípios previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e nas normas do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

## **16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:**

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

**IX.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**I.** Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 6.1 deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 6.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**IV.** Multa:

**a)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**16.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**16.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**16.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**16.10.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**16.11.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

**16.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)**

**I.** As despesas provenientes da presente contratação contam com dotação orçamentária específica no exercício de 2026, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

**II.** A despesa está amparada na seguinte dotação orçamentária municipal:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1313 – FUNDEB
PROJETO ATIVIDADE	12 361 0008 2.088 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb 30%
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00 - Obras e instalações

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1313 – FUNDEB
PROJETO ATIVIDADE	12 365 0008 2.092 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb 30%
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51.00 - Obras e instalações

**III.** A execução do objeto observará as disponibilidades financeiras e os repasses programados, sendo os desembolsos realizados em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Administração Municipal, que servirá como referência para as medições e liberações de pagamento.

**IV.** Os valores necessários à execução contratual estão devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilizados com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Magalhães Barata, em atendimento ao disposto no II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## **18. DOS CASOS OMISSOS**

**I.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. DO FORO**

**I.** É eleito o Foro da Comarca de Magalhães Barata/PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/21.

Magalhães Barata/PA, 20 de março de 2026.

**IVANGELA OLIVERIA DE MORÃES**

Agente de Planejamento



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## ANEXO II

# PROJETO BÁSICO

**OBJETO: SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA**



# PROJETO BÁSICO



## SUMÁRIO

1. MEMORIAL DESCRITIVO
2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA GERAL
3. QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI
4. ENCARGOS SOCIAIS
5. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
6. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART DO RESPONSÁVEL TÉCNICO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MAGALHÃES BARATA**



## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**OBRA: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E  
CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE  
MAGALHÃES BARATA - PA**



➤ **NORMAS GERAIS**

✓ **INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A interpretação dos projetos e demais documentos fornecidos será realizada obedecendo-se os seguintes princípios:

- Compete à CONTRATADA fazer um minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos do projeto arquitetônico e demais complementares; inclusive dos detalhes, das especificações em planta e demais elementos integrantes da documentação técnica fornecidos para a execução da obra;
- Todas as especificações técnicas farão parte integrante do contrato de construção, juntamente com todas as pranchas gráficas do projeto e planilha. Estes documentos são complementares entre si; assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida.
- Em caso de divergência entre esta Especificação Técnica e as informações dos projetos arquitetônicos e complementares, prevalecerão as segundas. Em caso de divergência entre estas informações dos projetos e os dados da planilha orçamentária prevalecerão os segundos.
- Nenhuma alteração se fará, em qualquer especificação ou mesmo em projeto, sem a verificação e justificativa técnica da estrita necessidade da alteração proposta, bem como cotação de preço nas planilhas SINAPI e SEDOP ou, falta destas, em mercado.
- A autorização para tal modificação só terá validade quando confirmada por escrito. Nos casos em que este caderno for eventualmente omissivo ou apresentar dúvidas de interpretação do projeto de arquitetura e ou dos projetos complementares de engenharia, deverão ser ouvidos os responsáveis técnicos, os quais prestarão esclarecimentos necessários.

✓ **COMISSÃO E DOCUMENTOS DA OBRA**

Para um melhor entendimento teremos o CONTRATANTE e a empresa encarregada da execução dos serviços de engenharia, como CONTRATADA.

Será responsável pela fiscalização dos serviços, a COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, doravante denominada de FISCALIZAÇÃO. Suas decisões, instruções e interpretações serão imperativas, como se fossem emitidas pelo próprio CONTRATANTE.

A CONTRATADA respeitará rigorosamente o projeto e suas especificações, sendo a CONTRATANTE previamente consultada para qualquer modificação.





A FISCALIZAÇÃO terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas da obra, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da obra, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

Obriga-se, ainda, a CONTRATADA a manter no canteiro de obras, um livro denominado de “DIÁRIO DE OBRA”, preenchido por esta, em três vias, onde serão anotados, os serviços em execução no dia, condições de tempo, efetivo diário e quaisquer outras anotações julgadas oportunas pela CONTRATADA. A FISCALIZAÇÃO terá acesso direto a este livro, podendo também nele, escrever tudo que julgar necessário, a qualquer tempo.

Todas as comunicações e ordens de serviços, tanto da CONTRATADA, quanto da FISCALIZAÇÃO só serão levadas em consideração, se contidas no “DIÁRIO DE OBRA”.

#### ✓ **CRITÉRIOS DE SIMILARIDADES**

Todo material empregado na execução dos serviços será de primeira qualidade, sendo rejeitados aqueles que não se enquadrarem nas especificações fornecidas.

Serão aceitos materiais similares aos especificados, desde que consultada previamente a FISCALIZAÇÃO a respeito de sua utilização.

A CONTRATADA se obriga, no entanto, a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatórios, com base nas normas da ABNT, e/ou testes de ensaios realizados por Institutos ou Laboratórios Tecnológicos credenciados.

Os materiais que não possam atender as condições em epígrafe poderão ser aceitos, desde que satisfaçam às normas relativas à sua finalidade, demonstrando seu comportamento satisfatório, no mercado, após cinco anos de uso, após considerações da FISCALIZAÇÃO.

**Na seleção dos materiais, satisfeitos os requisitos de preço e qualidade, os de fabricação nacional terão preferência sobre os de outras procedências.**

#### ✓ **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Executar todos os serviços com zelo, limpeza, eficiência e pontualidade, em consonância com as normas técnicas e procedimentos específicos.

b) Fornecer aos funcionários uniformes e todos os EPI's necessários para a execução das tarefas e responsabilizar-se pela utilização correta dos mesmos.



c) Manter o local de trabalho sempre limpo e organizado (padrão 5S) e promover campanhas de conscientização e melhorias.

d) Monitorar e controlar a geração de resíduos, aplicáveis ao objeto do contrato, não contribuindo de nenhuma forma para contaminação do meio ambiente.

e) Substituir imediatamente todo e qualquer funcionário que a Fiscalização Municipal julgar ter comportamento inconveniente ou ser inadequado à execução dos serviços, sem ônus para a Prefeitura Municipal. A Substituição deverá ocorrer num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis sem prejuízo das atividades, por profissional de capacidade igual ou superior ao substituído. Dependendo da situação, a Prefeitura Municipal poderá exigir o afastamento daquele profissional logo após sua comunicação.

f) Facilitar à Fiscalização o acesso a todos os materiais, equipamentos e ferramentas que serão utilizados na obra, inclusive notas fiscais, folhas de ponto, contracheques, e qualquer documentação pertinente à obra.

g) Utilizar materiais, ferramentas e equipamentos novos, de primeira qualidade, que estejam de acordo com as especificações técnicas e recomendações do fabricante.

h) Utilizar profissionais especializados e devidamente habilitados, para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra.

## **1 - SERVIÇOS PRELIMINARES**

### **1.1- PLACA DE OBRA**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

A Placa de Obra tem como objetivo mostrar para sociedade os serviços realizados na obra, com seus valores e responsáveis técnicos.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

A CONTRATADA deverá solicitar junto a fiscalização o modelo da Placa de Obra, executando-a conforme o Projeto Específico fornecido.

A placa de obra deverá ser de lona com plotagem gráfica capaz de resistir às intempéries, durante todo o período da obra.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

A CONTRATADA também deverá instalar as placas da obra, de identificação da empresa e demais placas exigidas pela legislação corrente no canteiro de obras e em local de boa visibilidade.



---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com a área (m<sup>2</sup>) efetivamente trabalhada.

### **1.2- LOCAÇÃO DA OBRA**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

A locação consiste em demarcar, no terreno, alguns pontos definidos em projeto de uma obra para que a mesma possa ser executada exatamente no local planejado. Com a locação é possível determinar a localização exata onde serão colocados pilares, fundações, linhas de divisória de loteamento, dentre outros.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Materiais e Equipamentos**

Peça de madeira não aparelhada 7,5 x 7,5 cm, maçaranduba, angelim ou equivalente da região;  
Sarrafo de madeira não aparelhada 2,5 x 7 cm, maçaranduba, angelim ou equivalente da região;  
Tábua de madeira 3ª qualidade 2,5 x 23 cm, não aparelhada;  
Prego polido com cabeça 17 x 21;  
Concreto magro para lastro com preparo manual;  
Tinta acrílica;  
Serra circular de bancada com motor elétrico, potência de 1600 W, para disco de diâmetro de 10" (250mm);  
Marcação de pontos em gabarito ou cavalete.

##### **Execução**

Verifica-se o comprimento do trecho da instalação;  
Corta-se o comprimento necessário das peças de madeira;  
Com a cavadeira faz-se a escavação no local onde será inserido o pontalete (peça de madeira);

O pontalete é inserido no solo; o nível é verificado durante este procedimento;  
Interligam-se os pontaletes com duas tábuas, no seu topo, formando um "L";  
Coloca-se travamento de madeira na base de cada pontalete para sustentar a estrutura do gabarito;  
No solo, faz-se o chumbamento, com concreto, dos pontaletes;  
Em seguida, é feita a pintura da tábua (lado de dentro do gabarito) e da madeira do topo ("L").

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

A verificação do atendimento das normas para execução dos serviços e de utilização dos EPI's necessários para realização dos mesmos, podendo a FISCALIZAÇÃO, se necessário solicitar as correções e/ou desmontagem e remontagem dos mesmos.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será feita em metros quadrados de locação executada.



### **1.3- LEGALIZAÇÃO DA OBRA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES (PREFEITURA E SEMMA)**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Deverão ser retiradas todas as licenças necessárias, para a perfeita execução da obra.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Providenciar junto ao CREA (entrada e recolhimento) de anotação de responsabilidade técnica (ART) referente ao objeto do contrato e serviços pertinentes.

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objetos do contrato.

Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

Efetuar todas as despesas relativas à Execução de Obras perante os Órgãos Públicos e Particulares competentes.

---

#### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Será medido após comprovação.

### **2- DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**

#### **2.1- RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Desmanche de coberturas, com retirada de telhas, sem reaproveitamento.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Retirar cada telha manualmente, formar pilhas de sete ou oito telhas, amarrá-las e baixá-las, com uso de cordas, até a laje imediatamente abaixo da cobertura;
- Verificar quais telhas podem ser reutilizadas (não quebradas, livres de mofos e substâncias impregnantes que podem prejudicar seu desempenho);
- Separar as telhas novas, que deverão ter mesma cor e dimensões do restante do telhado e transportá-las com guincho até a cobertura;
- Em cada pilha de telhas disposta sobre o madeiramento não devem ser acumuladas mais do que sete ou oito telhas; os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas em caibros ou terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento;



- Antes do início dos serviços de telhamento devem ser conferidas as disposições de tesouras, meiatesouras, pontaletes de apoio, terças, caibros, elementos de contraventamento e outros. Deve ainda ser verificado o distanciamento entre ripas (galga), de forma a se atender à projeção mínima especificada para os beirais e que o afastamento entre topos de telhas na linha de cumeeira não supere 5 ou 6cm;
- A colocação deve ser feita por fiadas, iniciando pelo beiral até a cumeeira, e simultaneamente em águas opostas; a largura do beiral deve ser ajustada para que se atenda ao distanciamento máximo entre as extremidades das telhas na linha de cumeeira; para se manter a declividade especificada para o telhado, as telhas nas linhas dos beirais devem ser apoiadas sobre ripas duplas, ou ripões com altura equivalente à espessura de duas ripas;
- No caso de beirais sem a proteção de forros, as primeiras fiadas devem ser amarradas às ripas com arame recozido galvanizado;
- Na colocação das telhas, manter sobreposição longitudinal de no mínimo 10cm;
- Telhas e peças complementares com fissuras, empenamentos e outros defeitos acima dos tolerados pela respectiva normalização devem ser expurgadas;
- Nas posições de águas furtadas (rincões), espigões e eventualmente cumeeiras as telhas devem ser adequadamente recortadas (utilização de disco diamantado ou dispositivos equivalentes), de forma que o afastamento entre as peças não supere 5 ou 6cm.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários e observadas as prescrições das Normas NR 18 - Condições de Trabalho na Indústria da Construção (MTb).

É proibido o lançamento em queda livre de telhas.

É proibido o trabalho em telhados durante períodos de chuva ou vento fortes.

Uso de mão-de-obra habilitada.

Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Checar se os EPC necessários estão instalados.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Para fins de recebimento, a unidade de medição é o metro quadrado.

### **2.2- REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MECANIZADA, COM USO DE GUINDASTE, SEM REAPROVEITAMENTO.**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Desmanche de coberturas, com retirada de telhas, sem reaproveitamento.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---



Antes de iniciar a remoção, analisar a estabilidade da estrutura.  
Retirar os parafusos que prendem as telhas, com chave de fenda.  
Retirar cada telha manualmente e baixá-las, com uso de guindaste.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários e observadas as prescrições das Normas NR 18 - Condições de Trabalho na Indústria da Construção (MTb) e da NBR 5682/77 - Contrato, execução e supervisão de demolições.

É proibido o lançamento em queda livre de telhas.

É proibido o trabalho em telhados durante períodos de chuva ou vento fortes.

Uso de mão-de-obra habilitada.

Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Checar todos os EPC necessários.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Para fins de recebimento, a unidade de medição é o metro quadrado.

### **2.3- DEMOLIÇÃO MANUAL DE ALVENARIA**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Serviço consiste na demolição e retirada de toda alvenaria de tijolo cerâmica, sem reaproveitamento dos tijolos.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Antes do início dos serviços, A CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida.

**A alvenaria será demolida utilizando-se ferramentas adequadas e obedecendo aos critérios de segurança recomendados.**

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

**O material deverá ser transportado para local conveniente e posteriormente retirado da obra como entulho pela empreiteira.**

Deve-se evitar o acúmulo de material proveniente da demolição.





---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por metros cúbicos de alvenaria demolida.

### **2.4/2.5- DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Execução da retirada do revestimento cerâmico, inclusive a argamassa de sustentação dos mesmos.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Retirar o revestimento, o emboço e o chapisco utilizando ferramentas adequadas.  
Carregar, transportar e descarregar o entulho em local apropriado.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

##### **Controle da execução**

Deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários, aos transeuntes e observadas as prescrições da Norma Regulamentadora NR 18 - Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por metro quadrado de revestimento retirado.

### **2.6- DEMOLIÇÃO DE PISO EM CONCRETO SIMPLES**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste na demolição, quebra total de piso em concreto simples.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Durante a execução deste serviço, a área perigosa deve ser sinalizada de forma adequada, como também deverá restringir o acesso, permitindo apenas pessoas com uso dos EPI's cabíveis para tal execução. Os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços de demolições e remoções atenderão às especificações do projeto, bem como às prescrições da NBR 5682.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

##### **Controle da execução**



Deverão ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários, aos transeuntes e observadas as prescrições da Norma Regulamentadora NR 18 - Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

A CONTRATADA será responsável pela limpeza da área, ao término dos serviços e deverá ser evitado o acúmulo de entulho.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por metro cúbico.

### **3- INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA**

#### **3.1- PILAR CIRCULAR DE CONCRETO COM D=150MM.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende o fornecimento dos materiais, equipamentos e a mão-de-obra, especializada, necessários à execução de estruturas em concreto armado.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **1.1.1.1.1.1.1.1**

#### **Preparo do Concreto no Canteiro de obras**

A dosagem do concreto, traço, deve decorrer de experimentos; deve considerar todos os condicionantes que possam interferir na trabalhabilidade e resistência.

O tempo de mistura depende das características físicas do equipamento e deve oferecer um concreto com características de homogeneidade satisfatória. O transporte do concreto recém preparado até o ponto de lançamento deve ser o menor possível e com cuidados dirigidos para evitar segregação ou perda de material.

Por junta tratada entende-se a remoção da película superficial de nata, remoção de excessos e elementos estranhos, o processo de limpeza deve ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

O concreto deve ser lançado de um ponto o mais próximo possível da posição final, através de sucessivas camadas, com espessura não superior a 50 cm, e com cuidados especiais para garantir o preenchimento de todas as reentrâncias, cantos vivos, e prover adensamento antes do lançamento da camada seguinte.

Em nenhuma situação o concreto deve ser lançado de alturas superiores a 2,0 m. No caso de peças altas, e principalmente se forem estreitas, o lançamento deve se dar através de janelas laterais em número suficiente que permita o controle visual da operação.

Pode ser empregada cura química com aval da FISCALIZAÇÃO.

#### **Cura e Proteção**

O concreto, para atingir sua resistência total, deverá ser curado e ter sua superfície protegida adequadamente contra a ação do sol, do vento, da chuva, de águas em movimento e de agentes mecânicos.



A cura deverá continuar durante um período mínimo de 7 dias após o lançamento, conforme NB-1/NBR-6118 da ABNT.

A água para a cura deverá ser doce e limpa, com a mesma qualidade da usada para o preparo do concreto.

### **Preparo Formas no Canteiro de obras**

Materiais e equipamentos:

- Tábua de madeira não aparelhada, 2ª qualidade, com  $e = 2,5\text{cm}$  e largura de  $30,0\text{cm}$ , fornecida em peças de  $4\text{m}$
  - Peça de madeira nativa  $2,5 \times 7,0 \text{ cm}$ , não aparelhada, sarrafo para fôrma
  - Peça de madeira nativa  $7,5 \times 7,5 \text{ cm}$ , não aparelhada, para fôrma
  - Prego de aço com cabeça dupla  $17 \times 27$  ( $2 \frac{1}{2} \times 11$ )
  - Prego polido com cabeça  $17 \times 24$  (comprimento  $54,2\text{mm}$ , diâmetro  $3\text{mm}$ )
  - Desmoldante protetor para fôrmas de madeira, de base oleosa emulsionada em água
  - desmoldante para fôrma de madeira hidrossolúvel
  - Serra circular de bancada com motor elétrico, potência de  $5\text{HP}$ , para disco de diâmetro de  $10''$  ( $250\text{mm}$ )
- A partir dos projetos de fabricação de fôrmas, conferir as medidas e realizar o corte das peças de madeira não aparelhada; em obediência ao projeto, observar perfeita marcação das posições dos cortes, utilizando trena metálica calibrada, esquadro de braços longos, transferidor mecânico ou marcador eletrônico de ângulo, etc;
- Com os sarrafos, montar as gravatas de estruturação da fôrma da sapata;
- Pregiar a tábua nas gravatas;
- Executar demais dispositivos do sistema de fôrmas, conforme projeto de fabricação.
- Fazer a marcação das faces para auxílio na montagem das fôrmas.
- Posicionar as faces laterais, conforme projeto e escorá-las com sarrafos de madeira apoiados no terreno.

### **Corte, Estiramento e Dobramento Aço**

O corte, estiramento e dobramento das barras de aço doce deverão ser executados a frio, de acordo com os detalhes do projeto e as prescrições da ABNT.

As barras de aço cortadas e dobradas, quando não aplicadas imediatamente, serão numeradas e etiquetadas de acordo com os números da prancha e de sua posição no projeto estrutural.

Deverão ser estocadas em local limpo e seco e sem contato direto com o solo.

Quando da liberação de frente de serviço para sua aplicação, caso a armadura apresente-se suja ou desenvolvendo processo de corrosão, deverá ser limpa com escova de aço e jato de água antes de sua utilização.

Caberá à Fiscalização definir a necessidade dessa limpeza e a qualidade da mesma, antes de liberar a sua utilização.

### **Montagem**

As armaduras serão montadas com as barras de aço e colocadas nas formas, nas posições indicadas no projeto, sobre espaçadores de plásticos ou ainda sobre peças especiais (caranguejos), quando for o caso, de modo a garantir seus recobrimentos com concreto e seus necessários afastamentos das formas.



---

## CRITÉRIOS DE CONTROLE

---

### Controle da execução

#### Concreto

O Controle Tecnológico abrangerá pelo menos o previsto nos seguintes itens:

##### Qualidade dos Materiais

##### Cimento

O cimento deverá atender às exigências das Normas Brasileiras, de acordo com sua aplicação. A aceitação do cimento na obra está subordinada à execução de ensaios prévios de amostras do material proveniente das fontes de produção.

Sempre que houver dúvida sobre a qualidade do cimento, novos ensaios deverão ser realizados. Na entrega no Canteiro, em sendo observadas alterações na qualidade do cimento, devido ao mau acondicionamento no transporte, por insuficiência de proteção contra intempéries, ou qualquer outro motivo, a partida será rejeitada, embora munida de certificado, não sendo permitida a sua utilização na obra, da qual deverá ser imediatamente retirada.

Em face das características peculiares de comportamento dos cimentos, eventuais misturas de diferentes marcas poderão implicar em alguns efeitos inconvenientes (trincas, fissuras, etc.).

Assim, o emprego de misturas de cimento de diferentes qualidades ficará na dependência de uma aprovação prévia pela Fiscalização.

##### Agregados

Os agregados deverão atender às especificações da ABNT.

Verificar se os agregados atendem à NBR 7221.

Verificar se os agregados não contêm teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado.

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7809(7) e tem índice de forma  $< 3,0$ .

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7211.

##### Água de Amassamento

Deverá ser tal que não apresente impurezas que possam vir a prejudicar as reações com os compostos de cimento tais como sais, álcalis ou materiais orgânicos em suspensão.

Verificar se a água de amassamento apresenta os limites máximos de pH e substâncias estranhas, confirmadas por ensaios de laboratório, dentro do especificado na NBR 11560.

##### Aditivos

Sempre que considerado conveniente e aprovado pela Fiscalização, serão empregados aditivos na confecção do concreto.

O uso de aditivo acelerador de pega fica condicionado a uma aprovação pela Fiscalização, após análise de resultados de laboratório quanto à composição químico-aditiva.

Fica proibido o uso de aditivo acelerador de pega com composto ativo à base de cloreto de cálcio em estruturas de concreto armado e/ou pretendido.

O desempenho do aditivo será comprovado através de ensaios comparativos com um concreto "referência", sem aditivo (CE-18:06.02-001 da ABNT).



## **Formas**

Todas as dimensões das formas deverão estar rigorosamente de acordo com o projeto estrutural executivo.

As formas deverão ter resistência suficiente para suportar pressões resultantes do lançamento e adensamento do concreto, de modo a se manterem rigidamente na posição correta sem deformações. Devem ser suficientemente estanques, de modo a impedir a perda de nata de cimento durante a concretagem.

Na sua execução deverá ainda, ser observado o seguinte:

- A locação dos furos para passagem das redes de esgoto e elétricas, quando for o caso;
- Sua limpeza;
- Seu umedecimento antes do lançamento do concreto;
- A vedação das juntas.

## **NORMA TÉCNICA DE AQUISIÇÃO E RECEBIMENTO DE COMPENSADO DE MADEIRA PARA FORMA**

Esta norma visa fornecer subsídios e dados técnicos aos profissionais da Construção Civil na aquisição e recebimento de compensado de madeira para Forma.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE RECEBIMENTO DESTES ARTEFATOS DE MADEIRA**

- UMIDÍMETRO (aparelho medidor de umidade para madeiras);
- PAQUÍMETRO;
- TRENA (comprimento 5m);
- RÉGUA DE ALUMÍNIO (comprimento 2,20m).

## **DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA CONTROLE DE RECEBIMENTO**

### **AMOSTRAGEM**

No controle de uniformidade de lote, tomaremos uma amostra de 5% do total de cada tipo de peça, retiradas de vários pontos da carga.

### **UMIDADE DE EQUILÍBRIO DAS LÂMINAS DE MADEIRA**

A madeira é um material higroscópico, isto é, possui a habilidade de tomar ou ceder umidade em forma de vapor. Quando úmida, geralmente perde vapor d'água para a atmosfera e, quando seca, pode absorver vapor d'água para a atmosfera e, quando seca, pode absorver vapor d'água do ambiente que a rodeia.

Existe uma situação em que a madeira não perde nem absorve água do ar. Isto ocorre quando a umidade da madeira está em equilíbrio com a umidade relativa do ar (UR) o que é denominado **Umidade de Equilíbrio da Madeira (UEM)**. É, portanto, a umidade que a madeira atinge, numericamente após um longo período de tempo exposta a um ambiente com uma dada temperatura e umidade relativa.

## **Aço**

### **Recebimento**

Serão consideradas armaduras para concreto armado, inicialmente, as que satisfizerem a NBR 7480/82 da ABNT. As barras não poderão apresentar defeitos prejudiciais, tais como fissuras, espoliações, bolhas, oxidações excessivas e corrosão. Deverão ser rejeitadas as barras que não atendam a esta Especificação.



Se a porcentagem de barras defeituosas for elevada, de modo a tornar praticamente impossível sua separação, todo o lote fornecido deverá ser rejeitado.

#### **Amostragem**

A CONTRATADA, em cada lote fornecido de barras da mesma seção nominal e da mesma categoria, deverá seguir os seguintes procedimentos:

- Verificar o peso do material fornecido e observar se são preenchidas as condições gerais, rejeitando-se as barras que não as preencham.
- Separar as barras não rejeitadas em lotes, por diâmetro, aproximadamente do mesmo peso, não sendo permitido menos de dois lotes. O peso de cada lote expresso em toneladas, será igual a 0,5 D para a categoria CA-25 e a 0,3 D para as categorias CA -50 e CA-60, sendo D o diâmetro nominal em milímetros, arredondando-se esse peso para um número inteiro de toneladas.
- Separar ao acaso, de cada lote, uma barra e providenciar a extração, de uma de suas extremidades, de um segmento com aproximadamente 2,0 m de comprimento, que será considerado como amostra representativa do lote.
- Efetuar a remessa dessa amostra, devidamente autenticada, a um laboratório indicado pela Fiscalização, para execução dos ensaios de recebimento.

#### **Ensaaios**

Recebida a amostra representativa do lote, o laboratório providenciará os ensaios de tração e dobramento, obedecendo, respectivamente, às NBR 6152/80 e NBR 6153/80 da ABNT, utilizando corpos de prova constituídos por segmentos da barra. No caso de barras com mossas ou saliências, será tomada como área da seção transversal a área da seção transversal de uma barra de aço fictícia, de seção circular, que tenha o mesmo peso por metro linear que a barra ensaiada.

O laboratório fornecerá, à CONTRATADA, o certificado dos ensaios realizados, será entregue à Fiscalização para exame e aceite, antes da utilização do lote. Em casos especiais, a critério da Fiscalização, a armadura deverá ser submetida também aos ensaios de aderência e fadiga, respectivamente, NBR 7477 e NBR 7478 da ABNT.

#### **Aceitação ou Rejeição do Lote**

Para cada lote de fornecimento, a CONTRATADA deverá comparar os resultados obtidos nos ensaios de recebimento com as exigências da NBR 7480/82. O lote será aceito caso todos os ensaios referentes à amostra sejam satisfatórios. Caso um ou mais desses resultados não satisfaçam às referidas exigências, a barra da qual foi colhida a amostra será separada e rejeitada. Para contraprova, serão retiradas novas amostras de duas outras barras do mesmo lote, uma de cada barra, que serão submetidas aos mesmos ensaios.

O lote será aceito caso todos os resultados de ensaios referentes às novas amostras sejam satisfatórios. O lote será rejeitado caso qualquer um desses novos resultados não satisfaça às exigências. Se mais de 20% dos lotes de um fornecimento forem rejeitados, a CONTRATADA deverá rejeitar todo o material.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

O serviço será medido em unidades efetivamente executadas.

### **3.2- ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M**





---

## **DEFINIÇÃO**

---

A escavação será executada de forma manual utilizando enxadas, pás, cavadores e etc.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Marcar no terreno as dimensões das estruturas a serem escavadas;
- Executar a vala utilizando pá, picareta e ponteira;
- Nivelar o fundo e retirar todo material solto do fundo.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Obedecer à Norma NBR 12266/92 - Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto ou drenagem urbana.

As escavações serão convenientemente escoradas e esgotadas, de forma a permitir, sempre, o fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais, tomando-se todas as providências e cautelas aconselháveis para a segurança dos operários, garantia das propriedades vizinhas e redes públicas. As escavações não devem prejudicar: as cotas de soleiras, acessibilidade de pedestres e veículos, passeios, logradouros públicos.

Aceite do serviço: as dimensões devem obedecer ao projeto, com paredes cortadas a prumo e com superfícies planas. Uso de mão-de-obra habilitada.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Para fins de recebimento, a unidade de medição é o metro cúbico.

**3.3- BALDRAME EM CONCRETO CICLÓPICO FCK = 15MPa, 30% PEDRA DE MÃO EM VOLUME REAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO.**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

O concreto ciclópico refere-se à adição ao concreto convencional um volume de até 30% de pedra de mão, lavadas e saturadas, no local de aplicação do concreto.

A espessura de envolvimento da pedra de mão pelo concreto deve ser de no mínimo 5,0 cm.

O concreto, onde as pedras de mão são adicionadas, deve possuir resistência característica a compressão mínima de 15 MPa, 30% em volume de pedra de mão e 70% de concreto.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **1.1.1.1.1.1.2**

#### **Preparo do Concreto no Canteiro de obras**

A dosagem do concreto, traço, deve decorrer de experimentos; deve considerar todos os condicionantes que possam interferir na trabalhabilidade e resistência.

O tempo de mistura depende das características físicas do equipamento e deve



oferecer um concreto com características de homogeneidade satisfatória. O transporte do concreto recém preparado até o ponto de lançamento deve ser o menor possível e com cuidados dirigidos para evitar segregação ou perda de material.

Por junta tratada entende-se a remoção da película superficial de nata, remoção de excessos e elementos estranhos, o processo de limpeza deve ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

O concreto deve ser lançado de um ponto o mais próximo possível da posição final, através de sucessivas camadas, com espessura não superior a 50 cm, e com cuidados especiais para garantir o preenchimento de todas as reentrâncias, cantos vivos, e prover adensamento antes do lançamento da camada seguinte.

Em nenhuma situação o concreto deve ser lançado de alturas superiores a 2,0 m. No caso de peças altas, e principalmente se forem estreitas, o lançamento deve se dar através de janelas laterais em número suficiente que permita o controle visual da operação.

Pode ser empregada cura química com aval da FISCALIZAÇÃO.

### **Cura e Proteção**

O concreto, para atingir sua resistência total, deverá ser curado e ter sua superfície protegida adequadamente contra a ação do sol, do vento, da chuva, de águas em movimento e de agentes mecânicos.

A cura deverá continuar durante um período mínimo de 7 dias após o lançamento, conforme NB-1/NBR-6118 da ABNT.

A água para a cura deverá ser doce e limpa, com a mesma qualidade da usada para o preparo do concreto.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

O Controle Tecnológico abrangerá pelo menos o previsto nos seguintes itens:

#### **Qualidade dos Materiais**

##### **Cimento**

O cimento deverá atender às exigências das Normas Brasileiras, de acordo com sua aplicação. A aceitação do cimento na obra está subordinada à execução de ensaios prévios de amostras do material proveniente das fontes de produção.

Sempre que houver dúvida sobre a qualidade do cimento, novos ensaios deverão ser realizados. Na entrega no Canteiro, em sendo observadas alterações na qualidade do cimento, devido ao mau acondicionamento no transporte, por insuficiência de proteção contra intempéries, ou qualquer outro motivo, a partida será rejeitada, embora munida de certificado, não sendo permitida a sua utilização na obra, da qual deverá ser imediatamente retirada.



Em face das características peculiares de comportamento dos cimentos, eventuais misturas de diferentes marcas poderão implicar em alguns efeitos inconvenientes (trincas, fissuras, etc.).

Assim, o emprego de misturas de cimento de diferentes qualidades ficará na dependência de uma aprovação prévia pela Fiscalização.

### **Agregados**

Os agregados deverão atender às especificações da ABNT.

Verificar se os agregados atendem à NBR 7221.

Verificar se os agregados não contêm teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado.

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7809(7) e tem índice de forma  $< 3,0$ .

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7211.

### **Água de Amassamento**

Deverá ser tal que não apresente impurezas que possam vir a prejudicar as reações com os compostos de cimento tais como sais, álcalis ou materiais orgânicos em suspensão.

Verificar se a água de amassamento apresenta os limites máximos de pH e substâncias estranhas, confirmadas por ensaios de laboratório, dentro do especificado na NBR 11560.

### **Aditivos**

Sempre que considerado conveniente e aprovado pela Fiscalização, serão empregados aditivos na confecção do concreto.

O uso de aditivo acelerador de pega fica condicionado a uma aprovação pela Fiscalização, após análise de resultados de laboratório quanto à composição químico-aditiva.

Fica proibido o uso de aditivo acelerador de pega com composto ativo à base de cloreto de cálcio em estruturas de concreto armado e/ou pretendido.

O desempenho do aditivo será comprovado através de ensaios comparativos com um concreto "referência", sem aditivo (CE-18:06.02-001 da ABNT).

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---



O concreto será medido em metros cúbicos de volume efetivamente executados, de acordo com o Fck utilizado.

### **3.4- FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste no fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para a execução dos elementos usados para confinar o concreto das fundações e dar-lhe a forma e as linhas exigidas pelo projeto estrutural.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

As formas serão construídas com tábuas de madeira serrada E=25mm, capazes de resistir à pressão resultante do lançamento e vibração do concreto. Deverão ser rigidamente fixadas na sua correta posição, conforme projeto, e estanques suficientemente para impedir a perda de argamassa.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

##### **Controle da execução**

Todas as dimensões das formas deverão estar rigorosamente de acordo com o projeto estrutural executivo.

As formas deverão ter resistência suficiente para suportar pressões resultantes do lançamento e adensamento do concreto, de modo a se manterem rigidamente na posição correta sem deformações. Devem ser suficientemente estanques, de modo a impedir a perda de nata de cimento durante a concretagem.

Na sua execução deverá ainda, ser observado o seguinte:

- A locação dos furos para passagem das redes de esgoto e elétricas, quando for o caso;
- Sua limpeza;
- Seu umedecimento antes do lançamento do concreto;
- A vedação das juntas.

##### **NORMA TÉCNICA DE AQUISIÇÃO E RECEBIMENTO DE COMPENSADO DE MADEIRA PARA FORMA**

Esta norma visa fornecer subsídios e dados técnicos aos profissionais da Construção Civil na aquisição e recebimento de compensado de madeira para Forma.

##### **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE RECEBIMENTO DESTES ARTEFATOS DE MADEIRA**

- UMIDÍMETRO (aparelho medidor de umidade para madeiras);
- PAQUÍMETRO;



- TRENA (comprimento 5m);
- RÉGUA DE ALUMÍNIO (comprimento 2,20m).

## **DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA CONTROLE DE RECEBIMENTO**

### **AMOSTRAGEM**

No controle de uniformidade de lote, tomaremos uma amostra de 5% do total de cada tipo de peça, retiradas de vários pontos da carga.

### **UMIDADE DE EQUILÍBRIO DAS LÂMINAS DE MADEIRA**

A madeira é um material higroscópico, isto é, possui a habilidade de tomar ou ceder umidade em forma de vapor. Quando úmida, geralmente perde vapor d'água para a atmosfera e, quando seca, pode absorver vapor d'água para a atmosfera e, quando seca, pode absorver vapor d'água do ambiente que a rodeia.

Existe uma situação em que a madeira não perde nem absorve água do ar. Isto ocorre quando a umidade da madeira está em equilíbrio com a umidade relativa do ar (UR) o que é denominado **Umidade de Equilíbrio da Madeira (UEM)**. É, portanto, a umidade que a madeira atinge, numericamente após um longo período de tempo exposta a um ambiente com uma dada temperatura e umidade relativa.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Serão medidas por metro quadrado de superfície de forma em contato com o concreto, incluindo-se aí o custo dos reparos que se fizerem necessários após o lançamento da armadura.

**3.5- CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L.**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Compreende o fornecimento dos materiais, equipamentos e a mão-de-obra, especializada, necessários à execução de estruturas em concreto armado.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Materiais e Equipamentos:

- Cimento Portland composto CP II-32;
- Areia média – areia média úmida, com coeficiente de inchamento de 1,30, pronta para o uso. Caso seja necessário peneiramento, utilizar composição correspondente;
- Brita 1 - agregado graúdo com dimensão granulométrica entre 9,5 e 19 mm e que atenda à norma ABNT NBR 7211;
- Betoneira capacidade nominal de 600 l, capacidade de mistura 360 l, motor elétrico trifásico potência de 4 cv, sem carregador, O insumo pode ser substituído por betoneira de mesma capacidade com motor a diesel potência 10 HP, com carregador.

Execução:



- Lançar parte da água e todo agregado na betoneira, colocando-a em movimento;
- Lançar o cimento conforme dosagem indicada;
- Após algumas voltas da betoneira, lançar o restante da água;
- Respeitar o tempo mínimo de mistura indicado pela normalização técnica e/ou pelo fabricante do equipamento, permitindo a mistura homogênea de todos os materiais.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

O Controle Tecnológico abrangerá pelo menos o previsto nos seguintes itens:

#### **Qualidade dos Materiais**

##### **Cimento**

O cimento deverá atender às exigências das Normas Brasileiras, de acordo com sua aplicação. A aceitação do cimento na obra está subordinada à execução de ensaios prévios de amostras do material proveniente das fontes de produção.

Sempre que houver dúvida sobre a qualidade do cimento, novos ensaios deverão ser realizados. Na entrega no Canteiro, em sendo observadas alterações na qualidade do cimento, devido ao mau acondicionamento no transporte, por insuficiência de proteção contra intempéries, ou qualquer outro motivo, a partida será rejeitada, embora munida de certificado, não sendo permitida a sua utilização na obra, da qual deverá ser imediatamente retirada.

Em face das características peculiares de comportamento dos cimentos, eventuais misturas de diferentes marcas poderão implicar em alguns efeitos inconvenientes (trincas, fissuras, etc.).

Assim, o emprego de misturas de cimento de diferentes qualidades ficará na dependência de uma aprovação prévia pela Fiscalização.

##### **Agregados**

Os agregados deverão atender às especificações da ABNT.

Verificar se os agregados atendem à NBR 7221.

Verificar se os agregados não contêm teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado.

##### **Água de Amassamento**

Deverá ser tal que não apresente impurezas que possam vir a prejudicar as reações com os compostos de cimento tais como sais, álcalis ou materiais orgânicos em suspensão.





Verificar se a água de amassamento apresenta os limites máximos de pH e substâncias estranhas, confirmadas por ensaios de laboratório, dentro do especificado na NBR 11560.

### **Aditivos**

Sempre que considerado conveniente e aprovado pela Fiscalização, serão empregados aditivos na confecção do concreto.

O uso de aditivo acelerador de pega fica condicionado a uma aprovação pela Fiscalização, após análise de resultados de laboratório quanto à composição químico-aditiva.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

O concreto será medido em metros cúbicos de volume efetivamente executados, de acordo com o Fck utilizado.

### **3.6- FORNECIMENTO, CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Define-se como a execução dos serviços de corte, estiramento, dobramento, armação e colocação nas formas, de barras de aço (CA -25, CA -50 ou CA -60), posicionadas de maneira a absorver os esforços de tração sobre as estruturas de concreto armado. O posicionamento dessas barras deve ser definido no projeto estrutural pelo engº calculista.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Corte, Estiramento e Dobramento**

O corte, estiramento e dobramento das barras de aço doce deverão ser executados a frio, de acordo com os detalhes do projeto e as prescrições da ABNT.

As barras de aço cortadas e dobradas, quando não aplicadas imediatamente, serão numeradas e etiquetadas de acordo com os números da prancha e de sua posição no projeto estrutural.

Deverão ser estocadas em local limpo e seco e sem contato direto com o solo.

Quando da liberação de frente de serviço para sua aplicação, caso a armadura apresente-se suja ou desenvolvendo processo de corrosão, deverá ser limpa com escova de aço e jato de água antes de sua utilização.

Caberá à Fiscalização definir a necessidade dessa limpeza e a qualidade da mesma, antes de liberar a sua utilização.

##### **Montagem**

As armaduras serão montadas com as barras de aço e colocadas nas formas, nas posições indicadas no projeto, sobre espaçadores de plásticos ou ainda sobre peças especiais (caranguejos), quando for o caso, de modo a garantir seus recobrimentos com concreto e seus necessários afastamentos das formas.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---



## **Recebimento**

Serão consideradas armaduras para concreto armado, inicialmente, as que satisfizerem a NBR 7480/82 da ABNT. As barras não poderão apresentar defeitos prejudiciais, tais como fissuras, espoliações, bolhas, oxidações excessivas e corrosão. Deverão ser rejeitadas as barras que não atendam a esta Especificação. Se a porcentagem de barras defeituosas for elevada, de modo a tornar praticamente impossível sua separação, todo o lote fornecido deverá ser rejeitado.

## **Amostragem**

A CONTRATADA, em cada lote fornecido de barras da mesma seção nominal e da mesma categoria, deverá seguir os seguintes procedimentos:

- Verificar o peso do material fornecido e observar se são preenchidas as condições gerais, rejeitando-se as barras que não as preencham.
- Separar as barras não rejeitadas em lotes, por diâmetro, aproximadamente do mesmo peso, não sendo permitido menos de dois lotes. O peso de cada lote expresso em toneladas, será igual a 0,5 D para a categoria CA-25 e a 0,3 D para as categorias CA -50 e CA-60, sendo D o diâmetro nominal em milímetros, arredondando-se esse peso para um número inteiro de toneladas.
- Separar ao acaso, de cada lote, uma barra e providenciar a extração, de uma de suas extremidades, de um segmento com aproximadamente 2,0 m de comprimento, que será considerado como amostra representativa do lote.
- Efetuar a remessa dessa amostra, devidamente autenticada, a um laboratório indicado pela Fiscalização, para execução dos ensaios de recebimento.

## **Ensaios**

Recebida a amostra representativa do lote, o laboratório providenciará os ensaios de tração e dobramento, obedecendo, respectivamente, às NBR 6152/80 e NBR 6153/80 da ABNT, utilizando corpos de prova constituídos por segmentos da barra. No caso de barras com mossas ou saliências, será tomada como área da seção transversal a área da seção transversal de uma barra de aço fictícia, de seção circular, que tenha o mesmo peso por metro linear que a barra ensaiada.

O laboratório fornecerá, à CONTRATADA, o certificado dos ensaios realizados, será entregue à Fiscalização para exame e aceite, antes da utilização do lote. Em casos especiais, a critério da Fiscalização, a armadura deverá ser submetida também aos ensaios de aderência e fadiga, respectivamente, NBR 7477 e NBR 7478 da ABNT.

## **Aceitação ou Rejeição do Lote**

Para cada lote de fornecimento, a CONTRATADA deverá comparar os resultados obtidos nos ensaios de recebimento com as exigências da NBR 7480/82. O lote será aceito caso todos os ensaios referentes à amostra sejam satisfatórios. Caso um ou mais desses resultados não satisfaçam às referidas exigências, a barra da qual foi colhida a amostra será separada e rejeitada. Para contraprova, serão retiradas novas amostras de duas outras barras do mesmo lote, uma de cada barra, que serão submetidas aos mesmos ensaios.

O lote será aceito caso todos os resultados de ensaios referentes às novas amostras sejam satisfatórios. O lote será rejeitado caso qualquer um desses novos resultados não satisfaça às exigências. Se mais de 20% dos lotes de um fornecimento forem rejeitados, a CONTRATADA deverá rejeitar todo o material.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---



As armaduras para concreto armado serão medidas por quilograma de aço de aço cortado, estirado, dobrado, armado e colocado nas formas das estruturas de concreto armado, de acordo com as quantidades constantes no quadro de ferros dos projetos, sem considerar a percentagem relativa a perdas, emendas ou utilização inadequada do material.

Os pesos dos aços CA-25, CA-50 e CA-60, a serem considerados, quando não especificados no projeto, serão os seguintes:

	CA-25	CA-50
DIÂMETRO (mm)	PESO (Kg/m)	
4,8 (3/16")	0,140	-
6,30 (1/4")	0,248	0,270
8,0 (5/16")	0,393	0,410
10,0 (3/8")	0,624	0,600
12,5 (1/2")	0,988	1,030
16,0 (5/8")	1,570	1,590
20,0 (3/4")	2,480	2,280
22,5 (7/8")	3,120	3,080
25,0 (1")	3,930	4,000
32,0 (1 1/4")	6,240	6,220
40,0 (1 1/2")	9,880	9,880

CA-60	
DIÂMETRO (mm)	PESO (Kg/m)
3,40	0,071
3,80	0,090
4,20	0,109
4,60	0,130
4,76	0,140
5,00	0,154
5,50	0,190
6,00	0,222
6,40	0,258
7,00	0,302
8,00	0,395
9,50	0,530

### 3.7- CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA VÃOS DE ATÉ 1,5 M DE COMPRIMENTO.

#### DEFINIÇÃO

1.2 São elementos que minimizam o risco de aparecimento de fissuras nas paredes.

#### MÉTODO EXECUTIVO

##### 1.2.1.1.1.1.1.1

Materiais:

- Concreto com traço em volume 1:2:3 (cimento, areia e pedrisco) para concretagem das vergas, com  $F_{ck} = 20$  MPa. Preparo mecânico com betoneira;
- Vergalhão de aço CA-50, para armação de contravergas, com diâmetro de 6,3 mm. O diâmetro das barras deverá ser indicado pelo projetista, sendo aqui indicado um diâmetro característico para fins de orçamento;



- Espaçador de plástico industrializado circular para concreto armado;
- Fabricação de fôrma para vigas em madeira serrada - contém tábuas (e=25mm) e sarrafos (2,5x7,0cm) cortados e pré-montados para as laterais e fundo de vigas;
- Desmoldante protetor para fôrmas de madeira, de base oleosa emulsionada em água - desmoldante para fôrma de madeira hidrossolúvel.

#### Execução:

- Aplicar desmoldante na área de fôrma que ficará em contato com o concreto;
- Fixar a fôrma nas laterais da alvenaria já elevada;
- Conferir posicionamento, rigidez, estanqueidade e prumo da fôrma;
- Posicionar a armadura com espaçadores para garantir o cobrimento mínimo;
- Concretar as contravergas.

---

### CRITÉRIOS DE CONTROLE

---

#### Atendimento às Normas:

- NBR 12118:2013 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Métodos de ensaio
- NBR 6136:2007 – Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos
- NBR 15270-1:2005 – Componentes cerâmicos. Parte 1: Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação – Terminologia e requisitos
- NBR 15270-3:2005 – Componentes cerâmicos. Parte 3: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural e de vedação – Métodos de ensaio
- NBR 15575-4:2013 – Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas – SVVIE
- NBR 15961-1:2011 – Alvenaria estrutural – Blocos de concreto - Parte 1: Projeto
- NBR 15961-2:2011 – Alvenaria estrutural – Blocos de concreto - Parte 2: Execução e controle de obras.

---

### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

---

Os serviços serão medidos conforme unidade planilha orçamentária.

#### 3.8- IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS

---

#### DEFINIÇÃO

---

Impermeabilização é definida como um “conjunto de operações e técnicas construtivas, composta por uma ou mais camadas, que tem por finalidade proteger as construções contra a ação deletéria de fluídos”.

---

#### MÉTODO EXECUTIVO

---

- A superfície deve estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes;
- Aplicar a emulsão asfáltica com brocha ou trincha;
- Aguardar de 2 a 3 horas para aplicar a segunda demão em sentido cruzado ao da primeira demão;



- Após a aplicação em toda área e o tratamento dos ralos e dos pontos emergentes, realizar o teste de estanqueidade, enchendo a área com uma lâmina d'água de cerca 5 cm e deixar por no mínimo 72 horas para verificar se há algum vazamento.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Atendimento às Normas:

- ABNT NBR 9574:2008 – Execução de impermeabilização
- NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Seleção e projeto
- NBR 9685:2005 – Emulsão asfáltica para impermeabilização
- NBR 9686:2006 – Solução e emulsão asfálticas empregadas como material de imprimação na impermeabilização
- NBR 9952:2014 – Manta asfáltica para impermeabilização
- NBR 11905:2015 – Argamassa polimérica industrializada para impermeabilização
- NBR 13121:2009 – Asfalto elastomérico para impermeabilização
- NBR 13321:2008 – Membrana acrílica para impermeabilização
- NBR 13724:2008 – Membrana asfáltica para impermeabilização com estrutura aplicada a quente
- NBR 15487:2007 – Membrana de poliuretano para impermeabilização
- NBR 15885:2010 – Membrana de polímero acrílico com ou sem cimento, para impermeabilização.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos conforme unidade planilha orçamentária.

### **4- ALVENARIAS E DIVISÓRIAS**

**4.1- ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M<sup>2</sup> SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Compreende a execução de alvenarias de vedação com tijolos cerâmicos.

### **Terminologia**

Alvenaria a Facão ou Cutelo

Sistema de assentamento dos tijolos de maneira que a espessura da parede coincida com sua menor dimensão.

### **Juntas Amarradas**

Sistema de execução das alvenarias em que as juntas verticais entre blocos ou tijolos de fiadas consecutivas são dispostas de uma maneira desencontrada.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **Assentamento**



O assentamento será iniciado pelos cantos principais ou pelas ligações com quaisquer outros componentes e elementos da edificação.

Como guia das juntas, será utilizado o “escantilhão”.

- Após o levantamento dos cantos, será utilizada como guia uma linha entre eles, fiada por fiada, para que o prumo e a horizontalidade fiquem garantidos.
- A partir de, aproximadamente, 1,50m de altura, deverá ser providenciado um sistema de cavaletes com andaimes, para que o pedreiro possa trabalhar de forma adequada.
- As fiadas deverão ser individualmente niveladas e aprumadas com a utilização de nível de bolha e prumo;
- Todas as juntas entre os tijolos ou blocos deverão ser rebaixadas com a ponta da colher para que o emboço adira fortemente;
- Os tijolos cerâmicos deverão ser previamente molhados, devendo estar úmidos quando do assentamento;
- Sobre os vãos de portas e janelas deverão ser executadas vergas de concreto armado convenientemente dimensionadas, com engastamento lateral mínimo de 30,0 cm ou de 1,5 vezes a espessura da parede, prevalecendo o maior;
- Quando os vãos forem relativamente próximos e na mesma altura, recomenda-se uma única verga sobre todos;
- Sob os vãos das janelas, serão colocadas contra-vergas, com seção de 10,0 X 10,0 cm e engastamento lateral mínimo de 30,0 cm, para evitar o aparecimento de trincas do tipo abaixo:
- No caso de paredes não estruturais, em vãos acima de 5,0 m, sem contraventamento, para que as mesmas permaneçam auto-portantes, deverá ser executado um reforço longitudinal com barras de ferro engastadas na argamassa de assentamento e em pilaretes de concreto armado com espessura idêntica à da parede, nela embutidos;
- Em paredes com altura superior a 3,0 m deverão ser embutidas cintas de amarração, também de concreto armado, a cada múltiplo desta medida;
- Para obras que não exijam estrutura de concreto armado, sobre as alvenarias deverá ser executada uma cinta de amarração, em concreto armado, para que estas possam receber as lajes.

### **Amarração das Alvenarias**

A amarração das paredes de alvenaria deverá ser feita em todas as fiadas, de forma a se obter um perfeito engastamento.

A amarração entre paredes de alvenaria e a estrutura de concreto deverá ser executada da seguinte forma:

- Nas **juntas horizontais inferiores**, o concreto deverá ser apicoado e ter sua superfície umedecida, quando do assentamento, para permitir a perfeita aderência da argamassa.
- Nas **juntas verticais**, deverá ser aplicado chapisco com traço T1 (1:3 de cimento e areia) na superfície do concreto que ficará em contato com a alvenaria.
- Nas **paredes externas de vedação**, a alvenaria deverá ser fixada aos pilares de concreto com barras de aço com diâmetro de 6,3 mm engastadas em 1,0m na argamassa de assentamento, em, pelo menos, dois pontos em cada extremidade do pano de parede. Entre o tijolo ou bloco e a superfície do concreto deverá ser deixado 1,5 cm de argamassa firmemente comprimida.
- Nas **juntas horizontais superiores**, a última fiada deverá ter um espaçamento constante da viga ou laje, compatível com as dimensões do material de cunhamento.

Para o cunhamento poderão ser usados:





- a) Tijolo cerâmico maciço requemado. Os tijolos serão colocados obliquamente, com altura de 15,0cm, com argamassa de assentamento e posteriormente batidos com marreta, até ficarem firmemente presos;
- b) Tarugos de concreto com seção de triângulo retângulo, cuja altura seja da ordem de 70% do espaço entre a alvenaria e a viga, e cuja hipotenusa tenha inclinação de aproximadamente 30° em relação à horizontal. A extremidade dos tarugos não deverá ser fina e o concreto deverá resistir aos esforços de cunhamento. Recomendam - se cunhas com altura de 8,0cm. Os tarugos de concreto, devidamente curados, serão colocados de forma que as superfícies inclinadas do inferior e do superior fiquem em contato. O tarugo superior deverá ser energicamente batido até ficar firmemente preso;
- c) Argamassa com expensor, com altura de 3,0cm.

- Outros materiais de resistência semelhante poderão ser utilizados, desde que previamente aprovados pela Fiscalização;

O cunhamento somente poderá ser iniciado sete dias após o assentamento da última fiada de alvenaria.

- Para obras com mais de um pavimento, o cunhamento das alvenarias será executado depois que as alvenarias do pavimento imediatamente superior tenham sido levantadas até igual altura.
- Nas **juntas verticais com estruturas metálicas**, a amarração entre a alvenaria e as colunas metálicas deverá ser feita por meio de barras retas de diâmetro 10 mm, com 1,0m de comprimento, soldadas nas colunas a cada 0,60m de altura e engastadas na argamassa de assentamento da alvenaria.
- No caso de **juntas com a superfície superior metálica**, deverá ser soldada uma tira de chapa na parte inferior da estrutura com, no mínimo, 3 mm de espessura e 25 mm de largura, no eixo da alvenaria, em todo seu comprimento. O respaldo da alvenaria deverá ficar entre 25 mm e 60 mm da superfície metálica, sendo esse espaço preenchido com argamassa de assentamento.

### **Instalações elétricas e hidráulicas embutidas**

- Os cortes na alvenaria para a colocação de tubos, eletrodutos, caixas e elementos de fixação em geral, deverão ser executados com a utilização de disco de corte, para evitar danos e impactos que possam danificá-la;
- Após a colocação da tubulação, realização dos testes na rede hidráulica e passagem de sondas nos eletrodutos, serão preenchidos todos os buracos e aberturas com argamassa de assentamento, pressionada firmemente, de modo a ocupar todos os vazios.

### **Fixação de esquadrias e rodapés**

Para a fixação de esquadrias e rodapés poderão ser utilizados tacos de madeira embutidos nas alvenarias, grapas metálicas ou parafusos com buchas plásticas.

Nos vãos de portas, os marcos deverão ser fixados em seis pontos, sendo um par a cerca de 40,0cm do piso, um par a cerca de 40,0 cm da verga e o terceiro par a meia distância entre os outros.

Nos vãos de janelas, os marcos serão fixados em seis pontos, sendo dois em cada ombreira, a cerca de 30,0 cm da verga e do peitoril, um no eixo do peitoril e um no eixo da verga.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

### **Controle da execução**



As alvenarias de vedação, em tijolos ou blocos, serão executadas de maneira a se obter um paramento correto, de acordo com as seguintes diretrizes:

- O tipo de tijolo ou bloco, a sua espessura e a sua locação deverão obedecer às dimensões e aos alinhamentos determinados no projeto;
- As paredes deverão ser perfeitamente alinhadas e aprumadas, tanto nos paramentos verticais quanto nos cantos. A verificação deverá ser periódica, durante o levantamento, com comprovação após sua conclusão. Para tal, deverá ser utilizada uma régua de metal ou de madeira, posicionando-a em diversos pontos da parede. Não serão admitidas distorções superiores a 0,5 cm;
- As juntas verticais do tipo mata-junta deverão ser aprumadas;

O controle geométrico será feito através da verificação “in loco”.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos pela área de alvenaria executada, em metros quadrados, obtida em apenas uma das faces do plano da parede (inclusive para alvenaria aparente).

Serão descontados todos os vãos, quaisquer que sejam as suas dimensões.

### **5- REVESTIMENTO**

#### **5.1/5.2 - CHAPISCO, REBOCO E EMBOÇO**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

#### **Chapisco**

Trata-se da camada de argamassa constituída de cimento, areia grossa, água e, eventualmente, aditivo, possuindo baixa consistência, destinada a promover maior aderência entre a base e a camada de revestimento. Geralmente usada no traço 1:3 (cimento e areia).

#### **Emboço / Reboco**

Trata-se da camada de argamassa de revestimento, constituída de cimento, arenoso, areia média, água e, eventualmente aditivo, destinada à regularização da base, podendo constituir-se no acabamento final.

Os emboços e os rebocos serão considerados como uma camada única de revestimento, para efeito desta Especificação.

Os tipos de emboço / reboco, consideradas suas propriedades físicas, são os seguintes:

**Comum:** emboço / reboco preparado na obra ou pré-fabricado, que admite a permuta de umidade entre a superfície rebocada e o ar ambiente.

**Hidrófugo:** emboço / reboco no qual a adição de aditivos hidrofugantes à sua composição impede a entrada de umidade por precipitação pluvial normal, o mesmo não acontecendo, todavia, com a difusão do vapor d'água.

**Impermeável:** emboço / reboco resistente à pressão d'água.

**Celular:** emboço / reboco de propriedades especiais para aderir diretamente sobre concreto ou alvenaria.



Os tipos de emboço / reboco, consideradas as características de acabamento da superfície, são os seguintes:

**Raspado:** emboço / reboco desempenado que, após ter atingido o ponto de cura satisfatório, tem seu acabamento final obtido por raspagem a serra.

**Acamurçado:** emboço / reboco com acabamento áspero, acamurçado obtido com desempenadeira de madeira e espuma de borracha.

**Liso a Colher:** emboço / reboco com acabamento alisado a desempenadeira de aço, de modo a proporcionar superfície inteiramente lisa e uniforme.

**Lavado a Ácido:** emboço / reboco desempenado que, após curado, é lavado com solução de água e ácido, para remoção da nata superficial própria dos aglutinantes.

**Projetado:** emboço / reboco com acabamento granulado, fino ou grosso, com função de revestimento rústico, tendo sua aplicação executada, preferencialmente, com máquina aplicadora de argamassa.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **Fabricação**

As argamassas deverão ser misturadas até a obtenção de uma mistura homogênea.

O cimento deverá ser medido em peso, 25 ou 50 kg por saco, podendo ser adotado volume correspondente a 17,85 ou 35,7 litros, respectivamente.

A areia poderá ser medida em peso ou em volume, em recipiente limpo e íntegro, dimensionado de acordo com o seu inchamento médio.

A quantidade de água será determinada pelo aspecto da mistura, que deverá estar coesa e com trabalhabilidade adequada à utilização prevista.

Deverá ser preparada apenas a quantidade de argamassa necessária para cada etapa, a fim de se evitar o início do seu endurecimento, antes do seu emprego.

O procedimento para a execução das argamassas deverá obedecer o previsto na NBR 7200 – Revestimentos de paredes e tetos com argamassas - materiais, preparo, aplicação e manutenção.

### **Fabricação em misturador mecânico**

A ordem de colocação no misturador deverá ser na seguinte:

- Parte da água;
- A areia;
- Outro aglomerante, se houver;
- Cimento e;
- Resto da água com o aditivo, se for o caso.

A mistura mecânica deverá ser contínua, não sendo permitido tempo inferior a 3 minutos.

A dosagem prevista, especificada pela proporção, deverá ser em volume seco e deverá ser obedecida rigorosamente para cada aplicação.

### **Fabricação manual**



A masseira destinada ao preparo das argamassas deverá encontrar-se limpa e bem vedada. A evasão de água acarreta a perda de aglutinantes, com prejuízos para a resistência, a aparência e outras propriedades dos rebocos.

Para amassamento manual, a mistura deverá ser executada em superfície plana, limpa, impermeável e resistente, seja em masseira, tablado de madeira ou cimentado, com tempo mínimo de 6 minutos.

A mistura seca de cimento e areia deverá ser preparada com auxílio de enxada e pá, até que apresente coloração uniforme. Em seguida, a mistura será disposta em forma de coroa e adicionada a água no centro da cratera formada. A mistura prosseguirá até a obtenção de uma massa homogênea, acrescentando-se, quando necessário, mais um pouco de água para conferir a consistência adequada à argamassa.

### **Chapisco**

A argamassa de chapisco deverá ser preparada de acordo com as recomendações constantes nesta Especificação, ou seja, conforme os traços T1 (uma parte de cimento: três partes de areia média), T2 ou T3 (1 de cimento : 3 de areia média + aditivo). O chapisco deverá ser aplicado sobre qualquer base a ser revestida.

Produtos adesivos poderão ser adicionados à argamassa de chapisco, para melhorar as condições de aderência, desde que compatíveis com o cimento empregado e com o material da base (Traço T2).

Para aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham a prejudicar a aderência.

Os processos para limpeza da base poderão ser os seguintes:

- Para remoção de pó e de materiais soltos -Escovar e lavar a superfície com água ou aplicar jato de água sob pressão.
- Para remoção de óleo desmoldante, graxa e outros contaminantes gordurosos - Escovar a superfície com solução alcalina de fosfato trisódico (30g de  $\text{Na}_3\text{PO}_4$  em um litro de água) ou soda cáustica, enxaguando, em seguida, com água limpa em abundância. Pode-se, ainda, saturar a superfície com água limpa, aplicar solução de ácido muriático (5 a 10% de concentração) durante cinco minutos e escovar em abundância.

Poderão ser empregados, na limpeza, processos mecânicos (escovamento com escova de cerdas de aço, lixamento mecânico ou jateamento de areia) sendo a remoção da poeira feita através de ar comprimido ou lavagem com água, em seguida.

Quando a base apresentar elevada absorção, deverá ser pré-molhada suficientemente.

A execução do chapisco deverá ser realizada através de aplicação vigorosa da argamassa, continuamente, sobre toda a área da base que se pretende revestir.

Quando a temperatura for elevada ou a aeração for intensa, a cura deverá ser feita através de umedecimentos periódicos, estabelecidos pela Fiscalização.

### **Emboço / Reboco**

A argamassa de emboço / reboco deverá ser preparada de acordo com as recomendações constantes nesta Especificação.

O procedimento de execução deverá obedecer ao previsto na NBR 7200 - Revestimentos de paredes e tetos com argamassas - materiais, preparo, aplicação e manutenção.

A areia a ser utilizada deverá ser espalhada para secagem. Em seguida, será peneirada, utilizando-se peneiras cujos diâmetros serão em função da utilização da argamassa.



A base a receber o emboço / reboco deverá estar regularizada. Caso apresente irregularidades superficiais superiores a 10 mm, tais como depressões, furos, rasgos, eventuais excessos de argamassa das juntas da alvenaria ou outras saliências, deverá ser reparada, antes de iniciar o revestimento.

Os rasgos efetuados para a instalação das tubulações deverão ser corrigidos pela colocação de tela metálica galvanizada ou pelo enchimento com cacos de tijolos ou blocos.

O emboço / reboco deverá ser iniciado somente após concluídos os serviços a seguir indicados, obedecidos seus prazos mínimos:

- 24 horas após a aplicação do chapisco;
- 4 dias de idade das estruturas de concreto, das alvenarias cerâmicas e de blocos de concreto.

O plano de revestimento será determinado através de pontos de referências dispostos de forma tal que a distância entre eles seja compatível com o tamanho da desempenadeira, geralmente régua de alumínio, a ser utilizada. Nesses pontos, deverão ser fixados cacos planos de material cerâmico ou taliscas de madeira usando-se, para tanto, argamassa idêntica à que será empregada no revestimento.

Uma vez definido o plano de revestimento, deverá ser feito o preenchimento das faixas entre as taliscas, empregando-se argamassa, que será sarrafeada, em seguida, constituindo as “guias” ou “mestras”.

A superfície deverá ser molhada e, a seguir, deverá ser aplicada a argamassa de emboço, com lançamento vigoroso, com auxílio da colher de pedreiro ou através de processo mecânico, até o preenchimento da área desejada.

Estando a área preenchida por argamassa, deverá ser feita a retirada do excesso e a regularização da superfície, pela passagem da desempenadeira ou régua.

Em seguida, as depressões deverão ser preenchidas mediante novos lançamentos de argamassa, nos pontos necessários, repetindo-se a operação até se conseguir uma superfície cheia e homogênea.

Os emboços / rebocos só serão executados depois da colocação dos marcos das portas e antes da colocação de alisares e rodapés.

O lançamento de argamassa com aditivo hidrófugo na masseira será objeto de cuidados especiais, no sentido de evitar-se a precipitação do hidrofugante.

Como esse componente do reboco apresenta dificuldades em misturar-se com a água, o amassamento será enérgico, de forma que haja homogeneização perfeita no produto final.

Na aplicação do emboço / reboco hidrófugo será evitado o aparecimento de fissuras que venham a permitir que as águas pluviais atinjam a alvenaria.

Quando houver possibilidade de chuvas, a aplicação do emboço / reboco externo não será iniciada ou, caso já o tenha sido, será ordenada a sua interrupção.

Na eventualidade da ocorrência de temperaturas elevadas, os emboços / rebocos externos executados em uma jornada de trabalho terão as suas superfícies molhadas ao término dos trabalhos.

As paredes destinadas a servir de substrato para laminados plásticos, placas de cortiça e pinturas a base de epóxi e de poliuretano receberão emboço / reboco com argamassas pré-fabricadas (industrializadas).

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle do Chapisco**

A argamassa de chapisco deverá ter consistência fluida e ser constituída de areia, predominantemente grossa, com dimensão máxima entre 2,4 e 6,3 mm.

O chapisco deverá apresentar espessura máxima de 5 mm, textura aberta com superfície irregular e descontínua, de forma a permitir a visualização de pequenas áreas da base.



## **Controle do Emboço / Reboco**

A argamassa de emboço / reboco deverá ter consistência adequada ao uso, compatível ao processo de aplicação (manual ou mecânico), constituída de areia média, com dimensão entre 1,2 e 4,8 mm.

O emboço deverá aderir bem ao chapisco ou à base de revestimento. Deverá possuir textura e composição uniforme, proporcionar facilidade de aplicação manual ou por processo mecanizado.

O aspecto e a qualidade da superfície final deverão corresponder à finalidade de aplicação e à decoração especificada.

As bases de revestimento deverão atender às condições de nivelamento, prumo e acabamento, fixadas pela especificação da Norma Brasileira NBR-7200.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Para fins de pagamento efetivamente, a unidade de medição dos emboços/rebocos e chapiscos será o metro quadrado real executado, descontando-se todos os vãos livres tais como, portas, janelas, aberturas etc, independente de suas áreas.

### **5.3- REVESTIMENTO CERÂMICO DE PAREDE**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende o fornecimento e o assentamento de azulejos e revestimento cerâmico de parede.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Aplicar e estender a argamassa de assentamento, sobre base totalmente limpa, seca e curada, com o lado liso da desempenadeira, formando camada uniforme de 3 mm a 4 mm sobre área, tal que facilite a colocação das placas e possibilite respeitar o tempo de abertura, de acordo com as condições atmosféricas e o tipo de argamassa utilizada;
- Aplicar o lado denteado da desempenadeira sobre a camada de argamassa formando sulcos;
- Assentar as placas, comprimindo manualmente ou aplicando pequenos impactos com martelo de borracha. A espessura de juntas especificada para o tipo de cerâmica deverá ser observada, podendo ser obtida empregando-se espaçadores previamente gabaritados;
- Após no mínimo 72 horas da aplicação das placas, aplicar a argamassa para rejuntamento com auxílio de uma desempenadeira de EVA ou borracha em movimentos contínuos de vai e vem;
- Limpar a área com pano umedecido.

#### **Rejuntamento**

Espalhamento da pasta de rejuntamento. Limpeza da pasta.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle de execução**

Não poderão ser observados desvios de prumo e nivelamento superiores a 3 mm/m.





Peças quebradas em suas bordas, defeituosas ou com cortes e furos para passagem de instalações efetuadas manualmente também serão substituídas.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão pagos por metro quadrado ( $m^2$ ) de revestimento executado e aceito pela Fiscalização.

### **6- PINTURA**

#### **6.1- SELADOR ACRÍLICO**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico utilizado para uniformizar a absorção e selar as superfícies internas como alvenaria, reboco, concreto e gesso.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Inicialmente, deverá ser aplicada uma demão de líquido selador ou fundo preparador de paredes, evitando, assim, seu futuro descascamento.

Observar se a superfície está limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação.

Aplicar uma demão de fundo selador com rolo ou trincha.

### **Acessórios**

#### **Pincéis e Trinchas**

São utilizados na aplicação de esmaltes, tintas a óleo e vernizes. Suas medidas são expressas em polegadas, sendo as de  $\frac{1}{2}$ " a 4", as mais utilizadas. Os maiores são utilizados para pinturas de planas e grandes (portas lisas etc.) e os menores, para superfícies irregulares, cantos e emendas.

Para conservá-los, após sua utilização, devem ser passados sobre um jornal e lavados com um solvente tipo aguarrás. As cerdas devem ser arrumadas com um pente e umedecidas com óleo vegetal. Devem, então, ser guardados envoltos com papel impermeável.

#### **Rolos**

Podem ser de lã de carneiro ou acrílicas, de espuma ou espuma rígida, em diversos tamanhos.

Os de lã são indicados para pintura de paredes com látex. Os de espuma, para pintura com tintas a óleo, esmalte ou verniz. Os rolos de espuma rígida destinam-se à aplicação de acabamentos texturizáveis.

Na aplicação de látex, antes de utilizá-los, devem ser umedecidos com água sendo o excesso retirado, sacudindo-os e esfregando-os contra a parede. Após o uso, devem ser lavados com água e detergente. Na aplicação de esmalte ou tinta a óleo com rolos de espuma, estes devem ser limpos com solvente do tipo aguarrás após a utilização.

#### **Bandejas**

Também chamadas de caçambas de espuma, facilitam a molhagem do rolo de pintura.



### **Lixas**

São utilizadas para uniformizar as superfícies e aumentar a aderência das tintas. Existem quatro tipos de lixas, com diversas granulações: lixa para madeira, lixa para ferro, lixa para massa e lixa d'água.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

Deverá ser dada especial atenção às superfícies muito absorventes, no que se refere ao seu selamento, pois um procedimento inadequado poderá gerar problemas na qualidade do acabamento.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços de aplicação de selador acrílico serão medidos pela área executada, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme dimensões do projeto.

### **6.2- APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, UMA DEMÃO**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Massa niveladora, aplicada antes da tinta de acabamento, conforme resultado desejado.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação;
- Se necessário, amolecer o produto em água potável, conforme fabricante;
- Aplicar em camadas finas com espátula ou desempenadeira até obter o nivelamento desejado;
- Aguardar a secagem final para efetuar o lixamento final e remoção do pó.

### **Lixas**

- São utilizadas para uniformizar as superfícies e aumentar a aderência das tintas. Existem quatro tipos de lixas, com diversas granulações: lixa para madeira, lixa para ferro, lixa para massa e lixa d'água.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

Massa corrida PVA para paredes internas – massa niveladora monocomponente à base de dispersão aquosa, para uso interno e externo, em conformidade à NBR 15348:2006;

Lixa em folha para parede ou madeira, número 120 (cor vermelha).

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---



Os serviços serão medidos pela área executada, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme dimensões do projeto.

### **6.3/6.4- APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Por definição, a tinta é uma composição química, pigmentada ou não, que se transformam em película sólida quando aplicada.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Pintura Acrílica**

Inicialmente, deverá ser aplicada uma demão de líquido selador ou fundo preparador de paredes, se a argamassa for fraca, pouco coesa, evitando, assim, seu futuro descascamento.

Para fino acabamento, deverá ser aplicada massa acrílica, sempre em camadas finas. Quando seca, deverá ser lixada com lixa para massa no 100 a 180. O pó deverá ser removido.

como medida de economia da tinta de acabamento, recomenda-se a aplicação de uma demão de líquido selador sobre a massa, para uniformizar a absorção.

As paredes existentes serão pintadas com tinta LÁTEX ACRÍLICO, ou de acordo com a recomendação da FISCALIZAÇÃO. As partes soltas e mal aderidas deverão ser eliminadas através de raspagem ou escovação da superfície, feito isso será aplicada uma camada de fundo preparador de paredes. As imperfeições serão corrigidas com massa pva latex e após será aplicada a pintura acrílica em um número de 02 (duas) demãos.

##### **Acessórios para pintura**

##### **Pincéis e Trinchas**

São utilizados na aplicação de esmaltes, tintas a óleo e vernizes. Suas medidas são expressas em polegadas, sendo as de ½" a 4", as mais utilizadas. Os maiores são utilizados para pinturas de planas e grandes (portas lisas etc.) e os menores, para superfícies irregulares, cantos e emendas.

##### **Rolos**

Podem ser de lã de carneiro ou acrílicas, de espuma ou espuma rígida, em diversos tamanhos.

Os de lã são indicados para pintura de paredes com látex. Os de espuma, para pintura com tintas a óleo, esmalte ou verniz. Os rolos de espuma rígida destinam-se à aplicação de acabamentos texturizáveis.

Na aplicação de látex, antes de utilizá-los, devem ser umedecidos com água sendo o excesso retirado, sacudindo-os e esfregando-os contra a parede. Após o uso, devem ser lavados com água e detergente. Na aplicação de esmalte ou tinta a óleo com rolos de espuma, estes devem ser limpos com solvente do tipo aguarrás após a utilização.

##### **Espátulas**

São usadas para a remoção de tintas velhas e para aplicação de massa. São fabricadas em vários tipos e tamanhos.



### **Desempenadeira de aço**

São usadas na aplicação de massa corrida, massa acrílica e argamassa em grandes áreas.

### **Bandejas**

Também chamadas de caçambas de espuma, facilitam a molhagem do rolo de pintura.

### **Lixas**

São utilizadas para uniformizar as superfícies e aumentar a aderência das tintas. Existem quatro tipos de lixas, com diversas granulações: lixa para madeira, lixa para ferro, lixa para massa e lixa d'água.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

A pintura somente poderá ser iniciada após a cura completa do reboco, ou seja, no mínimo 1 mês após sua conclusão, o que evitará problemas futuros de “eflorescência”, de “calcificação” e de “desagregamento”.

Deverão ser evitadas as diluições em excesso, em desacordo com o recomendado nas latas, pelos fabricantes, o que torna a espessura do filme inferior ao ideal, além de causar problemas de escorrimento. A diluição, quando ocorrer, deverá ser feita com solventes adequados ao tipo de tinta utilizado.

A homogeneização da tinta, antes da aplicação, deverá ser feita com cuidado, para que não venham a ocorrer problemas de cobertura deficiente devido à má distribuição do pigmento.

Deverá ser dada especial atenção às superfícies muito absorventes, no que se refere ao seu selamento, pois um procedimento inadequado poderá gerar problemas na qualidade do acabamento.

Não serão permitidas pinturas em dias chuvosos, pois o excesso de umidade e as temperaturas muito baixas (abaixo de 15o C) impedem que o solvente evapore, causando problemas de secagem retardada. Em caso de necessidade, as paredes pintadas com tinta látex, só poderão ser lavadas vinte dias após a pintura, quando a película sólida já se encontra completamente formada. Deverão ser utilizados, apenas, água e sabão neutro.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços de pintura serão medidos pela área executada, em metros quadrados (m<sup>2</sup>), conforme dimensões do projeto.

### **6.5- PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) A ÓLEO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende o fornecimento de materiais e a execução de pintura de paredes, tetos e esquadrias de madeira ou metal com tintas à base de resinas alquídicas, na forma de esmaltes e tintas a óleo.

Por definição, a tinta é uma composição química, pigmentada ou não, que se transformam em película sólida quando aplicada.



---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **Aplicação de tinta esmalte ou óleo sobre madeira nova**

A superfície deverá ser lixada com lixa para madeira nº 80 ou 100.

O pó será removido com um pano embebido em aguarrás.

Será aplicada uma demão de fundo nivelador branco fosco, que permite um bom lixamento, uniformização da superfície e economia da tinta de acabamento.

Após seca, a superfície será novamente lixada, com lixa para madeira nº 120 e o pó removido.

Para acabamento fino, deverá ser aplicada massa a óleo, seguida de lixamento com lixa para madeira nº 100 e limpeza do pó.

Será aplicada nova demão de fundo nivelador branco fosco, seguido de novo lixamento com lixa para madeira nº 120 e de limpeza do pó com pano embebido em aguarrás.

A tinta esmalte ou a óleo será aplicada, deixando-se secar e executando lixamentos entre as demãos.

### **Aplicação de tinta esmalte ou óleo sobre metais ferrosos novos**

Caso a peça esteja pintada com primer de serralheiro, este deverá ser eliminado com removedor. Os pontos de ferrugem deverão ser eliminados através de lixamento e lavagem com aguarrás.

Após seca a superfície, será aplicada uma demão de zarcão.

Outra vez seca a superfície, esta deverá ser lixada com lixa de ferro no 150.

O pó será removido com um pano embebido em aguarrás e a tinta de acabamento será, por fim, aplicada.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da execução**

A pintura com tinta esmalte ou a óleo somente poderá ser iniciada após a cura completa do reboco, ou seja, no mínimo 1 mês após sua conclusão, o que evitará problemas futuros de “eflorescência”, de “calcificação” e de “desagregamento”.

Deverão ser evitadas as diluições em excesso, em desacordo com o recomendado nas latas, pelos fabricantes, o que torna a espessura do filme inferior ao ideal, além de causar problemas de escorrimento. A diluição, quando ocorrer, deverá ser feita com solventes adequados ao tipo de tinta utilizado.

A homogeneização da tinta, antes da aplicação, deverá ser feita com cuidado, para que não venham a ocorrer problemas de cobertura deficiente devido à má distribuição do pigmento.

Deverá ser dada especial atenção às superfícies muito absorventes, no que se refere ao seu selamento, pois um procedimento inadequado poderá gerar problemas na qualidade do acabamento.

Não serão permitidas pinturas ou repinturas sobre metais protegidos por **zarcão** por mais de uma semana, pois decorrido este prazo, a aderência da tinta de acabamento ficará prejudicada.

Não serão permitidas pinturas em dias chuvosos, pois o excesso de umidade e as temperaturas muito baixas (abaixo de 15o C) impedem que o solvente evapore, causando problemas de secagem retardada.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---



Os serviços de pintura em esmalte sintético serão medidos pela área executada, em metros quadrados ( $m^2$ ), conforme dimensões do projeto.

## **7- PISOS**

### **7.1- CONCRETO CICLÓPICO FCK = 15MPa, 30% PEDRA DE MÃO EM VOLUME REAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

O concreto ciclópico refere-se à adição ao concreto convencional um volume de até 30% de pedra de mão, lavadas e saturadas, no local de aplicação do concreto.

A espessura de envolvimento da pedra de mão pelo concreto deve ser de no mínimo 5,0 cm.

O concreto, onde as pedras de mão são adicionadas, deve possuir resistência característica a compressão mínima de 15 MPa, 30% em volume de pedra de mão e 70% de concreto.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Preparo do Concreto no Canteiro de obras**

A dosagem do concreto, traço, deve decorrer de experimentos; deve considerar todos os condicionantes que possam interferir na trabalhabilidade e resistência.

O tempo de mistura depende das características físicas do equipamento e deve oferecer um concreto com características de homogeneidade satisfatória. O transporte do concreto recém preparado até o ponto de lançamento deve ser o menor possível e com cuidados dirigidos para evitar segregação ou perda de material.

Por junta tratada entende-se a remoção da película superficial de nata, remoção de excessos e elementos estranhos, o processo de limpeza deve ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

O concreto deve ser lançado de um ponto o mais próximo possível da posição final, através de sucessivas camadas, com espessura não superior a 50 cm, e com cuidados especiais para garantir o preenchimento de todas as reentrâncias, cantos vivos, e prover adensamento antes do lançamento da camada seguinte. Em nenhuma situação o concreto deve ser lançado de alturas superiores a 2,0 m. No caso de peças altas, e principalmente se forem estreitas, o lançamento deve se dar através de janelas laterais em número suficiente que permita o controle visual da operação.

Pode ser empregada cura química com aval da FISCALIZAÇÃO.

##### **Cura e Proteção**

O concreto, para atingir sua resistência total, deverá ser curado e ter sua superfície protegida adequadamente contra a ação do sol, do vento, da chuva, de águas em movimento e de agentes mecânicos. A cura deverá continuar durante um período mínimo de 7 dias após o lançamento, conforme NB-1/NBR-6118 da ABNT.

A água para a cura deverá ser doce e limpa, com a mesma qualidade da usada para o preparo do concreto.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---





## **Controle da execução**

O Controle Tecnológico abrangerá pelo menos o previsto nos seguintes itens:

### **Qualidade dos Materiais**

#### **Cimento**

O cimento deverá atender às exigências das Normas Brasileiras, de acordo com sua aplicação. A aceitação do cimento na obra está subordinada à execução de ensaios prévios de amostras do material proveniente das fontes de produção.

Sempre que houver dúvida sobre a qualidade do cimento, novos ensaios deverão ser realizados. Na entrega no Canteiro, em sendo observadas alterações na qualidade do cimento, devido ao mau acondicionamento no transporte, por insuficiência de proteção contra intempéries, ou qualquer outro motivo, a partida será rejeitada, embora munida de certificado, não sendo permitida a sua utilização na obra, da qual deverá ser imediatamente retirada.

Em face das características peculiares de comportamento dos cimentos, eventuais misturas de diferentes marcas poderão implicar em alguns efeitos inconvenientes (trincas, fissuras, etc.).

Assim, o emprego de misturas de cimento de diferentes qualidades ficará na dependência de uma aprovação prévia pela Fiscalização.

#### **Agregados**

Os agregados deverão atender às especificações da ABNT.

Verificar se os agregados atendem à NBR 7221.

Verificar se os agregados não contêm teores minerais passíveis de proporcionar reações químicas alcali-agregado.

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7809(7) e tem índice de forma  $< 3,0$ .

Verificar se os agregados graúdos atendem à NBR 7211.

#### **Água de Amassamento**

Deverá ser tal que não apresente impurezas que possam vir a prejudicar as reações com os compostos de cimento tais como sais, álcalis ou materiais orgânicos em suspensão.

Verificar se a água de amassamento apresenta os limites máximos de pH e substâncias estranhas, confirmadas por ensaios de laboratório, dentro do especificado na NBR 11560.

#### **Aditivos**

Sempre que considerado conveniente e aprovado pela Fiscalização, serão empregados aditivos na confecção do concreto.

O uso de aditivo acelerador de pega fica condicionado a uma aprovação pela Fiscalização, após análise de resultados de laboratório quanto à composição químico-aditiva.

Fica proibido o uso de aditivo acelerador de pega com composto ativo à base de cloreto de cálcio em estruturas de concreto armado e/ou pretendido.

O desempenho do aditivo será comprovado através de ensaios comparativos com um concreto "referência", sem aditivo (CE-18:06.02-001 da ABNT).



---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

O concreto será medido em metros cúbicos de volume efetivamente executados, de acordo com o Fck utilizado.

**7.2- CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM.**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Execução de camada com a finalidade de nivelar o piso para receber o revestimento final, obedecendo aos níveis ou inclinações previstas para o acabamento que os deve recobrir.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Deverá ser usado argamassa no traço de 1:4, de cimento e areia.

- Limpar a base, incluindo lavar e molhar;
- Definir os níveis do contrapiso;
- Assentar taliscas;
- Argamassa de contrapiso: envolve lançamento, espalhamento e compactação, definição preliminar de mestras e posterior atuação no resto do ambiente;
- Acabamento superficial sarrafeado, desempenado ou alisado;
- Ponte de aderência: molhar a base e polvilhar o cimento após o assentamento das taliscas (Para as composições de contrapiso sobre impermeabilização).

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Não deve ser executado em dias chuvosos e devem ser protegidos da ação direta do sol logo após a aplicação.

Uso de mão-de-obra especializada.

Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos pela área executada, em metros quadrados, conforme dimensões do projeto.

**7.3/7.4- REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO**

---

## **DEFINIÇÃO**

---



Compreende o fornecimento e assentamento de pisos cerâmicos, deverá apresentar PEI conforme especificado em projeto.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Aplicar e estender a argamassa de assentamento, sobre uma base totalmente limpa, seca e curada, com o lado liso da desempenadeira formando uma camada uniforme de 3 mm a 4 mm sobre área tal que facilite a colocação das placas cerâmicas e que seja possível respeitar o tempo de abertura, de acordo com as condições atmosféricas e o tipo de argamassa utilizada;
- Aplicar o lado denteado da desempenadeira sobre a camada de argamassa formando sulcos;
- Assentar cada peça cerâmica, comprimindo manualmente ou aplicando pequenos impactos com martelo de borracha. A espessura de juntas especificada para o tipo de cerâmica deverá ser observada podendo ser obtida empregando-se espaçadores previamente gabaritados;
- Após no mínimo 72 horas da aplicação das placas, aplicar a argamassa para rejuntamento com auxílio de uma desempenadeira de EVA ou borracha em movimentos contínuos de vai e vem;
- Limpar a área com pano umedecido.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Os pisos cerâmicos deverão ser bem cozidos, apresentar massa homogênea, coloração uniforme e ser planos. Deverão ser rejeitadas as peças empenadas, trincadas, desbeichadas ou com superfícies defeituosas.

### **Resistência**

Os pisos são classificados, quanto à sua resistência ao desgaste, pela Classe de Circulação do ambiente onde serão assentados, ou seja:

- Classe 1 ou PEI 1 – Tráfego leve. Ambientes onde se caminha geralmente com chinelos ou pés descalços como banheiros e dormitórios residenciais.
- Classe 2 ou PEI 2 – Tráfego médio. Ambientes onde se caminha geralmente com sapatos. Estão nesta classe todas as dependências residenciais, com exceção das cozinhas e entradas.
- Classe 3 ou PEI 3 – Tráfego médio-intenso. Ambientes onde se caminha geralmente com alguma quantidade de sujeira abrasiva tais como (cozinhas, corredores, quintais, terraços etc.).
- Classe 4 ou PEI 4 – Tráfego intenso. Uso não residencial, em locais de tráfego permanente de pessoas tais como restaurantes, lojas, salas de trabalho e locais de acesso público.
- Classe 5 ou PEI 5 – Tráfego super intenso. Uso não residencial, em locais de tráfego intenso de pessoas ou em ambientes industriais. Estão neste grupo os pisos em aeroportos, fábricas, shopping centers, restaurantes e cozinhas industriais, áreas de estacionamento etc.

Quando do recebimento da pavimentação com pisos de cerâmicos prontos deverão ser observados:

- A limpeza;



- O rejuntamento;
- As espessuras das juntas de dilatação;
- Os testes de elasticidade;
- Os níveis;
- Os caimentos e o
- Acabamento superficial.

As superfícies deverão apresentar-se perfeitamente planas, evitando-se ressaltos de um ladrilho em relação ao outro.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de piso efetivamente executado e aceito pela Fiscalização.

#### **7.5- PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Plantio de grama em placas alinhadas.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Com o solo previamente preparado, espalham-se as placas de grama pelo terreno;
- Os plantios devem ser feitos com as placas de grama alinhadas.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Aceite do serviço: as dimensões devem obedecer ao projeto;  
Uso de mão-de-obra habilitada.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será feita por metro quadrado executado.

#### **7.6- SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Todas as portas deverão possuir soleiras em granito, com espessura de 2 cm.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---



Todas as portas deverão possuir soleiras em granito, com espessura de 2 cm, arestas retas e acabamento polido nas faces aparentes com rebaixo.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

As pedras deverão ser embutidas, no mínimo 2,5 cm nas alvenarias laterais.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos por metro executado e aceito pela Fiscalização.

**7.7- PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MÁRMORE, L = 15CM, COMPRIMENTO DE ATÉ 2M, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO.**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

O peitoril é um componente fixado na base de esquadrias e tem como principal função proteger a alvenaria de infiltração de água, além de proporcionar melhor acabamento.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Cortar com serra circular parte das laterais para abrigar os avanços do peitoril;
- Limpar a superfície onde será assentada a peça, deixando-a livre de irregularidades, poeira ou outros materiais que dificultam a aderência da argamassa;
- Molhar toda a superfície utilizando broxa;
- Aplicar argamassa no substrato e na peça de mármore/granito e passar desempenadeira dentada;
- Assentar, primeiramente as peças das extremidades e conferir nível e prumo;
- Esticar a linha guia para assentamento das demais peças;
- Repetir o procedimento de assentamento das peças até completar o peitoril;
- Quando necessário, efetuar corte da peça com serra circular adequada para mármore e granitos;
- Conferir alinhamento e nível;
- Fazer o acabamento da parte inferior do peitoril;
- Proteger o peitoril com madeirite ou similar para não ser danificado durante a execução da fachada.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

#### **Controle de execução**

Não poderão ser observados desvios de prumo e nivelamento superiores a 3 mm/m.

Peças quebradas em suas bordas, defeituosas ou com cortes e furos para passagem de instalações efetuada manualmente também serão substituídas.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---



Os serviços serão pagos por metro executado e aceito pela Fiscalização.

## **8- ESQUADRIAS**

### **8.1/8.2/8.3/8.4/8.5 - ESQUADRIAS DE MADEIRA, ALUMÍNIO, FERRO E VIDRO TEMPERADO/BLINDEX**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste no fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos para a execução e instalação de esquadrias de portas, janelas e balancins.

#### **Esquadrias de Madeira**

##### **Acessórios e ferragens para esquadrias de madeira**

#### **Caixilharia**

Para os fins desta especificação, serão considerados como caixilharia os perfis para engradamento, os batentes (caixões, meio caixões e caixilhos) e as guarnições, todos em madeira de lei.

#### **Caixões**

Possuem espessura igual ou superior a 3,5 cm e largura igual à largura da parede com os respectivos revestimentos.

#### **Meio Caixões**

Possuem espessura igual ou superior a 3,5 cm e largura igual a 8,0 cm ou metade da largura da parede com os respectivos revestimentos.

#### **Caixilhos**

Produzidos industrialmente para obras de acabamento mais simples, possuem espessura igual ou superior a 3,5 cm e largura igual a 7,0 cm.

#### **Guarnições**

Constituídas de réguas de madeira de lei com seção de 5,0 x 1,5 cm, aparelhadas, com quinas vivas levemente arredondadas, são também denominadas de alisares. Os caixões receberão dois jogos de alisares para acabamento; os meio caixões e os caixilhos somente receberão um jogo.

#### **Esquadrias de Alumínio**

As esquadrias de alumínio adonizado, deverão ser no tamanho e modelo, e com ferragem completa conforme especificado em projeto e/ou a critério da FISCALIZAÇÃO, podendo ser alterada ou modificada de acordo com a conveniência ou andamento das obras/serviços.

#### **Esquadrias de Vidro Temperado/Blindex**

As esquadrias de Vidro Temperado/Blindex, deverão ser no tamanho e modelo, e com ferragem conforme especificado em projeto e/ou a critério da FISCALIZAÇÃO, podendo ser alterada ou modificada de acordo com a conveniência ou andamento das obras/serviços.

#### **Esquadrias de Ferro**

Todos os serviços de serralheria serão executados de acordo com a boa técnica para este tipo de trabalho,





obedecendo rigorosamente as indicações e detalhes constantes dos desenhos e as especificações que acompanham os projetos.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **Esquadrias de Madeira**

#### **Recebimento**

As esquadrias serão entregues nas dimensões do projeto com acabamento superficial liso, o que equivale a dizer que serão totalmente aparelhadas e lixadas.

As esquadrias de madeira serão inspecionadas, no recebimento, quanto à qualidade, ao tipo, à quantidade total, ao acabamento, às dimensões e ao funcionamento.

Deverão, após a conferência e aprovação, receber uma demão de selador para madeira.

Os batentes serão fornecidos montados no esquadro, travejados com sarrafos de madeira, inclusive com a respectiva esquadria, porta ou janela. Deverão possuir folga de 3 mm de cada lado, tornando-se desnecessário efetuar repasses com plainas.

As portas serão fornecidas nas dimensões padrão ou de acordo com as dimensões do projeto, podendo ser semi-ocas ou maciças.

#### **Armazenagem**

As esquadrias deverão ser armazenadas na posição vertical, sobre calços, e em local isento de cal, cimento, óleos, graxas, e barras de aço.

#### **Montagem**

Todos os montantes e quadros serão colados e deverão ser montados com sistema de encaixes tipo espiga, respectivos orifícios tarugados com a mesma madeira dos batentes, a ser fornecida pelo fabricante das esquadrias.

### **Esquadrias de Alumínio**

#### **Recebimento**

As esquadrias serão entregues nas dimensões do projeto com acabamento.

As esquadrias serão fornecidas nas dimensões padrão ou de acordo com as dimensões do projeto.

#### **Armazenagem**

As esquadrias deverão ser armazenadas na posição vertical, sobre calços, e em local isento de cal, cimento, óleos, graxas, e barras de aço.

#### **Montagem**

As esquadrias deverão ser montadas por mão de obra especializada.

### **Esquadrias de Vidro Temperado/Blindex**

#### **Recebimento**

As portas/janelas serão fornecidas nas dimensões padrão ou de acordo com as dimensões do projeto.

#### **Armazenagem**



As esquadrias deverão ser armazenadas na posição vertical, sobre calços, e em local isento de cal, cimento, óleos, graxas, e barras de aço.

### **Montagem**

As esquadrias deverão ser montadas por mão de obra especializada.

### **Esquadrias Ferro**

Os quadros serão perfeitamente esquadrihados, tendo os ângulos soldados, bem esmerilhados ou limados, permanecendo sem rebarbas e saliências de solda.

Os furos dos rebites e parafusos serão escariados e as rebarbas, devidamente lixadas e removidas.

As ligações serão feitas por parafusos, rebites ou solda por pontos. Neste último caso, dos pontos de ligação serão espaçados de 8 cm, no máximo, havendo sempre ponto de amarração nas extremidades.

Todas as peças desmontáveis, serão fixadas com parafusos de latão cromado ou niquelado quando fixarem peças com este acabamento.

#### **Colocação das Esquadrias**

Deverão ser atendidas as seguintes disposições:

- a) Colocação nos vãos e locais preparados, inclusive fixar os respectivos chumbadores e marcos;
- b) Nivelamento das esquadrias e o seu perfeito funcionamento, após a fixação definitiva;

Os acessórios, ornatos e aplicações das serralherias, serão colocados após os serviços de argamassa e revestimentos ou devidamente protegidos, até que se conclua toda a obra.

As serralherias serão entregues na obra, protegidas contra oxidação, dentro das seguintes condições:

- a) A superfície metálica será limpa e livre de ferrugem, quer por processos mecânicos, quer por processos químicos.
- b) A superfície levará uma demão de tinta composta de zarcão e óleo óxido vermelho chumbo e óleo de linhaça recozido.
- b) As ferragens necessárias à fixação, colocação, movimentação ou fechamento das serralherias serão fabricadas ou fornecidas pelos serralheiros e, por eles colocadas.

Salvo indicações em contrário todas as ferragens serão de latão natural, patinado ou cromado.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Controle da aquisição das esquadrias

### **Esquadrias de Madeira**

Na fase de aquisição ou encomenda deverão ser verificados:

- Se o fabricante utiliza madeiras de classificação recomendável para a fabricação de esquadrias;
- Se for utilizada estufa no processo de secagem;
- Se é feito tratamento anti-ataque de microorganismos.

Deverá ser procedida uma avaliação de desempenho das esquadrias quanto aos seguintes aspectos funcionais:

- Estanqueidade à água de chuva;
- Estanqueidade ao ar;
- Estanqueidade a insetos e poeira;



- Isolamento sonoro;
- Iluminação;
- Ventilação;
- Facilidade de manuseio;
- Facilidade de manutenção;
- Durabilidade;
- Resistência aos esforços de uso;
- Resistência a cargas de vento.

### **Esquadrias de Alumínio**

As esquadrias de alumínio serão inspecionadas, no recebimento, quanto à qualidade, ao tipo, à quantidade total, ao acabamento, às dimensões e ao funcionamento.

### **Esquadrias de Vidro Temperado/Blindex**

As esquadrias serão inspecionadas, no recebimento, quanto à qualidade, ao tipo, à quantidade total, ao acabamento, às dimensões e ao funcionamento.

As esquadrias serão entregues nas dimensões do projeto, com certificado de qualidade do vidro temperado;

### **Esquadrias de Ferro**

Todo o material a ser empregado devem ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação.

Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem ser escariados e as asperezas limadas.

Todas as junções por justaposição, quer que sejam feitas por meio de parafusos, rebite ou soldas por pontos, devem ter os pontos de amarração espaçados em 8 cm no máximo, havendo sempre pontos de amarração nas extremidades.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Serão medidas as esquadrias entregues, assentadas e aceitas pela Fiscalização, completas, incluindo todos os acessórios e ferragens, conforme as unidades constantes em Planilha Orçamentária.

### **9- COBERTURAS**

#### **9.1- LAVAGEM DE TELHAS COM JATO DE ALTA PRESSÃO.**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Tem objetivo de remover a sujeira e manchas com um forte jato de água.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Jatear a água na superfície, empurrando as sujeiras para o ponto de escoamento.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---



Atendimento às Normas:

- NBR 15575:2013 – Edificações habitacionais: Desempenho
- NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão e manutenção
- NR 15 - Atividades e operações insalubres

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão pagos por metro executado e aceito pela Fiscalização.

### **9.2- TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste no fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos para a execução de estruturas de para a cobertura de edificações.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Estrutura de Madeira**

A estrutura do madeiramento do telhado será executada de acordo com o projeto e totalmente em madeira de lei.

As partes essenciais das estruturas como as treliças, constarão sempre de peças escolhidas de uma mesma espécie vegetal.

As peças de madeira cujas seções transversais possuam a maior dimensão menor ou igual a 3" só poderão ser emendadas sobre um apoio.

Todo o madeiramento, antes de ser levado para a cobertura, será imunizado com aplicação, por imersão, de mistura de Carbolineum (VEDACIT), ou similar, com querosene, na dosagem de 1:8.

Poderá ser utilizado outro tipo de tratamento indicado no projeto executivo.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

##### **Estrutura de Madeira**

As madeiras para coberturas deverão ter peso específico entre 700 kg/m<sup>3</sup> e 1200 kg/m<sup>3</sup>.

Serão bem secas, seja por exposição demorada ao

ar ou por processo acelerado, em estufa, isentas de carunchos e brocas, sem nós ou fendas, manchas de podridão, quinas mortas, rachaduras de qualquer natureza, fibras arrancadas ou partes de alburnes de cor contrastada que comprometam a sua resistência ou durabilidade.

##### **UMIDADE DE EQUILÍBRIO DA MADEIRA**



A madeira é um material higroscópico, isto é, possui a habilidade de tomar ou ceder umidade em forma de vapor. Quando úmida, geralmente perde vapor d'água para a atmosfera, e quando seca, pode absorver vapor d'água do ambiente que a rodeia.

Existe uma situação em que a madeira não perde nem absorve água do ar. Isto ocorre quando a umidade de madeira está em equilíbrio com a umidade relativa do ar (UR), o que é denominado **Umidade de Equilíbrio da Madeira (UEM)**. É, portanto, a umidade que a madeira atinge, numericamente, após um longo período de tempo exposta a um ambiente com uma dada temperatura e umidade relativa.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos pelas áreas de projeção horizontal (área delimitada pelas linhas da projeção do telhado), em metros quadrados, conforme dimensões do projeto.

### **9.3- TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende o fornecimento e assentamento ou fixação de telhas sobre madeiramento, vigas de concreto, madeira ou metálicas, com função de cobertura ou fechamento lateral de edificações.

##### **Telhas Cerâmicas Plan**

São fabricadas em pequenas olarias ou em instalações industriais, a partir da mistura de argilas, tendo suas características ligadas ao tipo de material de origem e ao tipo e duração do cozimento utilizado.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Telha Plan**

Fornecimento e assentamento ou fixação de telhas sobre madeiramento, vigas de concreto, madeira ou metálicas, com função de cobertura ou fechamento lateral de edificações;

- O caimento mínimo aceitável para telhas tipo plan é de 35%;
- A sobreposição mínima entre as telhas deverá ser de 10 cm;
- As cumeeiras deverão ser protegidas contra a entrada de água pela superposição de telhas com sua parte côncava voltada para baixo. A sobreposição das cumeeiras é de 7cm. A argamassa, de cimento e areia no traço 1:4, tem que ficar sempre protegida pela cumeeira, devendo ser de 3 a 4 cm de largura.

---

#### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

##### **Considerações Gerais**

O telhamento da cobertura será executado em obediência aos detalhes constantes no projeto. Na obra, deverá haver uniformidade quanto à procedência de um mesmo material, evitando tonalidades ou características distintas por mudança de fornecedor.

##### **Telha Plan**



As telhas cerâmicas deverão possuir, na sua face interna, a gravação do seu fabricante em baixo relevo com o nome e a cidade de origem.

As telhas deverão ter sonoridade firmemente aguda, quando submetidas ao toque e possuirão aspecto visual uniforme, quanto a queima. Não poderão apresentar defeitos de fabricação como fissuras ou arestas imperfeitas.

Não serão aceitas telhas cerâmicas com arestas desalinhadas, quebradiças ou quebradas, salvo em pequenas quantidades que não sejam representativas nem comprometam o lote objeto do fornecimento. Deverão ser impermeáveis não podendo apresentar gotejamentos ou vazamentos quando umedecidas. Antes da aquisição de telhas cerâmicas, a Contratada providenciará os seguintes testes a serem realizados em amostras nos laboratórios considerados capacitados para a emissão de certificado de qualidade, a saber:

- Determinação da absorção de água - NBR 8947;
- Ensaio de impermeabilidade - NBR 8948;
- Determinação da carga de ruptura à flexão – NBR 6462 e NBR 9602.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços serão medidos pelas áreas desenvolvidas, efetivamente executadas, em metros quadrados, conforme dimensões do projeto.

### **9.4- CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste no fornecimento e instalação de peças e acessórios ou na execução de estruturas complementares que auxiliam no perfeito funcionamento das coberturas, dentre as quais se destacam.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura (nunca às ripas, que poderão romper ou soltar com certa facilidade);
- Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças ou caibros, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento;
- Observar o fiel cumprimento do projeto da cobertura, atendendo a seção transversal especificada para as calhas e o caimento mínimo de 0,5 % no sentido dos tubos coletores;
- Promover a união das peças em aço galvanizado mediante fixação com rebites de repuxo e soldagem com filete contínuo, após conveniente limpeza / aplicação de fluxo nas chapas a serem unidas;
- Fixar as peças na estrutura de madeira do telhado por meio de pregos de aço inox regularmente espaçados, rejuntando a cabeça dos pregos com selante a base de poliuretano.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---





Todas as peças serão montadas conforme os projetos específicos, observando-se rigorosamente suas seções, os caimentos e as características dos suportes.

As chumbações com argamassas deverão ser executadas sem que se causem danos ao telhado ou a outras estruturas já existentes. Deverá ser evitado, ao máximo, o trânsito de pessoas sobre o telhado.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A unidade de medição será de acordo com definição da planilha orçamentária.

### **9.5- FORRO DE PVC**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Esta especificação compreende o fornecimento e a execução de forros de PVC.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

##### **Material**

O forro em réguas de PVC será do tipo perfil extrudado auto-extinguível, com réguas de 10 cm de largura útil por 12 mm de espessura, perfil de 200 mm na cor branca, liso ou frisado, ou conforme padrão existente, marcas BCF, TIGRE, FORTPLAST, PETROLL ou MEDABIL, dotado de todos os acessórios, como arremates, cantoneiras, etc.,

##### **Tamanho**

Cor: Branco

Largura: 100 mm.

Comprimento: 6,0, 7,0 ou 8,0 m.

Serão exigidos para a execução do forro, nivelamento e alinhamento perfeitos, sem ressaltos, reentrâncias, diferenças nas juntas; bem como as placas deverão ser novas e apresentarem-se sem qualquer tipo de defeitos, e nos desenhos de projeto.

Os serviços de colocação do forro suspenso deverão ser executados, conforme orientação do fabricante, e depois de terminada a pintura das paredes e demais serviços que interferem nesta execução.

Nos locais onde existam instalações elétricas, hidráulicas, ar condicionado, exaustão, etc. acima do forro, o mesmo só poderá ser executado, depois de vistoriadas, aprovadas e testadas estas instalações.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Qualquer que seja a marca ou o tipo de forro escolhido para aplicação na obra, o mesmo deverá obedecer ao conteúdo desta especificação.

Para os forros considerados lineares, a firma construtora deverá previamente estudar o posicionamento em planta das réguas, e em função das dimensões dos ambientes definir os comprimentos das réguas por ambiente, evitando-se desta forma emendas desnecessárias.

O recebimento dos materiais pressupõe o controle da qualidade (inspeção) e das quantidades (medição).



Deverá ser previamente definido um local para estocagem e guarda do material até a sua aplicação.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A unidade de medição será o metro quadrado (m<sup>2</sup>) da área efetivamente forrada medida “in Loco”.

### **10- INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**

#### **10.1- CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO.**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Acessório usado ao longo das redes de drenagem, esgoto, elétrica e demais sistemas enterrados que viabilizam a inspeção, limpeza e passagem dos materiais provenientes das redes e sistemas.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Após execução da escavação e, caso seja necessário, da contenção da cava, preparar o fundo para a execução da caixa;
- Sobre o fundo preparado, montar as fôrmas da laje de fundo da caixa e, em seguida, realizar a sua concretagem;
- Sobre a laje de fundo, assentar os tijolos com argamassa aplicada com colher, atentando-se para o posicionamento dos tubos de entrada e de saída;
- Concluída a alvenaria da caixa, revestir as paredes internamente com chapisco e reboco e externamente somente com chapisco. Sobre a laje de fundo, executar revestimento com argamassa para garantir o caimento necessário para o adequado escoamento dos efluentes;
- Por fim, colocar a tampa pré-moldada sobre a caixa.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

As medidas das caixas serão sempre referidas às dimensões internas, de acordo o projeto.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será efetuada por unidade, conforme seu tipo, pronta, com a respectiva tampa e arremates, e aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

### **10.2- PONTO DE ÁGUA**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende diversos serviços envolvidos para execução das instalações hidráulicas (tubos e conexões).

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---



Execução de marcação para rasgo.

Execução do corte da alvenaria de acordo com marcação prévia utilizando marreta e talhadeira. Os cortes devem ser gabaritados tanto no traçado quanto na profundidade, para que os tubos embutidos não sejam forçados a fazer curvas ou desvios. No caso de cortes horizontais ou inclinados, recomenda-se que o diâmetro de qualquer tubulação não seja maior do que um terço da largura do bloco.

Os materiais devem ser soldados com adesivo plástico apropriado, após lixamento com lixa d'água e limpeza com solução desengordurante das superfícies a serem soldadas.

Limpar a ponta e a bolsa dos materiais com solução limpadora.

O adesivo deve ser aplicado uniformemente na bolsa (camada fina) e na ponta ou extremidade do tubo (camada mais espessa).

Para o tubo, encaixar a ponta na bolsa da conexão aplicando  $\frac{1}{4}$  de volta. Manter a junta sobre pressão manual por aproximadamente 5 minutos.

Após a junção das peças, deve-se remover o excesso de adesivos, pois estes atacam o PVC.

Não movimentá-los por, aproximadamente, 5 minutos

Após soldagem, aguardar 24 horas antes de submeter o sistema às pressões de serviço ou ensaios de estanqueidade e obstrução.

Para o chumbamento linear, lançar a argamassa por sobre o rasgo até sua total cobertura

Cobrir toda a extensão dos trechos de rasgo de tubulação.

Desempenar as superfícies que sofreram chumbamentos.

---

## CRITÉRIOS DE CONTROLE

---

- Observação das seguintes normas:
  - NBR 5626: 1998 – Instalação predial de água fria.
  - NBR 7372: 1982 – Execução de tubulações de pressão – PVC rígido com junta soldada, rosqueada, ou com anéis de borracha.
  - NBR 15704-1: 2011: Registro – Requisitos e métodos de ensaio Parte 1: Registros de Pressão.
  - NBR 15705: 2009: Instalações Hidráulicas Prediais – Registro de Gaveta – Requisitos e Métodos de Ensaio.
  - NBR 8133: 2010: Rosca para tubos onde a vedação não é feita pela rosca – Designação, dimensões e tolerâncias.

---

## CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

---

Para fins de pagamento, a medição será feita de acordo com as unidades constantes da planilha orçamentária, testada e aceita pela FISCALIZAÇÃO.

### 10.3- PONTO DE ESGOTO

---

## DEFINIÇÃO

---



Compreende o fornecimento e o assentamento de tubos, conexões de PVC, marca Tigre ou similar, destinados às instalações prediais de esgoto sanitário, conforme especificado em projeto.

## **Terminologia**

### **Esgoto Secundário**

Compreende o conjunto de canalizações e peças de utilização às quais os gases provenientes do coletor público não têm acesso, ou seja, são as canalizações responsáveis pela coleta das descargas nos pontos de utilização (tais como pias, lavatórios, mictórios etc) e sua condução até as caixas sifonadas, ralos sifonados, sifões e demais desconectores.

### **Esgoto Primário**

Compreende o conjunto de canalizações às quais os gases provenientes do coletor público têm acesso, ou seja, são as canalizações horizontais e verticais responsáveis pela condução das descargas dos desconectores até o coletor público.

### **Desconectores**

São peças sanitárias que impedem a passagem de gases da rede coletora para o interior da edificação, tais como, caixas sifonadas, ralos sifonados, sifões etc.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

### **Tubos e Conexões com Ponta e Bolsa para Soldar**

#### **Procedimentos de Montagem**

A ponta e a bolsa dos tubos serão limpas.

Em seguida, a bolsa e a ponta deverão ser lixadas até que seja retirado todo o brilho.

Ponta e bolsa deverão ser novamente limpos, eliminando-se todo vestígio de sujeira ou gordura.

Na ponta do tubo, será marcada a profundidade da bolsa.

A ponta do tubo será introduzida na bolsa, observando-se a marca referente à profundidade da bolsa.

### **Tubos e Conexões com Ponta e Bolsa com Anel de Borracha**

#### **Procedimentos de Montagem**

A ponta e a bolsa dos tubos serão limpas, com pano ou estopa, tomando-se especial cuidado na virola, onde será alojado o anel.

O anel será colocado na virola da bolsa.

Na ponta do tubo, será marcada a profundidade da bolsa

Deverá ser aplicada pasta lubrificante no anel e na ponta do tubo. Não será admitido o uso de óleo ou graxa, que poderão atacar o anel de borracha.

A ponta do tubo será encaixada no fundo da bolsa e recuada 5mm, se a tubulação for exposta, e 2mm, se a tubulação for embutida, tendo como referência a marca feita anteriormente.



Quando forem utilizadas conexões, a ponta da conexão deverá ser introduzida até o fundo da bolsa do tubo. Em instalações expostas, as conexões deverão ser fixadas com abraçadeiras, o que evitará deslizamentos

Observação:

Quando houver necessidade de cortar um tubo, esta operação deverá ser perpendicular ao eixo do mesmo. Após o corte, as rebarbas deverão ser removidas com uma rasqueta e a ponta do tubo será chanfrada.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

### **Controle da Montagem**

Conformidade com o projeto A CONTRATADA deverá assegurar-se de que o traçado e o diâmetro das tubulações sigam rigorosamente o previsto no projeto executivo.

### **Declividade**

As declividades constantes no projeto deverão ser consideradas como mínimas, devendo ser procedida uma verificação geral dos níveis até a rede urbana, antes da instalação dos coletores.

Para os ramais de descarga, a declividade mínima será de 2%.

### **Juntas**

Nos tubos com anel de borracha, o acoplamento deverá ocorrer sem deslocamento do anel, de maneira a garantir a estanqueidade contra a infiltração de água e a penetração de raízes.

### **Proteção da rede**

Durante a obra, as extremidades dos tubos deverão ser protegidas e vedadas até a montagem dos aparelhos sanitários.

### **Verificação e Teste**

Com o acompanhamento da Fiscalização, todas as tubulações da instalação de esgoto sanitário primário serão testadas com água ou ar comprimido, sob a pressão mínima de 3,0 m de coluna d'água, antes da instalação dos aparelhos, e submetidas a uma prova de fumaça, sobre pressão mínima de 25,0 m de coluna d'água, depois da colocação dos aparelhos. Em ambas as provas, as canalizações deverão permanecer sob a pressão de prova durante 15 minutos. Os ensaios serão executados de acordo com o prescrito na NB-19/50.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Para fins de pagamento, a medição será feita por unidade (un) executada, testada e aceita pela FISCALIZAÇÃO.

### **10.4/10.5- SUMIDOURO/ TANQUE SÉPTICO**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto, bem como, escoamento da água do mesmo para o solo.



---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Após execução da escavação e, caso seja necessário, da contenção da cava, preparar o fundo com lastro de brita;
- Sobre o lastro de brita, posicionar a laje de fundo pré-moldada com a retroescavadeira;
- Sobre a laje de fundo, posicionar os anéis pré-moldados do balão com a retroescavadeira, assentá-los com argamassa e revestir as juntas internamente;
- Em seguida, posicionar a laje de transição pré-moldada com a retroescavadeira e assentá-la com argamassa;
- Por fim, colocar a tampa pré-moldada.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

As medidas dos tanques sépticos serão sempre referidas às dimensões internas, de acordo o projeto.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será efetuada por unidade, conforme seu tipo, pronta, com a respectiva tampa e arremates, e aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

### **11- LOUÇAS/METAIS E ACESSÓRIOS**

#### **11.1/11.2/11.3/11.4/11.5/11.6/11.7/11.8/11.9- LOUÇAS/METAIS E ACESSÓRIOS**

---

## **DEFINIÇÃO**

---

Compreende os aparelhos sanitários, tanques, pias, cubas e seus respectivos pertences e acessórios, a serem instalados em observância às indicações do projeto e às recomendações do fabricante.

---

## **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Todos os aparelhos sanitários, tanques, pias, cubas e seus respectivos pertences e acessórios, serão instalados com maior esmero e em restrita observância às indicações do projeto, às especificações do memorial descritivo dos serviços e às recomendações do fabricante.

### **Louças**

Antes de iniciar os serviços de instalação das louças, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da Fiscalização os materiais a serem utilizados.

Serviços:

Nivelar o ramal de esgoto com a altura do piso acabado.

Verificar as distâncias mínimas para posicionamento da louça, conforme especificação do fabricante.

Marcar os pontos para furação no piso.

Instalar o vaso sanitário, nivelar a peça e parafusar.





Instalar a caixa acoplada. • Rejuntar utilizando argamassa industrializada de rejuntamento flexível

### **Tanques**

- Posicionar as peças, nivelar e marcar os pontos para furação.
- Posicionar o tanque, parafusando nos locais marcados.
- Rejuntar utilizando argamassa industrializada de rejuntamento flexível.

### **Cubas**

- Fixar a cuba no tampo aplicando-se massa plástica com auxílio de uma espátula

### **.Metais e Acessórios**

Os metais e acessórios deverão, para sua colocação, obedecer às especificações do projeto.

O encanador deverá proceder a remoção de todos os resíduos de argamassa, concreto ou outros materiais que porventura estejam presentes nas roscas e conexões das tubulações às quais serão conectados os metais sanitários. Deverá, também, proceder uma verificação visual quanto a possíveis obstruções nas tubulações e removê-las quando for o caso.

Nas conexões de água deverá ser utilizada a fita veda rosca. Sua aplicação deverá ser efetuada com um mínimo de 02 voltas na conexão que possuir a rosca externa, sempre no mesmo sentido de giro para acoplamento.

Nas conexões de esgoto deverá ser utilizado o anel de borracha, fornecido pelo fabricante da peça, visando a estanqueidade da ligação.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Antes de iniciar os serviços de instalação das louças e metais, a CONTRATA DA deverá submeter à aprovação de FISCALIZAÇÃO os materiais a serem utilizados.

Todos as peças serão instaladas de forma a permitir a sua fácil limpeza e/ou substituição.

O perfeito estado de cada peça será cuidadosamente verificado antes de sua colocação, devendo ser ele novo e não se permitindo quaisquer defeitos decorrentes de fabricação, transporte ou manuseio inadequado.

Todos os acessórios de ligação de água dos aparelhos sanitários, serão arrematados com canopla no acabamento indicado; e todos os metais desses aparelhos, bem como os de sua ligação, terão o acabamento especificado no memorial descritivo dos serviços.

Nenhuma peça deverá estar conectada à tubulação de maneira forçada. Não será aceita a utilização de aderentes tipo epóxi ou silicone nas chumbações ou conexões.

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os aparelhos sanitários (vaso sanitário, lavatório, mictório, pia completa, tanques, acessórios e outros) serão medidos no local de aplicação, por peça montada, acabada, testada e aceita pela FISCALIZAÇÃO.

### **12- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

#### **12.1- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

---

### **DEFINIÇÃO**

---



Compreende o fornecimento e a instalação, nas edificações, de quadro de distribuição de energia elétrica.

#### **Materiais**

Os materiais estão definidos conforme especificado no projeto.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Será feito um corte na alvenaria para a instalação do quadro, conforme projeto elétrico, observando-se localização, nível, prumo e alinhamento.

Por fim, o quadro será chumbado à alvenaria com argamassa traço (1:5 de cimento e areia).

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

A instalação do quadro deverá estar rigorosamente de acordo com o projeto elétrico no que diz respeito a localização, dimensões, espaço disponível para disjuntores ou fusíveis e eletrodutos conectados, bem como modelo e marca.

Deverá ser verificado o correto funcionamento das portas e a livre passagem dos arames guias nos eletrodutos.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por unidade assentada e aceita pela Fiscalização.

**12.2- PONTO DE ILUMINAÇÃO E TOMADA, RESIDENCIAL, INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA).**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende serviços de pontos de instalações elétricas de iluminação e tomadas.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Fases da execução:

- Inicia-se o processo com a verificação de todo o projeto elétrico;
- Corta-se o comprimento necessário de trecho de eletroduto da bobina e coloca-se o eletroduto no local definido, utilizando a armadura da laje como suporte para a fixação auxiliar com arame recozido (quando instalado na laje) ou utilizando abraçadeiras (quando instalado na parede);
- Após a marcação da caixa octogonal 3" x 3", com nível para deixá-la alinhada, faz-se a fixação da caixa na forma e a conexão com os eletrodutos, antes da concretagem;
- Executa-se marcação para rasgos e quebras e o posterior corte da alvenaria, de acordo com marcação prévia utilizando marreta e talhadeira;



- Após a marcação da caixa retangular 4" x 2", com nível para deixa-la alinhada, e a furação do local, abre-se o orifício na caixa para passagem do eletroduto e o conecta à caixa no local definido;
- Lança-se a argamassa por sobre o rasgo/quebra até sua total cobertura e desempenam-se as superfícies que sofreram chumbamentos;
- Após o eletroduto já estar instalado no local definido, faz-se a junção das pontas dos cabos elétricos com fita isolante, utilizando fita guia em trechos longos. Em seguida, inicia-se o processo de passagem por dentro dos eletrodutos até chegar à outra extremidade;
- Utilizando os trechos de cabos elétricos disponíveis nos pontos de fornecimento de energia, ligam-se os cabos aos interruptores e à tomada (módulo). Em seguida, fixa-se o módulo ao suporte, parafusa-se o suporte na caixa elétrica e coloca-se o espelho no suporte.

---

## **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Atendimento às normas:

- NBR NM 247-3:2002 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive Parte 3: Condutores isolado (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD).
- NBR 280:2011 - Condutores de cabos isolados
- NBR 5111:1997 - Fios de cobre nus, de seção circular, para fins elétricos.
- NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão I - Proteção e segurança
- NBR 13248:2014 - Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça, para tensões até 1 KV - Requisitos de desempenho.
  - NBR 14136:2012 - Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20 A/250 V em corrente alternada - Padronização
- NBR 15465:2008 - Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos de desempenho
- NBR 15715:2009 - Sistemas de dutos corrugados de polietileno (PE) para infraestrutura de cabos de energia e telecomunicações - Requisitos

---

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será de acordo com as unidades constantes da planilha orçamentária e aceite da Fiscalização.

### **12.3- REVISÃO DE PONTO DE LUZ /FORÇA (C/ TUBUL., CX., FIAÇÃO)**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

Compreende instalações elétricas conforme a norma NBR-5410 da ABNT, de baixa tensão, bem como padrões e procedimentos da concessionária local, garantindo assim a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens.

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---



Os serviços de Instalações serão executados segundo as especificações e diretrizes da ABNT, observando-se exigências e padrões da concessionária local sendo de responsabilidade da empresa contratada.

Nos pontos de força monofásicos e trifásicos que foram previstos no projeto, deverão ser deixadas caixas de passagem com tampa.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

A execução das instalações só poderá ser feita por pessoal especializado, que já tenha executado obras similares, ficando a CONTRATADA responsável pela equipe indicada.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por unidade executada.

#### **12.4- CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M.**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Acessório usado ao longo das redes de drenagem, esgoto, elétrica e demais sistemas enterrados que viabilizam a inspeção, limpeza e passagem dos materiais provenientes das redes e sistemas.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Após execução da escavação e, caso seja necessário, da contenção da cava, preparar o fundo para a execução da caixa;
- Sobre o fundo preparado, montar as fôrmas da laje de fundo da caixa e, em seguida, realizar a sua concretagem;
- Sobre a laje de fundo, assentar os tijolos com argamassa aplicada com colher, atentando-se para o posicionamento dos tubos de entrada e de saída;
- Concluída a alvenaria da caixa, revestir as paredes internamente com chapisco e reboco e externamente somente com chapisco. Sobre a laje de fundo, executar revestimento com argamassa para garantir o caimento necessário para o adequado escoamento dos efluentes;
- Por fim, colocar a tampa pré-moldada sobre a caixa.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

As medidas das caixas serão sempre referidas às dimensões internas, de acordo o projeto.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será efetuada por unidade, conforme seu tipo, pronta, com a respectiva tampa e arremates, e aprovada pela FISCALIZAÇÃO.



## **12.5- LUMINÁRIAS INTERNAS E EXTERNAS**

---

### **DEFINIÇÃO**

---

Consiste no fornecimento e instalação de luminárias internas e externas deverão ser instaladas com suas respectivas lâmpadas (incandescentes, fluorescentes, mistas e a vapor de mercúrio) e seus reatores. Os materiais, seus modelos estão definidos no projeto.

---

### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

A montagem seguirá as orientações do fabricante e do projeto.

Basicamente, compreenderá:

- A locação conforme projeto;
- A fixação da luminária na forma indicada no projeto;
- A ligação elétrica da mesma às bases do reator, quando houver;
- A instalação das lâmpadas e reposição de forro, se houver;
- O teste de funcionamento.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

#### **Controle do material**

As luminárias, sejam para lâmpadas fluorescentes ou incandescentes, mistas ou a vapor de mercúrio obedecerão às Normas pertinentes da ABNT, tendo resistência adequada e possuindo espaço suficiente para permitir as ligações necessárias.

Além do aspecto estético desejado, serão observadas as recomendações a seguir:

- Todas as peças de aço das luminárias serão protegidas contra corrosão, mediante pintura, esmaltação, zincagem ou outros processos equivalentes;
- As peças de vidro das luminárias deverão ser montadas de forma a oferecer segurança, tendo espessura adequada e arestas expostas lapidadas, de forma a evitar cortes quando manipuladas.
- As luminárias destinadas a embutir deverão ser construídas de material incombustível e que não seja danificado sob condições normais de serviço. Seu invólucro deverá abrigar todas as partes vivas ou condutores de energia, condutos e porta-lâmpadas, permitindo-se, porém, a fixação de lâmpadas e “starters” na sua face externa;
- Luminárias destinadas a funcionar em locais úmidos, deverão ser construídas de forma a impedir a penetração de umidade em eletroduto, porta-lâmpadas e demais partes elétricas. Não se devem empregar materiais absorventes nesses aparelhos;
- Toda luminária deverá apresentar, em local visível, as seguintes informações:
  - Nome do fabricante ou marca registrada;
  - Tensão de alimentação.
- Potências máximas dos dispositivos que nele podem ser instalados (lâmpadas, reatores, etc.);

#### **Controle da instalação**

A montagem deverá estar rigorosamente de acordo com o projeto e as especificações do fabricante.



Antes da energização deverá ser verificada a situação das ligações e, após, se foco e luminosidade estão de acordo com o projetado, com o auxílio de um luxímetro.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por unidade (und) instalada, testada e aceita pela Fiscalização.

O pagamento será por preço unitário contratual e conforme medição aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

### **13- SERVIÇOS FINAIS**

#### **13.1- MASTRO EM FERRO GALVANIZADO SOBRE BASE DE CONCRETO**

---

##### **DEFINIÇÃO**

---

O mastro para bandeira em ferro galvanizado é um equipamento que serve de base para ser expostas diversos tipos de bandeiras, como: bandeiras de países, estados, cidades, organizações, entre outras.

---

##### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

- Sua instalação é fácil e segura, podendo ser fixado ao solo por meio de engastamento em bloco de concreto ou através de parafusos chumbadores fornecidos.
- A montagem é feita por encaixe perfeito dos lances através de bucha + aperto dos parafusos que são fornecidos aparafusados nas porcas soldadas ao mastro.

---

##### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

- Fabricação conforme norma ABNT 14.744;
- Aço SAE 1010/1020 c/ Certificado de Qualidade do Fabricante;
- Galvanização à Fogo - NBR 6323 – c/ Certificado de Qualidade.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será por unidade (und) instalada e aceita pela Fiscalização.

#### **13.2- PLACA DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX/LETRAS BX. RELEVO- (40 X 30CM)**

---

##### **DEFINIÇÃO**

---

Placa de Inauguração em aço inox.

---

##### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Placa de inauguração em aço inox, com adesivo personalizado;





Tipo de fixação: Com parafusos OU Com adesivo 3M dupla face OU Sem fixação.

---

### **CRITÉRIOS DE CONTROLE**

---

Não serão aceitas placas mal acabadas, com material de má qualidade e que não obedeçam as especificações técnicas solicitadas.

O local para posicionamento e fixação da placa será definido pela FISCALIZAÇÃO.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

A medição será feita por unidade entregue e aceita pela Fiscalização.

### **13.3 – LIMPEZA GERAL E ENTREGA DA OBRA**

---

#### **DEFINIÇÃO**

---

A limpeza geral da obra busca a sua entrega em plenas condições de funcionamento

---

#### **MÉTODO EXECUTIVO**

---

Todos os entulhos gerados pela execução da obra serão retirados pela empresa CONTRATADA, bem como a limpeza interna do prédio, como vidros, excesso de rejunte, manchas, salpicos de tinta e outros não especificados.

---

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com a área (m<sup>2</sup>) efetivamente trabalhada.



ANTONIO  
OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:002702  
99211

Assinado de forma  
digital por  
ANTONIO OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:002702992  
11



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SINAPI 02/26 - SEOP 03/2026

Encargos Sociais(%)

89,96%

BDI(%)

22,47%

PLANILHA ORÇAMENTARIA NÃO DESONERADA

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL R\$	%
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 29.901,76	
1.1	10032	SEOP	Destocamento manual de arvores d=30cm	UN	4,00	R\$ 268,80	R\$ 329,19	R\$ 1.316,76	0,06%
1.2	10008	SEOP	Limpeza do terreno	M2	1000,00	R\$ 6,72	R\$ 8,22	R\$ 8.220,00	0,38%
1.3	11350	SEOP	Tapume metálico	M2	100,00	R\$ 166,29	R\$ 203,65	R\$ 20.365,00	0,95%
2			DEMOLIÇÕES E RETIRADAS:					R\$ 86.420,89	
2.1	20738	SEOP	Apicoamento de concreto	M2	4,00	R\$ 87,36	R\$ 106,98	R\$ 427,92	0,02%
2.2	20737	SEOP	Apicoamento de reboco ou cimentado	M2	4,00	R\$ 5,38	R\$ 6,58	R\$ 26,32	0,00%
2.3	20020	SEOP	Demolição da estrutura em madeira da cobertura	M2	50,00	R\$ 39,13	R\$ 47,92	R\$ 2.396,00	0,11%
2.4	21524	SEOP	Demolição de concreto armado c/ martelete	M3	2,00	R\$ 388,08	R\$ 475,28	R\$ 950,56	0,04%
2.5	20016	SEOP	Demolição manual de alvenaria de tijolo	M3	7,00	R\$ 90,47	R\$ 110,79	R\$ 775,53	0,04%
2.6	20018	SEOP	Demolição manual de concreto simples	M3	4,00	R\$ 392,02	R\$ 480,10	R\$ 1.920,40	0,09%
2.7	21532	SEOP	Retirada de divisória (painel cego)	M2	4,00	R\$ 12,97	R\$ 15,88	R\$ 63,52	0,00%
2.8	20174	SEOP	Retirada de entulho - manualmente (incluindo caixa coletora)	M3	17,00	R\$ 103,35	R\$ 126,57	R\$ 2.151,69	0,10%
2.9	20014	SEOP	Retirada de esquadria sem aproveitamento	M2	7,00	R\$ 12,04	R\$ 14,74	R\$ 103,18	0,00%
2.10	20861	SEOP	Retirada de forro de gesso (incl. barroteamento)	M2	7,00	R\$ 12,04	R\$ 14,74	R\$ 103,18	0,00%
2.11	20015	SEOP	Retirada de forro em mad, incl. barroteamento	M2	7,00	R\$ 9,03	R\$ 11,05	R\$ 77,35	0,00%
2.12	21534	SEOP	Retirada de forro em PVC, incl. barroteamento	M2	250,00	R\$ 6,01	R\$ 7,36	R\$ 1.840,00	0,09%
2.13	21527	SEOP	Retirada de grade de ferro	M2	15,00	R\$ 34,60	R\$ 42,37	R\$ 635,55	0,03%
2.14	20677	SEOP	Retirada de pintura (c/ escova de aço)	M2	667,00	R\$ 9,09	R\$ 11,13	R\$ 7.423,71	0,35%
2.15	20235	SEOP	Retirada de piso ceramico, inclusive camada regularizadora	M2	333,00	R\$ 42,22	R\$ 51,70	R\$ 17.216,10	0,81%
2.16	20628	SEOP	Retirada de piso cimentado	M2	333,00	R\$ 39,20	R\$ 48,00	R\$ 15.984,00	0,75%
2.17	20019	SEOP	Retirada de reboco ou emboço	M2	833,00	R\$ 15,08	R\$ 18,46	R\$ 15.377,18	0,72%
2.18	20021	SEOP	Retirada de revestimento cerâmico	M2	417,00	R\$ 7,54	R\$ 9,23	R\$ 3.848,91	0,18%
2.19	20307	SEOP	Retirada de telhas de barro	M2	667,00	R\$ 18,06	R\$ 22,11	R\$ 14.747,37	0,69%
2.20	20024	SEOP	Retirada de telhas fibrocimento sem aproveitamento	M2	67,00	R\$ 4,30	R\$ 5,26	R\$ 352,42	0,02%
3			MOVIMENTO DE TERRA:					R\$ 12.909,04	
3.1	30011	SEOP	Aterro c/ material fora da obra, incl. apiloamento	M3	37,00	R\$ 167,36	R\$ 204,96	R\$ 7.583,52	0,35%
3.2	30010	SEOP	Escavação manual ate 1.50m de profundidade	M3	37,00	R\$ 107,52	R\$ 131,67	R\$ 4.871,79	0,23%
3.3	30254	SEOP	Reaterro compactado	M3	17,00	R\$ 21,80	R\$ 26,69	R\$ 453,73	0,02%
4			FUNDAÇÕES:					R\$ 33.035,48	
4.1	40285	SEOP	Baldrame em concreto simples com seixo inclusive forma madeira branca	M3	2,00	R\$ 2.103,02	R\$ 2.575,56	R\$ 5.151,12	0,24%
4.2	40284	SEOP	Baldrame em concreto armado c/ cinta de amarração	M3	3,00	R\$ 3.883,64	R\$ 4.756,29	R\$ 14.268,87	0,67%
4.3	40283	SEOP	Bloco em concreto armado p/ fundação (incl. forma)	M3	2,00	R\$ 4.095,44	R\$ 5.015,68	R\$ 10.031,36	0,47%
4.4	40257	SEOP	Lastro de concreto magro c/ seixo	M3	3,00	R\$ 975,52	R\$ 1.194,71	R\$ 3.584,13	0,17%
5			ESTRUTURA:					R\$ 63.060,88	
			--> CONCRETO:						
5.1	50729	SEOP	Concreto armado fck=20MPa c/ forma mad. branca	M3	1,00	R\$ 3.805,23	R\$ 4.660,26	R\$ 4.660,26	0,22%
5.2	51172	SEOP	Concreto armado FCK=25MPa com forma aparente - 1 reaproveitamento	M3	7,00	R\$ 3.413,20	R\$ 4.180,14	R\$ 29.260,98	1,37%
5.3	102487	SINAPI	CONCRETO CICLÓPICO FCK = 15MPa, 30% PEDRA DE MÃO EM VOLUME REAL, INCLUSIVE LANÇAMENTO	M3	2,00	R\$ 861,45	R\$ 1.055,01	R\$ 2.110,02	0,10%
5.4	50713	SEOP	Laje pré-moldada (incl. capeamento)	M2	42,00	R\$ 124,25	R\$ 152,16	R\$ 6.390,72	0,30%
			--> FORMA / ARMAÇÃO / CIMBRAMENTO:						
5.5	50038	SEOP	Armação p/ concreto	KG	167,00	R\$ 14,12	R\$ 17,29	R\$ 2.887,43	0,14%
5.6	51294	SEOP	Cimbramento de madeira p/ h até 4,00 m	M3	22,00	R\$ 77,58	R\$ 95,01	R\$ 2.090,22	0,10%
5.7	50036	SEOP	Forma c/ madeira branca	M2	67,00	R\$ 190,87	R\$ 233,75	R\$ 15.661,25	0,73%
6			PAREDES E PAINELIS:					R\$ 117.612,00	
6.1	60046	SEOP	Alvenaria tijolo de barro a cutelo	M2	417,00	R\$ 136,31	R\$ 166,93	R\$ 69.609,81	3,26%
6.2	60043	SEOP	Cobogó de cimento 20x20x10cm	M2	33,00	R\$ 415,89	R\$ 509,34	R\$ 16.808,22	0,79%
6.3	61459	SEOP	Divisória em gesso acartonado acústica e=9cm	M2	30,00	R\$ 241,05	R\$ 295,21	R\$ 8.856,30	0,41%
6.4	60813	SEOP	Divisória em granito cinza - incl. ferrag. de fixação	M2	9,00	R\$ 946,06	R\$ 1.158,63	R\$ 10.427,67	0,49%
6.5	61458	SEOP	Painel em ACM - Estruturado (fachadas)	M2	15,00	R\$ 559,00	R\$ 684,60	R\$ 10.269,00	0,48%
6.6	61087	SEOP	Recomposição de alvenaria - Instalação de pontos	M2	20,00	R\$ 67,00	R\$ 82,05	R\$ 1.641,00	0,08%
7			COBERTURA:					R\$ 243.012,04	
			--> ESTRUTURA:						
7.1	70308	SEOP	Encaibramento e ripamento	M2	250,00	R\$ 119,92	R\$ 146,86	R\$ 36.715,00	1,72%
7.2	70052	SEOP	Estrutura em mad. lei p/ telha de barro - pç. serrada	M2	250,00	R\$ 133,42	R\$ 163,39	R\$ 40.847,50	1,91%
7.3	71360	SEOP	Estrutura metálica p/ cobertura - (Incl. pintura anti-corrosiva)	KG	500,00	R\$ 26,64	R\$ 32,62	R\$ 16.310,00	0,76%
7.4	70510	SEOP	Ripamento	M2	83,00	R\$ 44,83	R\$ 54,90	R\$ 4.556,70	0,21%
7.5	70030	SEOP	Cobertura - telha aluminio trapezoidal e= 0,5mm	M2	42,00	R\$ 109,49	R\$ 134,09	R\$ 5.631,78	0,26%
7.7	70047	SEOP	Cobertura - telha de fibrocimento e=6mm	M2	500,00	R\$ 83,55	R\$ 102,32	R\$ 51.160,00	2,39%
7.8	70058	SEOP	Cobertura - telha plan	M2	500,00	R\$ 81,12	R\$ 99,34	R\$ 49.670,00	2,32%
7.9	71510	SEOP	Cobertura -Telha termoacústica e=30mm chapa chapa com isolamento em poliuretano	M2	42,00	R\$ 242,01	R\$ 296,38	R\$ 12.447,96	0,58%
7.10	100328	SINAPI	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, COM ATÉ DUAS ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M2	600,00	R\$ 16,52	R\$ 20,23	R\$ 12.138,00	0,57%
7.11	80028	SEOP	Descupinização	M2	250,00	R\$ 21,11	R\$ 25,85	R\$ 6.462,50	0,30%
			--> CALHAS / CUMEEIRAS:						



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SINAPI 02/26 - SEOP 03/2026

Encargos Sociais(%)

89,96%

BDI(%)

22,47%

PLANILHA ORÇAMENTARIA NÃO DESONERADA

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL R\$	%
7.12	70277	SEDOP	Calha em chapa galvanizada	M	13,00	R\$ 100,93	R\$ 123,60	R\$ 1.606,80	0,08%
7.13	70316	SEDOP	Calha em PVC (1/2 cana d= 100mm)	M	10,00	R\$ 113,02	R\$ 138,41	R\$ 1.384,10	0,06%
7.14	70031	SEDOP	Cumeeira alumínio e = 0,8 mm	M	10,00	R\$ 187,39	R\$ 229,49	R\$ 2.294,90	0,11%
7.15	70241	SEDOP	Encaicamento de telha cerâmica (beiral e cumeeira)	M	50,00	R\$ 19,08	R\$ 23,36	R\$ 1.168,00	0,05%
7.16	70294	SEDOP	Rincão em chapa galvanizada - l=1,0m	M	8,00	R\$ 63,16	R\$ 77,35	R\$ 618,80	0,03%
8			IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:					R\$ 15.691,40	
8.1	80676	SEDOP	Aplicação de Carbolástico sobre concreto (2 demãos)	M2	7,00	R\$ 48,53	R\$ 59,43	R\$ 416,01	0,02%
8.2	80314	SEDOP	Aplicação de Igol S sobre conc./alv. (3 demãos)	M2	8,00	R\$ 43,41	R\$ 53,16	R\$ 425,28	0,02%
8.3	80678	SEDOP	Aplicação de Sika Top - 107 sobre concreto/alvenaria/ferragem	M2	10,00	R\$ 59,78	R\$ 73,21	R\$ 732,10	0,03%
8.4	80151	SEDOP	Impermeabilização de lajes e calhas (Igolflex+Sika1)	M2	8,00	R\$ 169,05	R\$ 207,03	R\$ 1.656,24	0,08%
8.5	80293	SEDOP	Impermeabilização para baldrame(Igol 2 + Sika 1)	M2	10,00	R\$ 169,97	R\$ 208,16	R\$ 2.081,60	0,10%
8.6	80783	SEDOP	Manta para sub cobertura e= 5mm	M2	167,00	R\$ 38,38	R\$ 47,00	R\$ 7.849,00	0,37%
8.7	80273	SEDOP	Reboco impermeabilizante (c/ Sika 1)	M2	37,00	R\$ 55,86	R\$ 68,41	R\$ 2.531,17	0,12%
9			ESQUADRIAS:					R\$ 248.212,28	
			--> MADEIRA:						
9.1	90809	SEDOP	Caixilho em madeira de lei	M2	28,00	R\$ 307,74	R\$ 376,88	R\$ 10.552,64	0,49%
9.2	90061	SEDOP	Porta mad. compens. c/caix. simples e alizar	M2	42,00	R\$ 623,29	R\$ 763,34	R\$ 32.060,28	1,50%
			--> FERRO:						
9.3	90071	SEDOP	Grade de ferro 1/2" (incl. pint. anti-corrosiva)	M2	42,00	R\$ 371,96	R\$ 455,53	R\$ 19.132,26	0,90%
9.4	90825	SEDOP	Grade de ferro em metalom (incl. pint.anti-corrosiva)	M2	8,00	R\$ 441,27	R\$ 540,42	R\$ 4.323,36	0,20%
9.5	90068	SEDOP	Portão de ferro 1/2" c/ ferragens (incl. pint. anti-corrosiva)	M2	12,00	R\$ 391,05	R\$ 478,91	R\$ 5.746,92	0,27%
9.6	90822	SEDOP	Portão de ferro em metalom (incl. pintura anti corrosiva)	M2	4,00	R\$ 493,98	R\$ 604,97	R\$ 2.419,88	0,11%
			--> OUTROS MATERIAIS:						
9.7	91517	SEDOP	Esquadria basculante em vidro temperado de 6mm	M2	123,00	R\$ 757,02	R\$ 927,12	R\$ 114.035,76	5,34%
9.8	91380	SEDOP	Esquadria c/ venezianas de alumínio natural c/ ferragens	M2	27,00	R\$ 861,96	R\$ 1.055,64	R\$ 28.502,28	1,33%
9.9	91376	SEDOP	Esquadria de alum.de correr c/ vidro e ferragens	M2	23,00	R\$ 776,85	R\$ 951,40	R\$ 21.882,20	1,02%
9.10	91375	SEDOP	Esquadria de alumínio basculante c/vidro e ferragens	M2	5,00	R\$ 817,69	R\$ 1.001,42	R\$ 5.007,10	0,23%
9.11	91379	SEDOP	Porta em vidro temperado c/ ferragens -(sem mola)	M2	5,00	R\$ 742,98	R\$ 909,92	R\$ 4.549,60	0,21%
10			VIDROS					R\$ 29.757,50	
10.1	160155	SEDOP	Vidro liso e=4mm	M2	25,00	R\$ 292,14	R\$ 357,78	R\$ 8.944,50	0,42%
10.2	91509	SEDOP	Painel fixo em vidro temperado de 6mm	M2	25,00	R\$ 679,78	R\$ 832,52	R\$ 20.813,00	0,97%
11			FERRAGENS:					R\$ 30.598,41	
11.1	100816	SEDOP	Fechadura para porta de banheiro	UN	10,00	R\$ 101,31	R\$ 124,07	R\$ 1.240,70	0,06%
11.2	100817	SEDOP	Fechadura para porta externa	UN	25,00	R\$ 150,39	R\$ 184,18	R\$ 4.604,50	0,22%
11.3	100818	SEDOP	Fechadura para porta interna	UN	33,00	R\$ 116,93	R\$ 143,20	R\$ 4.725,60	0,22%
11.4	1002280	SEDOP	Ferragens p/ porta de banheiro	CJ	10,00	R\$ 295,77	R\$ 362,22	R\$ 3.622,20	0,17%
11.5	1002260	SEDOP	Ferragens p/ porta externa 1 fl.	CJ	33,00	R\$ 334,23	R\$ 409,33	R\$ 13.507,89	0,63%
11.6	1012740	SEDOP	Mola p/ porta de vidro	UN	3,00	R\$ 463,20	R\$ 567,28	R\$ 1.701,84	0,08%
11.7	1012700	SEDOP	Puxador em alumínio - 30cm	UN	3,00	R\$ 325,44	R\$ 398,56	R\$ 1.195,68	0,06%
12			REVESTIMENTOS:					R\$ 91.950,94	
12.2	110143	SEDOP	Chapisco de cimento e areia no traço 1:3	M2	833,00	R\$ 17,33	R\$ 21,22	R\$ 17.676,26	0,83%
12.3	110763	SEDOP	Reboco com argamassa 1:6:Adit. Plast.	M2	833,00	R\$ 51,82	R\$ 63,46	R\$ 52.862,18	2,47%
12.4	110644	SEDOP	Revestimento Cerâmico Padrão Médio	M2	250,00	R\$ 69,94	R\$ 85,65	R\$ 21.412,50	1,00%
13			RODAPEs, SOLEIRAS E PEITORIS:					R\$ 21.162,45	
13.1	120481	SEDOP	Peitoril em marmore branco e=2cm	M2	5,00	R\$ 1.176,36	R\$ 1.440,68	R\$ 7.203,40	0,34%
13.2	120164	SEDOP	Rodape ceramico h=8cm	M	200,00	R\$ 29,37	R\$ 35,96	R\$ 7.192,00	0,34%
13.3	120165	SEDOP	Soleira em marmore branco e=2cm	M2	5,00	R\$ 1.105,10	R\$ 1.353,41	R\$ 6.767,05	0,32%
14			PISOS:					R\$ 120.584,18	
14.1	130507	SEDOP	Camada impermeabilizadora e=10cm c/ seixo	M2	50,00	R\$ 85,48	R\$ 104,68	R\$ 5.234,00	0,24%
14.2	130492	SEDOP	Calçada (incl.alicerce, baldrame e concreto c/ junta seca)	M2	17,00	R\$ 144,15	R\$ 176,54	R\$ 3.001,18	0,14%
14.3	130110	SEDOP	Camada regularizadora no traço 1:4	M2	333,00	R\$ 43,63	R\$ 53,43	R\$ 17.792,19	0,83%
14.4	130113	SEDOP	Cimentado liso e=2cm traço 1:3	M2	333,00	R\$ 50,66	R\$ 62,04	R\$ 20.659,32	0,97%
14.6	130626	SEDOP	Piso de alta resistência e = 8 cm c/ resina inclusive camada regularizadora	M2	50,00	R\$ 150,55	R\$ 184,37	R\$ 9.218,50	0,43%
14.7	130119	SEDOP	Lajota cerâmica - (Padrão Médio)	M2	667,00	R\$ 79,18	R\$ 96,97	R\$ 64.678,99	3,03%
15			FORROS:					R\$ 24.330,60	
15.3	141336	SEDOP	Forro em lambri de PVC	M2	420,00	R\$ 46,50	R\$ 56,94	R\$ 23.914,80	1,12%
15.4	99826	SINAPI	LIMPEZA DE FORRO REMOVÍVEL COM PANO ÚMIDO.	M2	180,00	R\$ 1,89	R\$ 2,31	R\$ 415,80	0,02%
16			PINTURAS:					R\$ 512.319,18	
			A BASE DE ÁGUA:						
16.1	150129	SEDOP	Emassamento de parede p/ receber pintura PVA	M2	100,00	R\$ 20,32	R\$ 24,88	R\$ 2.488,00	0,12%
16.2	150605	SEDOP	PVA externa (sobre pintura antiga)	M2	970,00	R\$ 17,10	R\$ 20,94	R\$ 20.311,80	0,95%
16.3	150132	SEDOP	PVA externa c/massa e liq. preparador	M2	970,00	R\$ 47,96	R\$ 58,73	R\$ 56.968,10	2,67%
16.5	150604	SEDOP	PVA interna (sobre pintura antiga)	M2	1454,00	R\$ 17,10	R\$ 20,94	R\$ 30.446,76	1,42%
16.6	150730	SEDOP	PVA interna c/ massa acrílica e selador	M2	1454,00	R\$ 49,90	R\$ 61,11	R\$ 88.853,94	4,16%
16.7	150654	SEDOP	PVA sobre muro	M2	539,00	R\$ 12,76	R\$ 15,62	R\$ 8.419,18	0,39%
			ESMALTE:						



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



## OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SINAPI 02/26 - SEOP 03/2026

Encargos Sociais(%)

89,96%

BDI(%)

22,47%

### PLANILHA ORÇAMENTARIA NÃO DESONERADA

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL R\$	%
16.8	150302	SEDOP	Esmalte s/ ferro (superf. lisa)	M2	193,00	R\$ 55,87	R\$ 68,42	R\$ 13.205,06	0,62%
16.9	150134	SEDOP	Esmalte sobre madeira c/ massa e selador	M2	149,00	R\$ 59,02	R\$ 72,28	R\$ 10.769,72	0,50%
			<b>ACRÍLICA:</b>						
16.10	150207	SEDOP	Acrílica para piso	M2	842,00	R\$ 27,93	R\$ 34,20	R\$ 28.796,40	1,35%
16.11	150741	SEDOP	Acrílica (sobre pintura antiga)	M2	2424,00	R\$ 12,74	R\$ 15,60	R\$ 37.814,40	1,77%
16.12	151285	SEDOP	Acrílica acetinada c/ massa e selador - interna e externa	M2	2424,00	R\$ 55,12	R\$ 67,50	R\$ 163.620,00	7,66%
16.13	150180	SEDOP	Acrílica fosca int. e ext. sem massa c/ selador -	M2	539,00	R\$ 30,18	R\$ 36,96	R\$ 19.921,44	0,93%
			<b>OUTRAS:</b>						
16.16	150286	SEDOP	Pintura sobre telha cerâmica	M2	833,00	R\$ 30,10	R\$ 36,86	R\$ 30.704,38	1,44%
17			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>					<b>R\$ 71.687,80</b>	
			<b>QUADROS E CAIXAS:</b>						
17.1	170886	SEDOP	Quadro de distribuição plástico de embutir p/ 10 disjuntores (s/ barramento)	UN	1,00	R\$ 145,53	R\$ 178,23	R\$ 178,23	0,01%
17.2	170073	SEDOP	Quadro de medição bifásico (c/ disjuntor)	UN	1,00	R\$ 1.447,70	R\$ 1.772,99	R\$ 1.772,99	0,08%
17.3	170615	SEDOP	Quadro de medição trifásico (c/ disjuntor)	UN	1,00	R\$ 1.859,01	R\$ 2.276,72	R\$ 2.276,72	0,11%
17.4	170072	SEDOP	Quadro de medição monofásico (c/ disjuntor)	UN	1,00	R\$ 744,19	R\$ 911,40	R\$ 911,40	0,04%
17.5	170322	SEDOP	Quadro de distribuição metálico de embutir p/ 24 disjuntores (c/barramento)	UN	1,00	R\$ 728,44	R\$ 892,12	R\$ 892,12	0,04%
17.6	170387	SEDOP	Quadro de distribuição metálico de embutir p/ 40 disjuntores (c/barramento)	UN	1,00	R\$ 1.552,79	R\$ 1.901,70	R\$ 1.901,70	0,09%
17.7	170881	SEDOP	Caixa plástica 4"x2"	UN	20,00	R\$ 10,61	R\$ 12,99	R\$ 259,80	0,01%
17.8	171416	SEDOP	Caixa plástica 4"x4"	UN	6,00	R\$ 10,97	R\$ 13,43	R\$ 80,58	0,00%
			<b>DISJUNTORES:</b>						
17.9	170326	SEDOP	Disjuntor 1P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	UN	5,00	R\$ 26,32	R\$ 32,23	R\$ 161,15	0,01%
17.10	170362	SEDOP	Disjuntor 2P - 6 a 32A - PADRÃO DIN	UN	4,00	R\$ 67,82	R\$ 83,05	R\$ 332,20	0,02%
17.11	170388	SEDOP	Disjuntor 3P - 10 a 50A - PADRÃO DIN	UN	3,00	R\$ 287,18	R\$ 351,70	R\$ 1.055,10	0,05%
			<b>ELETRODUTOS, CONDULETES E CALHAS:</b>						
17.12	170075	SEDOP	Eletroduto PVC de 1/2"	M	25,00	R\$ 15,92	R\$ 19,49	R\$ 487,25	0,02%
17.13	170076	SEDOP	Eletroduto PVC de 3/4"	M	100,00	R\$ 18,58	R\$ 22,75	R\$ 2.275,00	0,11%
17.14	170632	SEDOP	Eletroduto PVC Rígido de 1 1/4"	M	8,00	R\$ 28,93	R\$ 35,43	R\$ 283,44	0,01%
17.15	170076	SEDOP	Eletroduto PVC Rígido de 3/4"	M	33,00	R\$ 18,58	R\$ 22,75	R\$ 750,75	0,04%
			<b>CABOS:</b>						
17.16	170418	SEDOP	Cabo de cobre 2,5mm2 - 750 V	M	133,00	R\$ 9,78	R\$ 11,97	R\$ 1.592,01	0,07%
17.17	170317	SEDOP	Cabo de cobre 4mm2 - 750 V	M	83,00	R\$ 12,30	R\$ 15,06	R\$ 1.249,98	0,06%
17.18	170318	SEDOP	Cabo de cobre 6mm2 - 750 V	M	58,00	R\$ 15,11	R\$ 18,50	R\$ 1.073,00	0,05%
17.19	170319	SEDOP	Cabo de cobre 10mm2 - 750 V	M	73,00	R\$ 20,24	R\$ 24,78	R\$ 1.808,94	0,08%
17.20	170320	SEDOP	Cabo de cobre 16mm2 - 750 V	M	63,00	R\$ 28,28	R\$ 34,63	R\$ 2.181,69	0,10%
17.21	170748	SEDOP	Cabo de cobre 25mm2 - 1KV	M	25,00	R\$ 41,50	R\$ 50,82	R\$ 1.270,50	0,06%
			<b>PONTOS, TOMADAS E INTERRUPTORES:</b>						
17.22	170332	SEDOP	Interruptor 1 tecla simples (s/fiação)	UN	15,00	R\$ 24,19	R\$ 29,62	R\$ 444,30	0,02%
17.23	170337	SEDOP	Interruptor 1 tecla+tomada (s/fiação)	UN	15,00	R\$ 42,88	R\$ 52,51	R\$ 787,65	0,04%
17.24	170334	SEDOP	Interruptor 2 teclas simples (s/fiação)	UN	15,00	R\$ 45,63	R\$ 55,88	R\$ 838,20	0,04%
17.25	170338	SEDOP	Interruptor 3 teclas simples (s/fiação)	UN	15,00	R\$ 61,72	R\$ 75,58	R\$ 1.133,70	0,05%
17.26	170081	SEDOP	Ponto de luz / força (c/tubul., cx. e fiação) ate 200W	Pt	13,00	R\$ 345,07	R\$ 422,60	R\$ 5.493,80	0,26%
17.27	170692	SEDOP	Ponto p/ ventilador de teto (c/ fiação)	Pt	4,00	R\$ 164,50	R\$ 201,46	R\$ 805,84	0,04%
17.28	170339	SEDOP	Tomada 2P+T 10A (s/fiação)	UN	13,00	R\$ 30,43	R\$ 37,26	R\$ 484,38	0,02%
17.29	171523	SEDOP	Tomada 2P+T 20A (s/fiação)	UN	13,00	R\$ 32,02	R\$ 39,21	R\$ 509,73	0,02%
17.30	170081	SEDOP	Ponto de luz / força (c/ tubul., cx. e fiação) ate 200W	UN	15,00	R\$ 345,07	R\$ 422,60	R\$ 6.339,00	0,30%
17.31	171491	SEDOP	Revisão de ponto de luz	UN	133,00	R\$ 139,67	R\$ 171,05	R\$ 22.749,65	1,06%
			<b>LUMINARIAS:</b>						
17.32	171527	SEDOP	Lâmpada de Led Tubular 10W bivolt	UN	33,00	R\$ 17,71	R\$ 21,68	R\$ 715,44	0,03%
17.33	171528	SEDOP	Lâmpada de Led Tubular 18W bivolt	UN	17,00	R\$ 21,50	R\$ 26,33	R\$ 447,61	0,02%
17.34	170999	SEDOP	Lâmpada fluorescente com reator acoplado (PLL)20W -127V/220V	UN	15,00	R\$ 21,47	R\$ 26,29	R\$ 394,35	0,02%
17.35	171000	SEDOP	Lâmpada fluorescente com reator acoplado (PLL)48W -127V/220V	UN	8,00	R\$ 47,16	R\$ 57,75	R\$ 462,00	0,02%
17.36	170980	SEDOP	Luminária p/ lâmp PLL de sobrepor	UN	6,00	R\$ 160,25	R\$ 196,25	R\$ 1.177,50	0,06%
17.37	170989	SEDOP	Projeto retangular 400W	UN	5,00	R\$ 180,14	R\$ 220,61	R\$ 1.103,05	0,05%
			<b>ALIMENTAÇÃO, MEDIÇÃO, PROTEÇÃO E MOTORES:</b>						
17.38	170381	SEDOP	Cordoalha de cobre nu - seção 35 a 50mm2 - isoladores	M	5,00	R\$ 77,54	R\$ 94,96	R\$ 474,80	0,02%
17.39	170382	SEDOP	Cordoalha de cobre nu - seção 70 a 90mm2 - isoladores	M	4,00	R\$ 135,99	R\$ 166,54	R\$ 666,16	0,03%
17.40	171028	SEDOP	Para raio de distribuição de tensão 15 KV	UN	2,00	R\$ 331,47	R\$ 405,95	R\$ 811,90	0,04%
17.41	170378	SEDOP	Pára-Raio latao cromado tipo Franklin (s/acess.)	UN	1,00	R\$ 214,17	R\$ 262,29	R\$ 262,29	0,01%
17.42	170383	SEDOP	Tubo PVC rígido diam. 50mm p/proteção cordoalha	UN	5,00	R\$ 192,93	R\$ 236,28	R\$ 1.181,40	0,06%
			<b>ACESSÓRIOS E CONEXÕES (II)</b>						
17.43	171161	SEDOP	Haste de cobre p/ aterram. 3/4"x3m s/ conector	UN	5,00	R\$ 263,01	R\$ 322,10	R\$ 1.610,50	0,08%
18			<b>INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS E LÓGICA:</b>					<b>R\$ 71.696,60</b>	
			<b>QUADROS E CAIXAS:</b>						
18.1	211193	SEDOP	Quadro telefonico (sobrepor) 20x20x15cm	UN	4,00	R\$ 186,81	R\$ 228,78	R\$ 915,12	0,04%
18.2	211194	SEDOP	Quadro telefonico (sobrepor) 40x40x15cm	UN	4,00	R\$ 351,18	R\$ 430,09	R\$ 1.720,36	0,08%
18.3	211197	SEDOP	Quadro telefonico inter de distr. 20x20x12cm	UN	4,00	R\$ 288,95	R\$ 353,87	R\$ 1.415,48	0,07%



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



## OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SINAPI 02/26 - SEOP 03/2026

Encargos Sociais(%)

89,96%

BDI(%)

22,47%

### PLANILHA ORÇAMENTARIA NÃO DESONERADA

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL R\$	%
18.4	211198	SEDP	Quadro telefonico inter de distr. 40x40x12cm	UN	4,00	R\$ 438,01	R\$ 536,43	R\$ 2.145,72	0,10%
			<b>PONTOS:</b>						
18.5	170690	SEDP	Ponto de logica - UTP (c/ instalação aparente)	Pt	22,00	R\$ 700,15	R\$ 857,47	R\$ 18.864,34	0,88%
18.6	170683	SEDP	Ponto de logica - UTP (incl. eletr.cabo e conector)	Pt	22,00	R\$ 685,03	R\$ 838,95	R\$ 18.456,90	0,86%
18.7	210083	SEDP	Ponto p/ telefone(c/eletrودuto,cx.,fiação e tomada)	Pt	22,00	R\$ 176,12	R\$ 215,69	R\$ 4.745,18	0,22%
			<b>TOMADAS:</b>						
18.8	171184	SEDP	Tampa espelho p/ RJ-45 de 02 saídas	UN	22,00	R\$ 52,25	R\$ 63,99	R\$ 1.407,78	0,07%
18.9	171183	SEDP	Tomada RJ-45 de embutir em espelho	UN	22,00	R\$ 54,47	R\$ 66,70	R\$ 1.467,40	0,07%
18.10	171181	SEDP	Tomada fema RJ-11 completa	UN	22,00	R\$ 52,54	R\$ 64,34	R\$ 1.415,48	0,07%
18.11	171182	SEDP	Tomada fema RJ-45 completa	UN	22,00	R\$ 65,47	R\$ 80,18	R\$ 1.763,96	0,08%
18.12	211201	SEDP	Tomada padrão telefone (4Pinos)	UN	22,00	R\$ 52,49	R\$ 64,28	R\$ 1.414,16	0,07%
			<b>ACESSÓRIOS:</b>						
18.13	171186	SEDP	Adapt Cable M8V Cat 5e 2,5m	UN	4,00	R\$ 30,64	R\$ 37,52	R\$ 150,08	0,01%
18.14	171187	SEDP	Adapt Cable M8V Cat 6e 2,5m	UN	4,00	R\$ 45,97	R\$ 56,29	R\$ 225,16	0,01%
18.15	210079	SEDP	Interligação p/ telefone - conduite 3/4"	M	4,00	R\$ 32,37	R\$ 39,64	R\$ 158,56	0,01%
18.16	171188	SEDP	Organizador horizontal de cabos fechado p/ CB 19" 1 U/A	UN	4,00	R\$ 105,39	R\$ 129,07	R\$ 516,28	0,02%
18.17	171189	SEDP	Patch cable M8V cat 5e 1,5m	UN	4,00	R\$ 46,43	R\$ 56,86	R\$ 227,44	0,01%
18.18	171190	SEDP	Patch cable M8V cat 6e 1,5m	UN	4,00	R\$ 71,16	R\$ 87,14	R\$ 348,56	0,02%
18.19	171191	SEDP	Patch panel 24 portas cat 5e	UN	4,00	R\$ 640,29	R\$ 784,16	R\$ 3.136,64	0,15%
18.20	171192	SEDP	Patch panel 24 portas cat 6e	UN	4,00	R\$ 1.247,39	R\$ 1.527,67	R\$ 6.110,68	0,29%
18.21	211035	SEDP	Protetor de surto para linha telefônica	UN	4,00	R\$ 87,80	R\$ 107,52	R\$ 430,08	0,02%
18.22	171178	SEDP	Rack 19" 05 U/A	UN	4,00	R\$ 951,51	R\$ 1.165,31	R\$ 4.661,24	0,22%
19			<b>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:</b>					<b>R\$ 126.618,00</b>	
			<b>AGUA FRIA: TUBOS,VÁLVULAS E REGISTROS</b>						
19.1	180639	SEDP	Automatico de nivel inferior e superior (c/ eletroducto e fiação)	CJ	1,00	R\$ 797,23	R\$ 976,36	R\$ 976,36	0,05%
19.2	180299	SEDP	Ponto de agua (incl. tubos e conexoes)	Pt	5,00	R\$ 502,78	R\$ 615,75	R\$ 3.078,75	0,14%
19.3	180440	SEDP	Registro de gaveta c/ canopla - 1/2"	UN	2,00	R\$ 164,74	R\$ 201,75	R\$ 403,50	0,02%
19.4	180095	SEDP	Registro de gaveta s/ canopla - 1/2"	UN	2,00	R\$ 100,44	R\$ 123,00	R\$ 246,00	0,01%
19.5	180211	SEDP	Registro de gaveta s/ canopla - 3/4"	UN	5,00	R\$ 94,35	R\$ 115,55	R\$ 577,75	0,03%
19.6	180461	SEDP	Reservatório em polietileno de 1.000 L	UN	2,00	R\$ 3.091,63	R\$ 3.786,31	R\$ 7.572,62	0,35%
19.8	180844	SEDP	Revisão de ponto de água	Pt	17,00	R\$ 150,83	R\$ 184,72	R\$ 3.140,24	0,15%
			<b>ESGOTO: TUBOS,FOSSAS,SUMIDOUROS E CAIXAS</b>						
19.9	181296	SEDP	Caixa de inspeção em PVC d=300mm	UN	4,00	R\$ 475,32	R\$ 582,12	R\$ 2.328,48	0,11%
19.10	180679	SEDP	Caixa em alvenaria de 50x50x50cm c/ tpo. concreto	UN	2,00	R\$ 573,79	R\$ 702,72	R\$ 1.405,44	0,07%
19.11	180687	SEDP	Caixa em alvenaria de 100x100x100cm c/ tpo. concreto	UN	1,00	R\$ 1.477,13	R\$ 1.809,04	R\$ 1.809,04	0,08%
19.13	180551	SEDP	Fossa septica em concreto armado - cap= 30 pessoas	UN	2,00	R\$ 6.708,18	R\$ 8.215,50	R\$ 16.431,00	0,77%
19.16	180214	SEDP	Ponto de esgoto (incl. tubos, conexoes,cx. e ralos)	Pt	5,00	R\$ 560,93	R\$ 686,97	R\$ 3.434,85	0,16%
19.17	180845	SEDP	Revisão de ponto de esgoto	Pt	17,00	R\$ 224,37	R\$ 274,78	R\$ 4.671,26	0,22%
19.18	180544	SEDP	Sumidouro em alvenaria c/ tpo.em concreto - cap= 30 pessoas	UN	2,00	R\$ 3.801,67	R\$ 4.655,90	R\$ 9.311,80	0,44%
19.19	180105	SEDP	Tubo em PVC - 40mm (LS)	M	3,00	R\$ 25,75	R\$ 31,53	R\$ 94,59	0,00%
19.20	180104	SEDP	Tubo em PVC - 50mm (LS)	M	4,00	R\$ 33,40	R\$ 40,90	R\$ 163,60	0,01%
19.21	180103	SEDP	Tubo em PVC - 75mm (LS)	M	5,00	R\$ 49,65	R\$ 60,80	R\$ 304,00	0,01%
19.22	180102	SEDP	Tubo em PVC - 100mm (LS)	M	8,00	R\$ 53,20	R\$ 65,15	R\$ 521,20	0,02%
19.24	180244	SEDP	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 40mm - LS	UN	1,00	R\$ 21,35	R\$ 26,14	R\$ 26,14	0,00%
19.25	180243	SEDP	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 50mm - LS	UN	2,00	R\$ 22,98	R\$ 28,14	R\$ 56,28	0,00%
19.26	180242	SEDP	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 75mm - LS	UN	1,00	R\$ 32,23	R\$ 39,47	R\$ 39,47	0,00%
19.27	180241	SEDP	Joelho/Cotovelo 45° PVC JS - 100mm - LS	UN	3,00	R\$ 42,51	R\$ 52,06	R\$ 156,18	0,01%
19.29	180471	SEDP	Joelho/Cotovelo 90° RC em PVC - JS - 40mm-LS	UN	1,00	R\$ 20,84	R\$ 25,52	R\$ 25,52	0,00%
19.30	180472	SEDP	Joelho/Cotovelo 90° RC em PVC - JS - 50mm-LS	UN	2,00	R\$ 21,27	R\$ 26,04	R\$ 52,08	0,00%
19.31	180473	SEDP	Joelho/Cotovelo 90° RC em PVC - JS - 75mm-LS	UN	1,00	R\$ 25,64	R\$ 31,40	R\$ 31,40	0,00%
19.32	180474	SEDP	Joelho/Cotovelo 90° RC em PVC - JS - 100mm-LS	UN	4,00	R\$ 33,35	R\$ 40,84	R\$ 163,36	0,01%
19.33	180248	SEDP	Junção simples PVC JS - 40 x 40mm - LS	UN	1,00	R\$ 21,82	R\$ 26,72	R\$ 26,72	0,00%
19.34	180247	SEDP	Junção simples PVC JS - 50 x 50mm - LS	UN	3,00	R\$ 28,02	R\$ 34,31	R\$ 102,93	0,00%
19.35	180250	SEDP	Junção simples PVC JS - 75 x 50mm - LS	UN	1,00	R\$ 37,71	R\$ 46,18	R\$ 46,18	0,00%
19.36	180246	SEDP	Junção simples PVC JS - 75 x 75mm - LS	UN	1,00	R\$ 38,88	R\$ 47,61	R\$ 47,61	0,00%
19.37	180249	SEDP	Junção simples PVC JS - 100 x 50mm - LS	UN	3,00	R\$ 54,39	R\$ 66,61	R\$ 199,83	0,01%
19.38	180245	SEDP	Junção simples PVC JS - 100 x 100mm - LS	UN	4,00	R\$ 56,75	R\$ 69,50	R\$ 278,00	0,01%
19.39	181527	SEDP	Junção simples PVC JS - 100x75mm - LS	UN	1,00	R\$ 47,72	R\$ 58,44	R\$ 58,44	0,00%
19.40	180260	SEDP	Luva simples PVC 40mm - LS	UN	3,00	R\$ 12,30	R\$ 15,06	R\$ 45,18	0,00%
19.41	180259	SEDP	Luva simples PVC 50mm - LS	UN	5,00	R\$ 14,00	R\$ 17,14	R\$ 85,70	0,00%
19.42	180258	SEDP	Luva simples PVC 75mm - LS	UN	3,00	R\$ 22,04	R\$ 26,99	R\$ 80,97	0,00%
19.43	180257	SEDP	Luva simples PVC 100mm - LS	UN	8,00	R\$ 25,44	R\$ 31,15	R\$ 249,20	0,01%
19.44	180255	SEDP	Redução excêntrica PVC 75mm x 50mm - LS	UN	1,00	R\$ 32,26	R\$ 39,50	R\$ 39,50	0,00%
19.45	180256	SEDP	Redução excêntrica PVC 100mm x 50mm - LS	UN	1,00	R\$ 35,94	R\$ 44,01	R\$ 44,01	0,00%
19.46	180254	SEDP	Redução excêntrica PVC 100mm x 75mm - LS	UN	3,00	R\$ 43,31	R\$ 53,04	R\$ 159,12	0,01%
19.47	180475	SEDP	Tê curto em PVC - JS - 40x40mm-LS	UN	2,00	R\$ 23,59	R\$ 28,89	R\$ 57,78	0,00%





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



## OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SINAPI 02/26 - SEOP 03/2026

Encargos Sociais(%)

89,96%

BDI(%)

22,47%

### PLANILHA ORÇAMENTARIA NÃO DESONERADA

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL R\$	%
19.48	180476	SEDOP	Tê curto em PVC - JS - 50x50mm-LS	UN	4,00	R\$ 26,71	R\$ 32,71	R\$ 130,84	0,01%
19.49	180477	SEDOP	Tê curto em PVC - JS - 75x75mm-LS	UN	2,00	R\$ 42,14	R\$ 51,60	R\$ 103,20	0,00%
19.50	180478	SEDOP	Tê curto em PVC - JS - 100x100mm-LS	UN	2,00	R\$ 45,64	R\$ 55,89	R\$ 111,78	0,01%
19.51	180253	SEDOP	Te PVC c/ redução 75mm x 50mm - LS	UN	2,00	R\$ 38,13	R\$ 46,69	R\$ 93,38	0,00%
19.52	180252	SEDOP	Te PVC c/ redução 100mm x 50mm - LS	UN	3,00	R\$ 48,02	R\$ 58,81	R\$ 176,43	0,01%
19.53	180251	SEDOP	Te PVC c/ redução 100mm x 75mm - LS	UN	2,00	R\$ 48,60	R\$ 59,52	R\$ 119,04	0,01%
<b>AGUAS PLUVIAIS:</b>									
19.54	180513	SEDOP	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente	M	60,00	R\$ 180,99	R\$ 221,65	R\$ 13.299,00	0,62%
19.55	180520	SEDOP	Canaleta em concreto simples (0,40x0,30m)	M	60,00	R\$ 412,07	R\$ 504,66	R\$ 30.279,60	1,42%
<b>BOMBAS</b>									
19.56	181479	SEDOP	Bomba Centrífuga 3/4 CV (sem tubulação)	UN	5,00	R\$ 1.746,96	R\$ 2.139,50	R\$ 10.697,50	0,50%
19.57	181475	SEDOP	Bomba Submersa 3/4 CV (sem tubulação)	UN	5,00	R\$ 2.133,61	R\$ 2.613,03	R\$ 13.065,15	0,61%
20			<b>INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:</b>					<b>R\$ 10.482,40</b>	
20.1	201507	SEDOP	Extintor de incêndio ABC - 6Kg	UN	15,00	R\$ 227,18	R\$ 278,22	R\$ 4.173,30	0,20%
20.2	201325	SEDOP	Extintor de incendio CO2-6kg	UN	5,00	R\$ 807,18	R\$ 988,55	R\$ 4.942,75	0,23%
20.3	201327	SEDOP	Extintor de incendio de agua pressurizada - 10 l	UN	5,00	R\$ 223,14	R\$ 273,27	R\$ 1.366,35	0,06%
21			<b>INSTAÇÕES ESPECIAIS</b>					<b>R\$ 89.808,11</b>	
21.1	220496	SEDOP	Poço Tubular d= 6" - prof.= 30m	UN	1,00	R\$ 27.909,73	R\$ 34.181,04	R\$ 34.181,04	1,60%
21.2	250603	SEDOP	Torre em conc.armado p/ cx. d'agua h=6,0m-base 3.0x3.0m	UN	1,00	R\$ 21.716,70	R\$ 26.596,44	R\$ 26.596,44	1,24%
21.3	190806	SEDOP	Assento plastico	UN	5,00	R\$ 57,90	R\$ 70,91	R\$ 354,55	0,02%
21.4	190303	SEDOP	Bacia sifonada - PNE	UN	3,00	R\$ 1.606,65	R\$ 1.967,66	R\$ 5.902,98	0,28%
21.5	190609	SEDOP	Bacia sifonada c/cx. descarga acoplada c/ assento	UN	5,00	R\$ 707,71	R\$ 866,73	R\$ 4.333,65	0,20%
21.7	190716	SEDOP	Barra em aço inox (PNE)	M	8,00	R\$ 331,57	R\$ 406,07	R\$ 3.248,56	0,15%
21.9	190218	SEDOP	Chuveiro em PVC	UN	3,00	R\$ 74,22	R\$ 90,89	R\$ 272,67	0,01%
21.10	190790	SEDOP	Engate plástico	UN	8,00	R\$ 13,45	R\$ 16,47	R\$ 131,76	0,01%
21.11	190232	SEDOP	Lavatorio de louça s/col.c/torn.,sifao e valv.	UN	5,00	R\$ 921,50	R\$ 1.128,56	R\$ 5.642,80	0,26%
21.12	190401	SEDOP	Mictorio individual em louça c/ acessorios	UN	3,00	R\$ 871,47	R\$ 1.067,28	R\$ 3.201,84	0,15%
21.13	190238	SEDOP	Pia 01 cuba em aço inox c/torn.,sifao e valv.(1,50m)	UN	3,00	R\$ 859,96	R\$ 1.053,19	R\$ 3.159,57	0,15%
21.14	190797	SEDOP	Porta papel higiênico - Polipropileno	UN	5,00	R\$ 92,71	R\$ 113,54	R\$ 567,70	0,03%
21.15	190835	SEDOP	Reassentamento de bacia sifonada com caixa acoplada	UN	5,00	R\$ 245,37	R\$ 300,50	R\$ 1.502,50	0,07%
21.16	190794	SEDOP	Saboneteira c/ reservatório - Polipropileno	UN	5,00	R\$ 87,23	R\$ 106,83	R\$ 534,15	0,02%
21.17	190230	SEDOP	Torneira plastica de 1/2"	UN	5,00	R\$ 29,06	R\$ 35,58	R\$ 177,90	0,01%
22			<b>URBANIZAÇÃO:</b>					<b>R\$ 53.604,72</b>	
22.1	260213	SEDOP	Muro em alvenaria,rebocado e pintado 2 faces(h=2.0m)	M	42,00	R\$ 874,67	R\$ 1.071,20	R\$ 44.990,40	2,11%
22.2	260698	SEDOP	Reassentamento de blokrret (incl. areia e rejuntamento)	M2	33,00	R\$ 76,28	R\$ 93,42	R\$ 3.082,86	0,14%
22.3	260664	SEDOP	Blokrret sextavado e= 6cm (incl. colchão de areia e rejuntamento)	M2	33,00	R\$ 136,87	R\$ 167,62	R\$ 5.531,46	0,26%
23			<b>LIMPEZA FINAL:</b>					<b>R\$ 32.811,82</b>	
23.1	270590	SEDOP	Limpeza de calhas (0,4x0,3m)	M	53,00	R\$ 17,87	R\$ 21,88	R\$ 1.159,64	0,05%
23.2	270166	SEDOP	Limpeza de pisos ceramicos ou pastilha	M2	50,00	R\$ 19,64	R\$ 24,05	R\$ 1.202,50	0,06%
23.3	270633	SEDOP	Rejuntamento de revestimento/piso ceramico c/ cimento branco	M2	50,00	R\$ 8,71	R\$ 10,66	R\$ 533,00	0,02%
23.4	271323	SEDOP	Limpeza (c/ maq.) + enceramento de piso de alta resistência	M2	250,00	R\$ 20,70	R\$ 25,35	R\$ 6.337,50	0,30%
23.5	260168	SEDOP	Plantio de grama (incl. terra preta)	M2	142,00	R\$ 39,71	R\$ 48,63	R\$ 6.905,46	0,32%
23.6	270220	SEDOP	Limpeza geral e entrega da obra	M2	1267,00	R\$ 10,75	R\$ 13,16	R\$ 16.673,72	0,78%
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>R\$ 2.137.268,48</b>	<b>100%</b>

ANTONIO OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:00270299211

Assinado de forma digital  
por ANTONIO OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:00270299211





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



**OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**COMPOSIÇÃO DO B.D.I.**

Item	DISCRIMINAÇÃO	%
<b>A</b>	<b>BONIFICAÇÃO</b>	<b>6,16%</b>
<b>B</b>	<b>DESPESAS INDIRETAS / FINANCEIRAS</b>	<b>5,36%</b>
B.1	Administração Central	3,00%
B.2	Garantias e Seguros	0,80%
B.3	Risco	0,97%
B.4	Despesas Financeiras	0,59%
<b>C</b>	<b>DESPESAS FISCAIS</b>	<b>8,65%</b>
C.1	COFINS	3,00%
C.2	PIS	0,65%
C.3	ISS	5,00%
C.4		
<b>*BDI = {(((1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)) / (1-I)) - 1}</b>		<b>22,47%</b>
<b>* Fonte : TCU/2013</b>		

**Observações:**

- 1) De acordo com a legislação, as taxas de leis sociais incidem sobre os preços de mão-de-obra. A discriminação dos fatores que as compõem e a determinação das taxas de risco, inerentes aos contratos de trabalho, podem ajudar no
- 2) Na composição de leis sociais não foram considerados alguns itens pela dificuldade em aferi-los ou pela sua baixa representatividade no cálculo:
  - ☐ Dispensa do empregado no mês que antecede o dissídio;
  - ☐ Assistência gratuita aos filhos e dependentes dos empregados em creches e pré-escolas.
- 3) Após os cálculos dos custos diretos, há necessidade de uma previsão dos custos indiretos envolvidos na administração do negócio da empresa executante. Tal previsão geralmente é feita com base na aplicação da taxa de B.D.I. – Benefício e Despesas Indiretas.
- 4) Os itens abaixo não são considerados em nosso estudo de leis e devem ser incluídos nas Despesas Indiretas:
  - ☐ PIS / PASEP, pela sua similaridade com um imposto, uma vez que incide sobre as receitas operacionais;
  - ☐ COFINS, uma vez que incide sobre a Receita Bruta.

ANTONIO OSVALDO CRISTO DOS SANTOS:002702992  
11

Assinado de forma digital por ANTONIO OSVALDO CRISTO DOS SANTOS:00270299211



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DESONERADO	
		HORISTA %	MENSALIASTA%
Grupo A			
A.1	INSS	0,00%	0,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A.7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL DO GRUPO A	16,80%	16,80%
Grupo B			
B.1	Repouso Semanal Remunerado	18,14%	0,00%
B.2	Feriados	4,16%	0,00%
B.3	Auxílio - Enfermidade	0,92%	0,69%
B.4	13º Salário	11,05%	8,33%
B.5	Licença Paternidade	0,08%	0,06%
B.6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%
B.7	Dias de Chuvas	2,79%	0,00%
B.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%	0,09%
B.9	Férias Gozadas	10,09%	7,61%
B.10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%
B	TOTAL DO GRUPO B	48,12%	17,36%
Grupo C			
C.1	Aviso Prévio Indenizado	6,28%	4,74%
C.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,35%	0,26%
C.3	Férias Indenizadas	4,23%	3,19%
C.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,01%	3,78%
C.5	Indenização Adicional	0,53%	0,40%
C	TOTAL DO GRUPO C	16,40%	12,37%
Grupo D			
D.1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,08%	2,92%
D.2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,56%	0,42%
D	TOTAL DO GRUPO D	8,64%	3,34%
PERCENTAGEM TOTAL (A+B+C+D)		89,96%	49,87%

\* Fonte: Informação Dias de Chuva - INMET

ANTONIO OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:00270299211

Assinado de forma digital  
por ANTONIO OSVALDO  
CRISTO DOS  
SANTOS:00270299211



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA

## CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (DESEMBOLSO)

OBRA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ITEM	SERVIÇOS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS	TOTAL	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,40%
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	4,04%
3	MOVIMENTO DE TERRA:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	0,60%
4	FUNDAÇÕES:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,55%
5	ESTRUTURA:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	2,95%
6	PAREDES E PAINÉIS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	5,50%
7	COBERTURA:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	11,37%
8	IMPERMEABILIZAÇÕES /TRATAMENTOS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	0,73%
9	ESQUADRIAS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	11,61%
10	VIDROS	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,39%
11	FERRAGENS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,43%
12	REVESTIMENTOS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	4,30%
13	RODAPES, SOLEIRAS E PEITORIS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	0,99%
14	PISOS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	5,64%
15	FORROS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,14%
16	PINTURAS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	23,97%
17	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	3,35%
18	INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS E LÓGICA:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	3,35%
19	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	5,92%
20	INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO/COMBATE A INCÊNDIO:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	0,49%
21	INSTAÇÕES ESPECIAIS	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	4,20%
22	URBANIZAÇÃO:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	2,51%
23	LIMPEZA FINAL:	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	1,54%
	PARCIAIS SIMPLES	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	
	PERCENTUAIS SIMPLES	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	
	PARCIAIS ACUMULADAS	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	
	PERCENTUAIS ACUMULADOS	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	100,00%	

ANTONIO OSVALDO CRISTO DOS SANTOS:0027029921  
Assinado de forma digital por ANTONIO OSVALDO CRISTO DOS SANTOS:00270299211



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



### (ANEXO III)

## PROPOSTA COMERCIAL CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 3/2026-200402

Prezados Senhores,

Apresentamos, por meio desta, nossa proposta para execução do objeto do Edital da Concorrência Eletrônica nº -----, que integra o instrumento convocatório do processo administrativo em epígrafe.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: .....

CNPJ: .....

Representante Legal e Cargo: .....

Carteira de Identidade nº: ..... CPF nº: .....

Endereço: .....

Telefone: ..... E-mail: .....

Banco, Agência e Conta Bancária: .....

### 2. OBJETO E VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

A presente proposta tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA, conforme especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária e demais anexos do edital.

### ITEM DESCRIÇÃO VALOR GLOBAL (R\$) – BDI INCLUSO

01- SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (por extenso): R\$ ..... (BDI e encargos sociais inclusos)

A proposta é formulada sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo a execução integral dos serviços e fornecimentos previstos no Projeto Básico e seus anexos, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, materiais, equipamentos, transporte, seguros e demais despesas necessárias à perfeita execução da obra.

### 3. PRAZO E CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Início dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

3.2. Validade da proposta: 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



3.3. Condições de pagamento: conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Administração.

3.4. Declaramos estar plenamente cientes e de acordo com todas as condições e exigências constantes do edital, do Termo de Referência e dos demais documentos que integram o processo licitatório.

3.5. Declaramos, ainda, que a proposta contempla a integralidade dos custos e encargos necessários à execução da obra, incluindo encargos sociais, tributos e Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).

3.6. Após o julgamento, caso sejamos declarados vencedores, comprometemo-nos a reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com detalhamento de quantitativos, custos unitários e BDI, adequadas ao valor final da proposta vencedora, nos termos do §5º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Comprometemo-nos a apresentar, se vencedores, todos os documentos técnicos e contratuais exigidos, incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica) da obra e a garantia de execução contratual, conforme o edital e a legislação vigente.

#### **4. ANEXOS À PROPOSTA**

Em anexo, apresentamos:

a) Planilha orçamentária devidamente preenchida e assinada, contendo os valores e composições conforme o Projeto Básico e o orçamento aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;

b) Declarações exigidas no edital.

d) Carta Proposta

-----/XX, [dia] de [mês] de 2026.

[Nome completo do representante legal]

[Cargo/Função]

CPF nº

[Razão Social da Empresa]



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL**  
**(A ser apresentado na fase de habilitação)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº -----  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----

Eu, [NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL], portador do CPF nº ----- e do registro profissional nº [CREA/CAU – UF – NÚMERO], declaro, para os devidos fins, que atuarei efetivamente como Responsável Técnico pela execução da obra objeto da licitação [identificar o processo e o objeto — ex.: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA, assumindo as obrigações técnicas e legais perante o Conselho Regional competente (CREA ou CAU) e perante a Administração Pública Contratante.

Declaro, ainda, que:

Estou devidamente habilitado para o exercício da função, conforme legislação profissional vigente (Lei nº 5.194/1966, Lei nº 12.378/2010 e Resolução CONFEA nº 1.137/2023);

Comprometo-me a emitir e registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, antes do início da execução da obra, e a manter a regularidade dessa responsabilidade técnica durante todo o período contratual;

Reconheço que minha atuação abrange a responsabilidade técnica pela execução integral da obra, respondendo solidariamente, nos limites legais, por eventuais vícios, falhas ou irregularidades decorrentes de minha atividade profissional;

Estou ciente de que o descumprimento das obrigações técnicas assumidas poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e ética nos termos da legislação aplicável.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais cabíveis.

-----/XX, [dia] de [mês] de 2026.

[Nome do Profissional]  
CREA/CAU: [número completo]  
CPF: [número completo]  
Telefone: [opcional]  
E-mail: [opcional]





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
**(A ser apresentado na fase de habilitação)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº -----

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº -----

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº -----, com sede à [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [NOME COMPLETO], portador(a) da Carteira de Identidade nº ----- e do CPF nº -----, para fins de participação na licitação em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, o que segue:

( ) Que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, e que cumpre integralmente os requisitos de habilitação e as demais exigências legais para participação no certame.

( ) Que não possui sanções vigentes que a impeçam de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera.

( ) Que não possui proprietário, sócio, dirigente ou responsável técnico que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

( ) Que cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme legislação vigente.

( ) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

( ) Que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 12, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

( ) Que não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho forçado, degradante ou análogo ao escravo, em nenhuma etapa de sua cadeia produtiva, atendendo ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

( ) Que cumpre as exigências de regularidade fiscal e trabalhista, estando em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS) e o FGTS.

( ) Que é [ME/EPP/MEI] e não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos benefícios e tratamentos diferenciados previstos nos arts. 42 a 49 da referida lei.

( ) Que, no ano-calendário da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para o respectivo enquadramento empresarial, conforme art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



( ) Que não possui servidor público do órgão ou entidade contratante em seu quadro societário ou funcional, nem qualquer vínculo que configure impedimento à contratação, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990.

( ) Que está ciente da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e compromete-se a adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados no âmbito contratual, bem como a comunicar à Administração qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme art. 48 da LGPD.

( ) Que não há fatos impeditivos à sua habilitação, e compromete-se a comunicar à Administração, durante todo o processo licitatório, qualquer ocorrência que possa alterar as condições aqui declaradas. Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais cabíveis.

-----/XX, [dia] de [mês] de 2026.

[Nome completo do representante legal]

[Cargo/Função]

CPF nº

Telefone:

E-mail:

Assinatura: \_\_\_\_\_



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

À  
Prefeitura Municipal de Magalhães Barata/PA

Ref.: Concorrência nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins de participação no certame em epígrafe, que:

Tem pleno conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto da presente licitação, especialmente aquelas estabelecidas no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais documentos que integram o processo;

Reconhece que os serviços objeto da contratação possuem natureza contínua, dinâmica e descentralizada, sendo executados sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, em diversas unidades escolares distribuídas no território do Município de Magalhães Barata/PA, conforme disposto no subitem 6.4 do Termo de Referência;

Declara estar ciente de que a definição dos locais específicos de execução ocorrerá no curso da execução contratual, não sendo possível a realização de vistoria prévia abrangente, tendo considerado, para fins de elaboração da proposta, todas as condições logísticas, operacionais, de acesso, mobilização e execução inerentes ao objeto;

Afirma que avaliou, de forma suficiente e adequada, os fatores que podem influenciar na execução dos serviços, incluindo distâncias entre localidades, condições de acesso, necessidade de mobilização de equipes e equipamentos, prazos operacionais e demais elementos pertinentes;

Assume integral responsabilidade pela exequibilidade da proposta apresentada e pela execução do objeto, não podendo alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento das condições locais, técnicas ou operacionais como justificativa para descumprimento contratual, revisão de preços ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

Compromete-se a executar os serviços em conformidade com todas as exigências técnicas, legais, ambientais e de segurança previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência e no contrato administrativo.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



Local e data: \_\_\_\_\_

Nome do representante legal

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



## ANEXO VII

### **MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** **PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2026-200402**

Aos xxxx dia(s) do mês de xxxxxx de dois mil e vinte e seis, a Prefeitura Municipal de Magalhães Barata, com sede na RUA LAURO SODRÉ, S/N, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, suas alterações e das demais normas legais aplicáveis, considerando o julgamento da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2026-200402, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital da licitação supracitada e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA. , nas condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS, PREÇOS E QUANTITATIVOS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**Parágrafo primeiro.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

**Parágrafo segundo.** A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a(o) , desde que devidamente comprovada a vantagem.

**Parágrafo primeiro.** Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.
- c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

**Parágrafo segundo.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**Parágrafo terceiro.** As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o parágrafo primeiro não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**Parágrafo quarto.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**Parágrafo quinto.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**Parágrafo sexto.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da homologação do certame.

**Parágrafo único.** O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**Parágrafo segundo.** É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**Parágrafo terceiro.** A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido nesta cláusula, ensejará a aplicação das penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo primeiro.** O cancelamento poderá ser por iniciativa da Administração, quando:

- I** - O fornecedor descumprir as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços;
- II** - O fornecedor não assinar contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III** - O fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado;
- IV** - O fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- V** - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório; ou
- VI** - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preços dos Contratos dela decorrentes.

**Parágrafo segundo.** O cancelamento do Registro de Preços, previsto nas hipóteses do inciso I, será formalizado por despacho do(a), assegurado o contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo terceiro.** O cancelamento poderá ser a pedido do fornecedor, quando::

- I** - Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- II** - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

**Parágrafo quarto.** A Ata de Registro de Preços será automaticamente cancelada:

- I** - Por decurso de prazo de vigência da ARP;
- II** - Quando não restarem fornecedores registrados; ou



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**III** - Quando não houver mais saldo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DEVERES DO FORNECEDOR**

Compete ao fornecedor registrado cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

São obrigações do Órgão Gerenciador, além das constantes no edital e do Contrato:

**I** - Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

**II** - Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

**III** - Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

**IV** - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

**V** - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

## **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas na Seção V da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**Parágrafo segundo.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo terceiro.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**Parágrafo quarto.** Na hipótese do parágrafo anterior, o Órgão Gerenciador convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo quinto.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**I** - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

**II** - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo sexto.** Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital da Concorrência Eletrônica para Registro de Preços nº 3/2026-200402 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

**Parágrafo Primeiro.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

**Parágrafo Segundo.** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

**Parágrafo Terceiro.** As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de MAGALHÃES BARATA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

MAGALHÃES BARATA-PA, xx de xxxxxxxx de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
C.N.P.J. Nº XX.XXX.XXXX/0001-XX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XX.XXX.XXXX/0001-XX  
CONTRATADO



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



(ANEXO VIII)

MINUTA DO CONTRATO Nº XXXXX

**CONCORRÊNCIA Nº 3/2026-XXXXX**

**CONTRATO Nº2026XXXX**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA/OBRA Nº  
2026XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES  
BARATA, POR INTERMÉDIO DO (A)  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de MAGALHÃES BARATA, através do(a) FUNDO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) ALAN ALMEIDA FERREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e do outro lado, e do outro ladoXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).XXXXXXXXXXXXX, portador do(a) CPF XXXXXXXXXXXXXXXX, têm justo e contratado o seguinte:

**1. DO OBJETO CONTRATUAL**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA**, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência; Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do processo na modalidade Concorrência, de número 3/2026-230301, que deu origem a este instrumento contratual.

**1.1.1.** Este Termo de Contrato vincula-se integralmente ao Instrumento Convocatório e a todos os seus anexos, especialmente ao Termo de Referência, ao Projeto Básico, ao Estudo Técnico Preliminar, à Proposta Vencedora e aos demais documentos que compõem o processo licitatório, independentemente de transcrição, os quais passam a fazer parte integrante deste instrumento para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no art. 89, §2º, e no art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**1.1.2.** Em caso de divergência entre o disposto neste Contrato e o que consta nos seus anexos, prevalecerão, na seguinte ordem de hierarquia:

I – a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;

II – o Instrumento Convocatório e seus anexos;

III – o Termo de Referência e o Projeto Básico;

IV – a Proposta da Contratada;

V – e, por fim, as demais disposições deste Contrato.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública, bem como nas disposições do Instrumento Convocatório da Concorrência Eletrônica nº 3/2026-230301 e seus anexos, que integram este instrumento contratual.

## **3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

**3.1.** São obrigações da CONTRATANTE, além daquelas previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e na legislação aplicável:

**3.1.1.** Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Contrato, o Termo de Referência e seus anexos técnicos;

**3.1.2.** Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Projeto Básico, no Termo de Referência e no Cronograma Físico-Financeiro;

**3.1.3.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, total ou parcialmente, às suas expensas;

**3.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, designando formalmente gestor e fiscal, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021;

**3.1.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste Contrato, observando o Cronograma Físico-Financeiro e o Termo de Referência;

**3.1.6.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, devidamente motivadas, em caso de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;

**3.1.7.** Cientificar a Procuradoria do Município sempre que houver descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para adoção das medidas judiciais ou administrativas cabíveis;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**3.1.8.** Emitir decisão expressa e fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do ajuste;

**3.1.9.** Concluída a instrução do requerimento formulado pela CONTRATADA, decidir no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período, conforme previsão legal;

**3.1.10.** Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso;

**3.1.11.** Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer alteração posterior do projeto que implique adequação ou reprogramação dos serviços, observando o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.1.12.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, direta ou indiretamente envolvidos na execução contratual.

**3.1.13.** Compete à CONTRATANTE assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive suas instalações e equipamentos, apresente condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, sempre que os serviços forem executados em suas dependências ou em local por ela designado.

**3.1.14.** Antes da expedição da Ordem de Serviço, deverá a CONTRATANTE verificar eventuais pendências, liberar as áreas de execução e adotar todas as providências necessárias para a regularidade do início dos serviços.

**3.1.15.** A CONTRATANTE adotará, durante a execução contratual, todas as medidas preventivas de segurança, ambientais e administrativas que assegurem o cumprimento das normas de engenharia, de meio ambiente e de segurança do trabalho previstas no Memorial Descritivo, no Projeto Básico e no Termo de Referência, em conformidade com as exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50.

**3.1.16.** A CONTRATANTE, por meio do fiscal do contrato, deverá acompanhar a implementação das medidas de segurança, sem que tal acompanhamento implique corresponsabilidade técnica, civil ou trabalhista pelos atos ou omissões da CONTRATADA.

#### **4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1.1.** Executar o objeto do contrato em estrita conformidade com as especificações constantes do Projeto Básico, do Termo de Referência, de sua proposta técnica e comercial e dos demais documentos que integram o processo licitatório, com a devida alocação de empregados, equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, observando rigorosamente as quantidades, padrões de qualidade e prazos estabelecidos.





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**4.1.2.** A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou, quando aplicável, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), em nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução da obra.

**4.1.3.** A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE cópia da ART ou RRT devidamente registrada antes do início da obra, a qual deverá conter a descrição completa das atividades técnicas contratadas e o vínculo com o profissional responsável.

**4.1.4.** É vedado o início de qualquer serviço sem a apresentação da ART ou RRT correspondente, sob pena de suspensão imediata da execução até a regularização, sem que isso gere direito a prorrogação de prazo ou indenização.

**4.1.5.** A CONTRATADA deverá realizar o cadastro da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.021/2021 e demais normativos aplicáveis, apresentando à CONTRATANTE o comprovante de inscrição no CNO antes do início dos serviços.

**4.1.6.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela segurança, saúde e integridade física dos trabalhadores sob sua responsabilidade, devendo cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como as normas técnicas da ABNT, legislações previdenciárias, sanitárias e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços.

**4.1.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou obras que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de execução inadequada ou de materiais empregados em desacordo com as especificações contratuais.

**4.1.8.** Responsabilizar-se por vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos dos artigos 14 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), podendo a CONTRATANTE descontar da garantia contratual (quando exigida) ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos prejuízos apurados

**4.1.9.** A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação integral por todo e qualquer dano causado ao Município, direta ou indiretamente, obrigando-se a CONTRATADA a ressarcir imediatamente a Administração, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**4.1.10.** Utilizar empregados devidamente habilitados e com conhecimentos compatíveis com as atividades a serem executadas, observando as normas trabalhistas e de segurança aplicáveis.

**4.1.11.** Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês subsequente à execução dos serviços, os seguintes documentos comprobatórios de regularidade:

**VI.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**VII.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**VIII.** certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal, conforme o domicílio ou sede da contratada;

**IX.** Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

**X.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**4.1.12.** Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das obrigações decorrentes de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias, cuja inadimplência não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

**4.1.13.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou fato relevante que se verifique no local da execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e garantindo-lhe acesso irrestrito ao local e à documentação da obra.

**4.1.14.** Atender imediatamente às determinações da fiscalização, paralisando qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme as boas práticas de engenharia ou que coloque em risco a segurança de pessoas, bens ou instalações, até que as irregularidades sejam sanadas.

**4.1.15.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e bens sob sua responsabilidade durante a vigência contratual, assegurando a integridade física e patrimonial até o recebimento definitivo da obra.

**4.1.16.** Organizar e conduzir tecnicamente a execução dos serviços de modo eficiente e compatível com as exigências do contrato, observando o cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do Projeto Básico.

**4.1.17.** Executar os trabalhos em conformidade com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, mantendo o canteiro de obras em condições adequadas de limpeza, segurança, higiene e disciplina, atendendo às determinações dos órgãos públicos competentes.

**4.1.18.** Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer proposta de alteração dos métodos executivos que possa implicar modificação nas especificações técnicas ou de desempenho previstas no Memorial Descritivo, somente podendo implementá-las após aprovação formal.

**4.1.19.** Cumprir integralmente as normas relativas à proibição do trabalho infantil e proteção ao trabalho do adolescente, observando:

**III.** É vedado o trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

**IV.** É proibido o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

**4.1.20.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**4.1.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos e dados obtidos em razão da execução contratual, salvo quando a divulgação for exigida por autoridade competente.

**4.1.22.** Arcar com todos os ônus decorrentes de eventuais equívocos no dimensionamento de quantitativos apresentados em sua proposta, inclusive custos variáveis, como vale-transporte e insumos complementares, salvo quando configurada alguma das hipóteses de reequilíbrio previstas no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.23.** Cumprir, além das legislações federal, estadual e municipal aplicáveis, as normas internas de segurança da CONTRATANTE, bem como suas determinações administrativas complementares.

**4.1.24.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, conforme as recomendações da boa técnica e as normas pertinentes.

**4.1.25.** Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização, nos casos em que se constatar descumprimento das obrigações ou inadequação técnica do serviço.

**4.1.26.** Manter preposto aceito pela CONTRATANTE durante todo o período de execução, com poderes para representá-la, tomar decisões e responder pelos compromissos assumidos.

**4.1.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**4.1.28.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**4.1.29.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**4.1.30.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

## **4.2. Obrigações ambientais da contratada.**

**4.2.1.** As obrigações ambientais descritas neste item devem ser integralmente atendidas pela CONTRATADA durante toda a execução da obra.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**4.2.2.** Tais obrigações não se limitam às disposições aqui elencadas, devendo a CONTRATADA cumprir todas as exigências, normas e regulamentações técnicas constantes no item 2 – Fundamentação Legal e Normativa da Contratação deste Termo de Referência, bem como quaisquer outras normas ambientais, técnicas e de segurança que venham a ser aplicáveis à natureza do objeto.

**4.2.3.** As diretrizes contidas no item 13 – Sustentabilidade Ambiental e Acessibilidade do Estudo Técnico Preliminar foram integralmente consideradas para a elaboração das presentes obrigações ambientais, que passam a ter caráter vinculante e contratual, em conformidade com o disposto nos arts. 5º, inciso XII, 25, §3º e 45 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.4.** Em atendimento ao art. 45 da Lei nº 14.133/2021, as licitações e contratações de obras e serviços de engenharia observarão, especialmente, as seguintes exigências:

**IV.** disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela execução das obras contratadas, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

**V.** mitigação e compensação ambiental decorrentes das intervenções, observadas as condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes no processo de licenciamento ambiental, quando aplicável;

**VI.** utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, priorizando soluções sustentáveis, materiais de baixo impacto ambiental e sistemas de eficiência energética.

#### **4.2.5. Geração de Resíduos de Construção e Demolição (RCC).**

**V.** A CONTRATADA deverá elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos, quando existente;

**VI.** O PGRCC deverá contemplar medidas de redução, segregação, reaproveitamento, reciclagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, assegurando rastreabilidade e controle de volumes;

**VII.** Nos termos dos arts. 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307/2002, a CONTRATADA deverá garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, obedecendo aos seguintes procedimentos:

**e)** Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



- f) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, dispostos de modo a permitir sua utilização ou reciclagem futura;
- g) Resíduos Classe C (sem tecnologia economicamente viável de reciclagem): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- h) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados de acordo com as normas específicas aplicáveis;

**VIII.** Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor resíduos originários da obra em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos ou áreas protegidas por lei, bem como em locais não licenciados.

#### **4.2.6. Emissões Atmosféricas e Poluição do Ar**

**II.** A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para controlar as emissões atmosféricas e minimizar a poluição do ar decorrente das atividades, observando o disposto na Resolução CONAMA nº 382/2006, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, e nas normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente as que tratam da medição e controle de particulados e qualidade do ar.

##### **4.2.6.1.** As medidas mínimas obrigatórias incluem:

**IX.** Manter em boas condições de uso todos os equipamentos, veículos e máquinas empregados na execução da obra, realizando manutenção preventiva e corretiva periódica, de modo a garantir eficiência na queima de combustíveis e reduzir a emissão de gases e materiais particulados;

**X.** Implementar o controle de poeira e dispersão de particulados, principalmente nas áreas de terraplenagem, vias de acesso, canteiros de obra e locais de armazenamento de materiais, mediante aspersão de água, telas, tapumes, barreiras físicas ou outras práticas equivalentes;

**XI.** Planejar o transporte e a logística de insumos e resíduos, evitando o excesso de tráfego pesado e a circulação desnecessária de caminhões, de forma a reduzir o consumo de combustível e as emissões associadas;

**XII.** Proibir a queima de materiais e resíduos no canteiro de obras, devendo toda sobra de material, entulho, restos de madeira, plásticos ou combustíveis ser descartada conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e em locais devidamente licenciados;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**XIII.** Adotar medidas de contenção e proteção em áreas sensíveis, próximas a residências, escolas, unidades de saúde ou equipamentos públicos, utilizando tapumes, lonas ou barreiras físicas que impeçam o carregamento de poeira e particulados;

**XIV.** Evitar atividades simultâneas de alto potencial de emissão, como demolição e terraplenagem, quando houver ventos fortes ou períodos de baixa umidade, a fim de reduzir a dispersão de material particulado no ar;

**XV.** Registrar e monitorar as ações de controle ambiental relativas à qualidade do ar e às emissões atmosféricas, mantendo relatórios e comprovantes à disposição da fiscalização municipal e dos órgãos ambientais competentes.

**XVI.** Essas ações visam assegurar a conformidade da execução com os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 382/2006, bem como reduzir a poluição difusa, proteger a saúde pública e garantir o conforto ambiental da população do entorno.

#### **4.2.7. Controle de Ruídos e Vibrações**

**II.** A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para controlar os níveis de ruído e vibração gerados pelas atividades, em estrita observância à Resolução CONAMA nº 001/1990, à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 10.151:2019 e NBR 10.152:2017), que estabelecem os critérios e limites de pressão sonora em ambientes internos e externos.

##### **4.2.7.1. As medidas mínimas obrigatórias incluem:**

**X.** Manter em perfeito estado de conservação e funcionamento todos os equipamentos, motores, geradores e ferramentas, realizando manutenção periódica para evitar ruídos excessivos e vibrações estruturais;

**XI.** Instalar barreiras físicas, tapumes, mantas acústicas ou cortinas sonoras em áreas de impacto ou proximidade com residências, escolas, unidades de saúde, prédios públicos ou áreas sensíveis, minimizando a propagação sonora e o desconforto ambiental;

**XII.** Planejar e organizar as atividades mais ruidosas (como demolição, perfuração, corte e compactação) para horários diurnos, preferencialmente entre 8h e 17h, evitando perturbação das comunidades vizinhas e respeitando eventuais restrições municipais de ruído;

**XIII.** Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos trabalhadores expostos, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-06 (EPI), NR-09 (PGR) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção);





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**XIV.** Realizar medições periódicas dos níveis de ruído com equipamentos calibrados, conforme os procedimentos da ABNT NBR 10.151:2019 – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, registrando os resultados e mantendo-os à disposição da fiscalização municipal e ambiental;

**XV.** Adotar medidas preventivas e de mitigação de vibrações estruturais, especialmente em áreas próximas a edificações existentes, realizando, quando solicitado, inspeção prévia e registro fotográfico do entorno para fins de controle de eventuais danos causados;

**XVI.** Proibir a queima, percussão, corte ou uso de equipamentos de alto impacto sonoro fora dos horários permitidos ou sem o controle adequado, devendo sempre priorizar o método construtivo menos ruidoso e menos vibrante disponível;

**XVII.** Implementar um registro de controle ambiental de ruídos e vibrações, contendo a identificação das atividades geradoras, os horários de execução, os métodos de controle adotados e os resultados das medições realizadas, para acompanhamento pela fiscalização da CONTRATANTE.

**XVIII.** As ações deverão assegurar que os níveis de ruído e vibração não ultrapassem os limites máximos previstos nas normas da ABNT e na Resolução CONAMA nº 001/1990, preservando o bem-estar da população do entorno, a integridade das edificações vizinhas e as condições de trabalho seguras para os operários da obra.

#### **4.2.8. Preservação da Vegetação e do Solo**

**III.** A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias para a preservação da vegetação e do solo, prevenindo a degradação ambiental e garantindo o manejo adequado dos materiais, resíduos e substâncias utilizados durante a execução da obra.

#### **IV.**

Deverão ser observadas, cumulativamente, as normas constantes do item 2 – Fundamentação Legal e Normativa da Contratação deste Termo de Referência, especialmente as Resoluções CONAMA nº 307/2002, nº 001/1990 e nº 382/2006, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

#### **4.2.8.1.** As medidas mínimas obrigatórias incluem:

**XI.** Não despejar resíduos sólidos, águas servidas, efluentes ou substâncias contaminantes diretamente sobre o solo ou nas redes pluviais, adotando procedimentos seguros de coleta, contenção e destinação final, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);

**XII.** Planejar o armazenamento e manuseio de materiais de construção em áreas niveladas, drenadas, sinalizadas e impermeabilizadas, de forma a evitar infiltrações, derramamentos ou contaminação do solo e das águas subterrâneas;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**XIII.** Implantar barreiras físicas e dispositivos de proteção, como valas de contenção, sarjetas e sistemas provisórios de drenagem, para prevenir erosão, assoreamento, carreamento de sedimentos e escoamento superficial;

**XIV.** Preservar ao máximo a vegetação existente no local da obra, limitando a supressão vegetal às áreas estritamente necessárias à execução dos serviços, com recomposição vegetal ou paisagística das áreas eventualmente afetadas, conforme determinação dos órgãos ambientais competentes;

**XV.** Destinar corretamente o solo excedente e os materiais provenientes de escavação, priorizando o reaproveitamento em outras frentes de serviço ou o transporte para áreas devidamente licenciadas, vedada a disposição em locais de “bota fora”, margens de rios, encostas, áreas de preservação permanente ou terrenos não regularizados;

**XVI.** Realizar o manejo adequado de óleos lubrificantes, combustíveis, solventes e produtos químicos, utilizando recipientes apropriados, locais cobertos e sinalizados, com piso impermeabilizado, de modo a impedir contaminação do solo e dos cursos d’água;

**XVII.** Adotar procedimentos emergenciais de contenção e limpeza imediata em caso de derramamentos ou acidentes ambientais, comunicando o fato à fiscalização e, quando necessário, aos órgãos ambientais competentes;

**XVIII.** Evitar a compactação excessiva do solo, planejando o tráfego interno de máquinas e veículos e restringindo o acesso a áreas não operacionais, a fim de manter a capacidade natural de infiltração e drenagem;

**XIX.** Manter registro documental das ações de preservação e recuperação do solo e da vegetação, bem como das destinações de materiais e resíduos, disponibilizando os comprovantes à fiscalização do contrato e aos órgãos de controle ambiental.

**XX.** Essas medidas têm por finalidade garantir o equilíbrio físico e ecológico do terreno, a integridade da vegetação remanescente e a sustentabilidade ambiental da execução da obra, conforme os princípios previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e nas normas do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

## **5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** A vigência deste instrumento contratual terá início na data de sua assinatura e se estenderá pelo período necessário à execução integral do objeto, com prazo inicial de 05 (cinco) meses corridos, podendo ser prorrogado na forma do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

**I.** esteja formalmente demonstrado o motivo determinante da prorrogação, devidamente justificado pela fiscalização e aprovado pela autoridade competente;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**II.** haja comprovação de que a prorrogação não acarreta prejuízo à economicidade e à vantajosidade da contratação;

**III.** mantenham-se as condições de habilitação e as demais obrigações contratuais da CONTRATADA; e

**IV.** seja formalizada mediante termo aditivo, instruído com parecer técnico e manifestação jurídica favorável.

**4.2.** O prazo de execução da obra será de até 05 (cinco) meses consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato, conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Secretaria Municipal de Administração

**4.3.** O contrato terá sua vigência automaticamente vinculada à conclusão do escopo contratual, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo em vigor até a entrega final e o recebimento definitivo da execução do objeto, desde que eventual atraso não decorra de culpa da CONTRATADA.

**4.4.** Caso a execução venha a ser obstada por fatos supervenientes, alheios à vontade das partes, o prazo de conclusão poderá ser formalmente prorrogado por termo aditivo, com fundamento no art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e aprovação da Administração, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 111 da referida Lei quanto à manutenção da vigência até a conclusão do objeto.

## **6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA, MANUTENÇÃO DA OBRA E SUBCONTRATAÇÃO.**

### **6.1. Responsabilidade Técnica e Garantia Legal dos serviços executados**

**VII.** A contratada será integralmente responsável pela boa e fiel execução do objeto contratual, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**VIII.** A contratada deverá indenizar a Administração ou terceiros por quaisquer danos decorrentes da execução do objeto contratual, sejam eles materiais, ambientais, morais ou trabalhistas, inclusive os provenientes de condutas culposas ou dolosas de seus prepostos, empregados, fornecedores ou subcontratados, respondendo por todas as obrigações que lhes forem imputáveis. Conforme dispõe o Art. 186 da Lei nº 10.406/2002.

**IX.** É de inteira responsabilidade da contratada o cumprimento de todas as obrigações legais incidentes sobre a execução do contrato, especialmente as de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, ambiental e de segurança do trabalho, eximindo a Administração de qualquer responsabilização solidária ou subsidiária.

**X.** A contratada responderá pela solidez e segurança da obra executada, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, conforme disposto no §6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 618 do Código Civil, devendo reparar, por sua conta, todo e qualquer defeito estrutural, construtivo ou funcional identificado dentro desse período.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**XI.** Caso a contratada se omita ou se recuse a reparar danos, vícios ocultos ou falhas de execução detectados durante a vigência do contrato ou no prazo legal de garantia, a Administração poderá executar os serviços corretivos por terceiros, às expensas da contratada, que ficará obrigada a ressarcir integralmente os custos incorridos, inclusive por meio de cobrança administrativa ou judicial, sem prejuízo da inscrição do débito em dívida ativa, quando cabível.

**XII.** Caso a contratada venha a subcontratar parte dos serviços, ainda permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade técnica, pela segurança da obra e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais, trabalhistas e fiscais, nos termos dos arts. 120 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

## **6.2. Da Subcontratação**

**VII.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Contratante, a quem incumbe avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica e regularidade exigidos para a execução das atividades que lhe forem atribuídas.

**VIII.** É vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da obrigação, caracterizada como o núcleo essencial do contrato.

**IX.** Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Administração pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações técnicas, contratuais, legais, trabalhistas, fiscais e previdenciárias correspondentes à parcela subcontratada.

**X.** A CONTRATADA se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao solicitado pela CONTRATANTE à CONTRATADA, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização.

**XI.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como se cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de tais agentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, arts. 9º e 14.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**XII.** A autorização para subcontratação deverá ser formalizada mediante manifestação técnica e parecer jurídico favorável, integrando o processo administrativo do contrato, conforme as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**a. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:**

- XIII.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- XIV.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- XV.** Der causa à inexecução total do contrato;
- XVI.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- XVII.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- XVIII.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- XIX.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- XX.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- XXI.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- XXII.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XXIII.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XXIV.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**b.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**V.** Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**VI.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 6.1 deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**VII.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 6.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**VIII.** Multa:

**c)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**d)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**c.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

**d.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**e.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

**f.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**g.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**h.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**VI.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**VII.** As peculiaridades do caso concreto;

**VIII.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IX.** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**X.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**i.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**j.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de





SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

k. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

l. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DO VALOR E DO PAGAMENTO**

7.1. O valor total da presente avença é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xx), a ser pago conforme a medição dos etapas executadas, conforme o cronograma físico-financeiro.

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA atestar a execução do objeto do contrato.

7.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do INCC, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

7.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

7.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

**7.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.11.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.12.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.14.** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

**7.16.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**I -** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.17.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. DO REAJUSTE**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do INCC, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**8.5.** Caso o INCC venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade Exercício 2026:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1313 – FUNDEB

PROJETO ATIVIDADE 12 361 0008 2.088 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb  
30%

ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.51.00 - Obras e instalações

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1313 – FUNDEB

PROJETO ATIVIDADE 12 365 0008 2.092 – Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb  
30%

ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.51.00 - Obras e instalações

## **10. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**10.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



antes do prazo estipulado para tanto.

**10.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

**10.3.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**10.4.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**10.5.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**10.6.** O contrato também poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**I -** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**10.7.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## **11. DOS CASOS OMISSOS**

**11.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **12. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



SETOR DE LICITAÇÃO  
E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS



**12.2.** O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES**

**13.1.** Fica eleito o Foro da cidade de MAGALHÃES BARATA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

**13.2.** Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

MAGALHÃES BARATA - PA, xx de xxxxxxxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO(A)